

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A RADIODIFUSÃO NO BRASIL E A DITADURA MILITAR: O GOVERNO
MÉDICI**

Maurício Ferreira da Silva

São Carlos
Março de 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A RADIODIFUSÃO NO BRASIL E A DITADURA MILITAR: O GOVERNO
MÉDICI**

Maurício Ferreira da Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Tânia Pellegrini

São Carlos
Março de 2007

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

S586rb

Silva, Maurício Ferreira da.

A radiodifusão no Brasil e a ditadura militar : o governo Médici / Maurício Ferreira da Silva. -- São Carlos : UFSCar, 2007.

201 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.

1. Brasil – política e governo. 2. Ditadura militar. 3. Meios de comunicação de massa. 4. Autoritarismo. 5. Radiodifusão. I. Título.

CDD: 320.981 (20^a)



BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO DE

Maurício Ferreira da Silva

29/03/2007

Profa. Dra. Tânia Pellegrini
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes Andrade
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Profa. Dra. Anita Simis
Universidade Estadual "Julio de Mesquita Filho"(UNESP)

Profa. Dra. Vera Lúcia Michalany Chaia
Pontifícia Universidade Católica (PUC)

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que contribuíram para que este processo pudesse se efetivar. Dentre as quais gostaria de ressaltar:

- O corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCar/SP

- Ana Maria Bertolo, uma secretária “multifuncional”

- A competência e sensibilidade intelectual do Prof. Jacob Carlos Lima, coordenador do programa.

- Os Professores Vera Cepêda e Thales Haddad, membros da banca de qualificação, que contribuíram sobremaneira na fase preliminar.

- O Prof. Dr. Jorge L. C. Gonzáles. Amigo e intelectual que me auxiliou a encontrar caminhos preciosos.

- Os funcionários, professores e amigos do Centro Universitário Monte Serrat (UNIMONTE/Santos). A cessão de materiais de pesquisa, espaço físico e estrutura foram fundamentais em todas as etapas da pesquisa. Agradecimento especial aos professores Edson José, Danilo Nunes e Maria Helena Antunes (Mahê) e aos colaboradores da Biblioteca.

- Minha família. Cada qual, ao seu jeito, contribuiu para concretizar mais esta etapa.

- Victor, que apesar da pouca idade, teve maturidade na compreensão da ausência.

- Taís, companheira de todas as horas que dedicou muito do seu tempo no auxílio técnico ao trabalho. Esta tese é nossa!

- E em especial minha orientadora. Além da competência no trato das questões acadêmicas, sua postura ousada quanto aos desafios me ensinou mais que lições de vida. Sem palavras...

A todos, meu muito obrigado.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a radiodifusão no contexto da ditadura militar no Brasil, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici. A radiodifusão tem seu início marcado pelas transformações decorrentes do processo de industrialização dos meios de produção, no século XIX. Além das pesquisas com ondas de transmissão que marcaram esse período, a indústria trouxe, para o âmbito da organização social, a realidade do processo de urbanização, motivado pela nova relação de trabalho inaugurada. A nova realidade urbana constrói, por sua vez, o cenário ideal para o desenvolvimento de veículos de comunicação de massa. No Brasil esta realidade não é diferente, já que as primeiras pesquisas sobre ondas de transmissão ocorrem no início do século XX, em uma fase de intenso desenvolvimento industrial. No início da década de 1930, em decorrência da perspectiva capitalista de mercado, o rádio incorpora a classificação comercial e, por conseqüência, influencia o surgimento da televisão em 1950. A partir de então, tais veículos passam a atuar como propriedades privadas com fins lucrativos, mantendo para o governo a prerrogativa das concessões de funcionamento, além de também poder atuar no setor.. Dessa possibilidade, e tendo em vista a análise do papel estratégico destes veículos para a organização social, o governo, em diferentes momentos e com diferentes objetivos, passa a utilizá-los para veicular propaganda institucional, chegando mesmo a inaugurar emissoras próprias. Esta utilização se intensifica a partir da instauração da ditadura militar, em 1964. Os militares que controlaram a política nacional durante mais de vinte anos investiram maciçamente no desenvolvimento estrutural das emissoras de rádio e televisão, além de utilizá-las como mecanismo de sustentação, legitimação e propagação de sua ideologia autoritária. As bases criadas com as diversas medidas impostas a partir do golpe de estado de 1964 serviram de alicerce para que, no governo Médici, pudesse haver um controle mais direto dos veículos, tanto na continuidade do seu desenvolvimento estrutural, quanto no estabelecimento da censura da programação, criando uma legislação de perfil autoritário que limitava a ação dos envolvidos diretamente com o funcionamento da radiodifusão.

Palavras-Chave: Política; Ditadura Militar; Meios de Comunicação de Massa; Autoritarismo; Radiodifusão.

ABSTRACT

This research focus on the broadcasting in the context of the military dictatorship in Brazil, during the government of Emílio Garrastazu Médici. The broadcasting beginning has been marked by the decurrently transformations of the industrialization process, during 19th. Century. Beyond the research with transmission waves that had marked this period, the industry brought, for the scope of the social organization, the reality of the urbanization process, motivated for the new work relations. The new urban reality constructs, in turn, the ideal scene for mass-media development. In Brazil this reality is not different, since the first research on transmission waves occurs at the 20th. Century beginning, in the moment of intense industrial development. At 1930's, as a consequence of the capitalist perspective of market, the radio incorporates commercial classification, that influences the appearing of the television in 1950. Then, radio and TV become private properties with lucrative ends, holding with the government the prerogative for the concessions of functioning and to be acting in the sector, as well. From these possibilities, and considering the strategically paper of these vehicles for the social organization, the government, at different moments and with different objectives, starts to use them to propagate institutional advertising, even though inaugurate its own networks. This use intensifies from the military dictatorship establishment, in 1964. The military government that controlled the national politics during twenty years had massive invested in the structural development of radio and television networks, beyond using them as mechanism of supporting, legitimating and propagation of its authoritarian ideology. The imposed bases created from the military blow at 1964 had served as foundation for Médici government puts under control the broadcasting vehicles, in order to continuity theirs structural development, to establish the censorship of the programming, as well as to create an authoritarian legislation that directly limited the action of the involved ones with the functioning of the broadcasting.

Key-Word: Politics; Military Dictatorship; Mass-Media; Authoritarianism; Broadcasting.

SUMÁRIO

Introdução:	08
I – RADIODIFUSÃO E INDÚSTRIA CULTURAL	15
Capítulo 1 A Formação de uma Cultura de Massa	16
1.1 - Antecedentes históricos: a transformação do meio Produtivo	17
1.2 - O processo de urbanização	20
1.3 - Massa: constituição de valores	22
Capítulo 2 Uma Perspectiva Industrial da Cultura	26
2.1 - Reprodução técnica da cultura	26
2.2 - Uma cultura em transformação	31
Capítulo 3 Os Meios de Comunicação de Massa	44
3.1 - TV, cinema e entretenimento	45
3.2 - Rádio e TV: a viabilidade técnica	55
3.3 - A viabilidade da política	59
II – RADIODIFUSÃO NA REALIDADE NACIONAL	63
Capítulo 4 Implantação no Brasil	64
4.1 - A técnica como realidade	65
4.1.1: Uma conjuntura instável	68
4.2 - O pioneirismo do rádio	76
4.2.1: Uma proposta educativa	77
4.2.2: Mudança de perfil: consolidação da indústria cultural	80
4.2.3: Desenvolvimento e inserção no cenário político	85
4.3 - TV: A imagem entra em cena	89
4.3.1: Uma visão nacionalista	90
4.3.2: Um perfil comercial	92
4.3.3: O acelerado desenvolvimento	94

III – GOVERNO MÉDICI E A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO	96
Capítulo 5: Uma Forma de Governo Autoritária	97
5.1 - Um cenário de crises	97
5.2 - Militares no poder: constituição das bases autoritárias	107
5.2.1: Fatores políticos	109
5.2.2: Dos aspectos econômicos	121
5.3 - Médici: a consolidação do autoritarismo	125
5.3.1: Um governo tecnocrático	130
5.3.2: Diretrizes políticas e a Lei de Segurança Nacional	135
Capítulo 6: A Política de Comunicação e a Radiodifusão	144
6.1 - Projeto de integração e processo desenvolvimentista	145
6.1.1: Política Nacional de Telecomunicações	146
6.1.2: Ministério das Comunicações	150
6.1.3: Desenvolvimento técnico e estrutura básica	154
6.2 - Em Nome da Segurança Nacional	158
6.3 - A Radiodifusão sob o prisma do Autoritarismo	171
6.3.1: O impacto no rádio	172
6.3.2: O impacto na TV	179
6.3.3: A intervenção direta	186
Conclusão:	190
Referências Bibliográficas:	195
Bibliografia:	200
Entrevistas	201

INTRODUÇÃO

Conta o mito que foi a corrida de um soldado, percorrendo uma longa distância, que inspirou o surgimento de uma competição esportiva – a maratona. O que chama a atenção é que o soldado tinha, como motivo da corrida, a incumbência de transmitir uma informação sobre o que ocorria no *front* de batalha. Uma informação necessária para que os demais membros da sociedade, separados geograficamente pela distância percorrida, pudessem tomar ciência de um fato que, por conseqüência, geraria um elo integrador entre os dois pólos. Ao transmitir a mensagem, o soldado executou a principal atribuição do processo de comunicação: sua função social.

Em que pese a veracidade do mito, o certo é que dele podemos extrair duas importantes conclusões. Em primeiro lugar, o fato de ter percorrido o trajeto na mais alta velocidade denota a importância da mensagem e, por conseguinte, sua “urgência” para chegar ao destinatário. Atrelado a esta necessidade estão, em segundo lugar, as possibilidades e limitações do soldado – e de todo o grupo – na concretização do processo. Ou seja, a ausência de um mecanismo mais eficaz do que a corrida do soldado. Certamente, de posse de um “meio de transmissão” mais veloz, o deslocamento do indivíduo não seria necessário. Ora, foi justamente a busca incessante de superação de tais limitações que motivou o surgimento de formas mais eficientes de transmissão, capazes de “encurtar a distância” entre o fato e seu destinatário.

A análise histórica do desenvolvimento das formas de comunicação nos mostra que ela sempre esteve condicionada pelos fatores conjunturais, o que significa que se transforma de acordo com as transformações sociais mais amplas. Logo, podemos interpretá-la como uma ação cultural, com vistas à satisfação de necessidades específicas. E é dessa maneira que se apresenta, no nosso entendimento, a radiodifusão, nosso objeto de pesquisa.

Foi o processo de urbanização, advindo das transformações dos meios de produção, o responsável pelo surgimento de uma conjuntura específica que motivou o aparecimento de formas de comunicação com maior capacidade de abrangência. Isso porque a indústria obrigou o deslocamento de trabalhadores para seu entorno, já que a relação de trabalho passou a ser conduzida pelo

tempo. Forçados a cumprir uma jornada diária de trabalho, esses “novos” trabalhadores transferiram-se para localidades próximas ao meio produtivo e ali construíram suas estruturas de moradia, culminando na criação de uma nova forma de cidade que pudesse atender tal necessidade.

À conjuntura instaurada pela urbanização agrega-se a própria tecnologia proveniente dos avanços industriais. Foram as diversas pesquisas iniciadas a partir do século XVIII que possibilitaram o aparecimento dos primeiros embriões que, mais adiante, seriam a base para a eclosão da radiodifusão: além da eletricidade, a transmissão de mensagens por ondas eletromagnéticas (no caso do rádio) e a produção e reprodução de imagens (no caso da televisão). Portanto, ao passo que se modificam as condições conjunturais, como afirmamos, surgem as tecnologias que tornaram realidade a comunicação em larga escala.

No caso do Brasil, esta realidade não se mostrou diferente. O processo de urbanização em solo nacional seguiu as mesmas condições gerais que apontamos. Apesar de certo atraso em relação a outros países, o Brasil sofreu um enorme impulso urbanizador, com o desenvolvimento do modelo industrial de produção. E isso ocorreu principalmente a partir do início do século XX, com um significativo avanço após a revolução de 1930, quando Getúlio Vargas foi conduzido à presidência da república. E é justamente sob seu governo que a radiodifusão encontra a conjuntura necessária para a primeira importante fase de seu desenvolvimento, que se evidencia pelo trabalho governamental em torno do rádio. Isso porque, apesar do rádio fazer parte do cenário nacional desde as pesquisas do padre Landell de Moura entre o final do século XIX e início do século XX, é deste governo a iniciativa de transformação do seu caráter educativo para comercial. Esse fato, atrelado, como afirmamos, ao acelerado desenvolvimento industrial, transforma o veículo em instrumento de divulgação de produtos, garantindo uma maior dinâmica para a legitimação do capitalismo nacional. A população, antes alijada do processo em função do caráter extremamente elitista do rádio, é incorporada ao cenário para efetivar a relação que norteia a lógica da indústria cultural: o consumo. Seu caráter consumidor estimula os investimentos estatais e privados que facilitam o acesso à tecnologia da comunicação, fator preponderante na consolidação de seu papel como veículo de comunicação de massa. No âmbito estatal, esses

investimentos representam, além do incentivo à indústria de produção de aparelhos, uma inserção direta no veículo. Com a criação de “A voz do Brasil” (1934) e das agências reguladoras, além da estatização e ampliação da Rádio Nacional, Vargas inicia um processo que marcará a insígnia de uma nova realidade para o rádio: a função de organização e controle social.

É durante a fase de maior inserção do rádio na cultura nacional que surge a televisão, em 1950. E ela surge se destoando do rádio em dois aspectos básicos: a tecnologia e o investimento. Diferentemente do rádio, o Brasil não possuía uma tecnologia da televisão, o que o tornou dependente, nesse sentido, do desenvolvimento internacional. E foi nos Estados Unidos que Assis Chateaubriand buscou as condições materiais necessárias para a implantação do novo veículo. Assim, a televisão, desde seu início, se caracteriza como mecanismo de investimento privado e, portanto, a serviço do comércio e do consumo de massa. Por outro lado, e nesse aspecto existe semelhança entre os veículos, a TV tem seu início marcado por um forte elitismo, principalmente em função da dependência externa para a aquisição de aparelhos receptores. Foi necessário um período de adaptação para que a TV se configurasse, definitivamente, naquilo que dela se esperava, ou seja, o papel de veículo de comunicação de massa.

As barreiras começaram a ser transpostas no início da década de 1960 e tiveram um impulso decisivo com a eclosão do golpe militar de 1964. E isso porque os novos mandatários atuaram de forma decisiva nas questões de comunicação, com vistas a fortalecer as duas características marcantes que apontamos sobre os veículos: suas funções comercial e de controle. A primeira se justifica pelos laços estabelecidos com os grupos de representação de classes – nacionais e estrangeiros – que formaram fileiras com os golpistas. A segunda, por sua vez, se coaduna à linha ideológica impetrada pelo regime, que, na nossa concepção, é essencialmente autoritária. Assim, as iniciativas no âmbito da radiodifusão, bem como de todo o sistema de comunicação, estão em conluio com estes princípios e objetivam fornecer um dos suportes necessários para a consolidação do novo regime.

Os primeiros governos militares procuram definir uma política de comunicação capaz de agregar todas essas variantes. Se por um lado o país ressentia-se de uma tecnologia própria, capaz de subsidiar o desenvolvimento

das indústrias do setor, por outro também não possui uma legislação e uma estrutura governamental que possa regulamentar – e, portanto, controlar – todo o sistema. As primeiras medidas visaram suplantiar tais lacunas que, em um sentido global, se caracterizam da seguinte maneira:

A) A criação de uma base legislativa que se fundamentou principalmente nos diversos atos e decretos que marcaram a segunda metade da década de 1960, e sua adequação às diretrizes mais amplas que estruturavam o autoritarismo militar, em especial as leis de Segurança Nacional.

B) Implantação de uma estrutura tecnológica e material capaz de aumentar a quantidade de serviços prestados pelo sistema.

C) Adaptação da estrutura do governo frente ao setor que começava a se desenvolver de forma mais acentuada. Ressalta-se, neste caso, o papel destinado ao CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações), à Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações) e a criação do Ministério das Comunicações.

O período em questão marca uma fase de grande desenvolvimento para o sistema de comunicação. No que concerne à radiodifusão, é na televisão que esta realidade se manifesta de maneira mais intensa, com o aumento de emissoras, de aparelhos receptores e da capacidade de alcance. Entretanto, é necessário ressaltar que este processo se desenrola, de início, em meio à indefinição política impetrada no âmbito interno dos governos, motivadas principalmente pelos conflitos e pela falta de unanimidade de ação das Forças Armadas. Prova disso é a grande quantidade de decretos, atos e portarias e a reedição (em versão modificada) da Constituição de 1967, que ocorreu em 1969, sob o comando da Junta Militar.

À indefinição em termos da ação política decorre, a seguir, uma condição de incertezas frente à determinação e execução das políticas específicas para a radiodifusão, o que se evidencia pela “lentidão” que marcou a atuação da Embratel no período. Dessa forma, ao passo que os setores militares conseguem estabelecer certa coesão no âmbito da administração pública, o sistema de comunicação também se estrutura, abrindo as possibilidades para um acentuado processo de expansão. Essa convergência de fatores surge com a escolha de Emílio Médici para a presidência da república. E são as ações que seu governo adotou para a radiodifusão que

constituem nosso objeto de estudo para este trabalho, ou seja, a política específica de ação para o setor.

De perfil nitidamente autoritário, o governo Médici foi marcado pelo acirramento dos conflitos sociais, principalmente em função dos embates travados entre as forças militares e a oposição ao regime. Por outro lado, impetrou forte iniciativa desenvolvimentista para o país, notadamente nos aspectos econômicos e estruturais. Com isso, o sistema de comunicação sofreu forte impacto expansionista, sendo utilizado, principalmente, no sentido do controle social e da legitimação do regime. E aqui se evidencia a hipótese que fundamenta o trabalho que ora apresentamos. No nosso entendimento, o governo de Emílio Médici adota uma política de comunicação convergente com as diretrizes autoritárias que marcaram a vigência do regime militar no Brasil. Por esse motivo o rádio e a televisão desenvolvem-se e se estruturam em acordo com a doutrina de segurança nacional. Em suma, por integrar uma ordem política de conotação autoritária, o governo Médici instaura uma política de comunicação condizente com este princípio, transformando a radiodifusão em um dos alicerces do regime.

Dessa forma, nosso objetivo aqui é demonstrar o papel que foi destinado para a radiodifusão durante o período que compreende o governo de Emílio Médici. Para tanto, tornou-se necessário pesquisar as medidas legislativas e as ações adotadas no âmbito das iniciativas político-administrativas. Estas, por sua vez, distribuem-se nas ações técnicas para o desenvolvimento do setor, nas agências e órgãos de regulamentação e controle e, finalmente, naquilo que denominamos intervenção direta, ou seja, a pressão exercida sobre a programação e o funcionamento dos veículos. Para a efetivação do trabalho, foram consultadas fontes diversas entre livros, revistas e artigos publicados e entrevistas realizadas com profissionais da área de radiodifusão.

No que concerne à estruturação geral, tornou-se imperativo adequar a tese a paradigmas teóricos que pudessem dar conta da variedade temática que se fez presente. Ora, entender o funcionamento da radiodifusão durante o regime militar pressupõe entender toda a dinâmica que o envolve, já que o setor que agrega o rádio e a televisão está inserido em um sistema de legitimação de uma organização política específica. Assim, compreendemos como tênue o limiar que separa, no caso da nossa pesquisa, os conceitos

vinculados à sociologia e à ciência política, visto que nos propomos a analisar, como afirmamos, o funcionamento dos veículos de comunicação inseridos em um contexto político que o condiciona. Outrossim, na nossa interpretação, as ciências sociais fornecem modelos de análise que, em sua essência, facilitam o trânsito entre os diversos paradigmas que a compõem.

Por entender dessa forma, procuramos adotar um modelo analítico que pudesse dar conta de todas as variantes presentes no objeto. Trata-se de uma análise sociológica de funcionamento da radiodifusão no Brasil, mas que apresenta aspectos da ciência política, notadamente na análise da forma de governo adotada pelos militares – em geral – e no de Emílio Médici – em específico. Ficaria incongruente, para concluir, analisar os aspectos concernentes à radiodifusão sem compreender os seus condicionantes, que no caso residem nas ações de cunho autoritário do governo.

Assim, a metodologia empregada tem como objetivo responder a tais questões. Separamos o trabalho em três partes, cada qual devidamente incorporada pelos capítulos que, distribuídos, condizem com a temática abordada.

A primeira parte foi dedicada à análise teórica sobre a radiodifusão. Procuramos, subsidiados pelos conceitos apresentados pelo pensamento crítico, demonstrar que a radiodifusão insere-se no contexto dos postulados sobre a indústria cultural, já que tanto o rádio como a televisão possuem, em comum, a característica de reprodutores dos bens culturais com vistas ao consumo de massa. Assim, para melhor compreensão deste fenômeno, dividimos esta parte em três capítulos, dedicando ao primeiro a função de apresentar os fatores constituintes da cultura de massa, como a transformação do meio produtivo e o conseqüente processo de urbanização. Ao segundo reservamos a apresentação dos postulados teóricos que nos subsidiam para o entendimento da função social destinada aos veículos de comunicação após o início do processo de disseminação da cultura e de sua transformação em bem de consumo. E o último tem o objetivo de abordar de forma mais específica esses veículos, analisando-os por dentro e compreendendo as possibilidades técnicas que possuem para a execução deste processo.

A segunda parte é dedicada à análise dos fatores condizentes com a implantação da radiodifusão no cenário nacional. Aqui optamos pela

distribuição do conteúdo em um único capítulo, já que, a nosso ver, as temáticas trabalhadas se entrelaçam de tal sorte que uma maior separação traria prejuízos ao seu entendimento. Assim, o capítulo se presta a analisar os fatores conjunturais relativos à implantação do rádio e da televisão, além das diferentes fases que esses veículos atravessaram e as especificidades que os marcaram.

Por fim, a terceira parte tem a função de encerrar o trabalho com a análise das ações impetradas pelo governo Médici para a constituição de sua política de comunicação. Dividimos esta parte em dois capítulos, a fim de distribuir os diferentes temas que se fazem presentes. No primeiro, procuramos demonstrar o perfil autoritário do governo Médici, que se inspira na própria linha ideológica que norteia o regime impetrado após 1964. Portanto, tornou-se necessário entender a origem desse processo e, por conseqüência, melhor esclarecer a herança recebida pelo seu governo. Além disso, compõe este capítulo uma abordagem teórica sobre os aspectos centrais do modelo burocrático-autoritário, que, na nossa interpretação, condiz com a forma de autoritarismo adotada no período. Encerrando o trabalho, o último capítulo apresenta a atuação do governo em torno do sistema de comunicação de forma geral e, particularmente, da radiodifusão, considerando todos os aspectos que definem aquilo que consideramos como uma política de comunicação de cunho autoritário.

PARTE I

RADIODIFUSÃO E INDÚSTRIA CULTURAL

1. A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA DE MASSA

O que a princípio se apresenta como um conceito acabado é, no caso da *cultura de massa*, uma proposição que define uma realidade social, econômica e política bastante complexa. Esta complexidade se traduz pelo fato de a ela “estarem” implícitas outras categorias: indústria cultural, consumo, massa e cultura. Podemos afirmar que a terminologia *cultura de massa* é resultado da junção destas categorias, logo, para sua melhor compreensão, torna-se necessário uma análise individualizada de cada uma. Isso irá nos possibilitar o fornecimento de subsídios teóricos que fundamentem a importância deste fenômeno para a análise do rádio como veículo de comunicação de massa.

Apesar do perfil genérico das categorias relacionadas à cultura de massa, é necessário ressaltar aqui seu viés unificador, baseado no processo de transformação desencadeado a partir da chamada Revolução Industrial. Este novo modelo de produção, além de alterar a forma de produção dos bens de consumo, destinou ao indivíduo um papel social específico tanto na relação com o meio produtivo em si quanto no aspecto da vida social. O aluguel do tempo de trabalho promovido pela nova relação social de produção, atrelado ao decréscimo da importância da agropecuária na relação econômica, “força” o indivíduo a se estabelecer em grupos sociais mais amplos, inaugurando uma realidade urbana nunca antes vista. Como veremos neste capítulo a urbanização proveniente do processo de industrialização reitera a “necessidade” do surgimento de uma nova forma de manifestação cultural, a *cultura de massa*.

Mesmo tendo tido seu desenvolvimento vinculado ao próprio desenvolvimento do capitalismo, a indústria não é uma característica específica deste sistema sócio-econômico. Daí decorre que todas as implicações contidas na análise sobre as consequências da revolução industrial devem *signalizar* influências de caráter mais amplo, como o faz, por exemplo, Dwight Macdonald acerca da cultura de massa na então U.R.S.S. (MACDONALD: 1973, 79). Esta ressalva se torna aqui necessária porque, tendo em vista nosso objetivo central de enquadrar o rádio e a televisão como veículos de comunicação de massa na sociedade brasileira, procuramos conduzir a análise à luz da economia de

mercado, principalmente do ponto de vista bibliográfico. O que sugere, como veremos a seguir acerca da massa (primeira categoria), a necessidade de abordar conceitos específicos do sistema capitalista.

1.1 Antecedentes históricos: A transformação do meio produtivo

A realidade social contemporânea emerge de um movimento de transformação das relações de produção inaugurado com o surgimento da indústria. A substituição de um cenário sócio-econômico centrado nas pequenas produções manuais por um modelo instrumentalizado pela força artificial das máquinas submeteu os indivíduos à representação de novos papéis sociais, determinados tanto pelo ponto de vista da produção quanto do consumo. Tais transformações evidenciam-se sob dois aspectos centrais e que aqui apresentaremos separadamente, à luz da fundamentação teórica marxista: *a produção em larga escala e a relação de propriedade*.

Em linhas gerais podemos definir o sistema industrial como o responsável pela produção em larga escala de produtos serializados. Ou seja, tendo em vista a divisão social do trabalho, a máquina substitui o indivíduo nas etapas de produção da mercadoria e, por estar programada para exercer as atividades de forma contínua e sem os “inconvenientes” humanos, atribui “maior eficácia” à produção, culminando, por conseguinte, na aceleração do processo. Portanto, a chamada Revolução Industrial, ao acrescentar uma forma motriz no sistema produtivo, é a responsável direta pelo aumento da quantidade de mercadorias semelhantes colocadas a disposição do consumo humano.

Estas invenções, que a partir de então ainda foram permanentemente aperfeiçoadas, foram decisivas para a *vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual*¹ nos principais setores da indústria inglesa, e toda a história recente desta mostra-nos como os trabalhadores manuais foram sucessivamente desalojados de todas as suas posições pelas máquinas. (ENGELS: 1988, 16-17)

O desenvolvimento e implementação das indústrias, além de modificar a estrutura produtiva, dinamizou as novas formas de organização das classes

¹ Grifo do ator

sociais, consolidada agora pela posse privada dos meios-de-produção. Vale ressaltar aqui o caráter capitalista do processo industrial, submetendo as novas técnicas às características proeminentes da economia de mercado. Por este motivo, são justamente os investimentos privados que impulsionarão o desenvolvimento da indústria, caracterizando-a como uma propriedade com fins lucrativos e estabelecendo, por este motivo, a condição de classe tanto do proprietário – o burguês – quanto dos que nela trabalharão – os proletários. Em suma, é a propriedade dos meios de produção que, do ponto de vista marxista, define a condição de classe do indivíduo.

Originalmente, o indivíduo não tem capital nem propriedade de terra. Logo ao nascer é constrangido ao trabalho assalariado pela distribuição social. Mas o próprio fato de ser constrangido ao trabalho assalariado é um resultado da existência do capital e da propriedade fundiária com os agentes de produção autônomos. (MARX: 1987, 13)

O sistema capitalista – e a indústria por consequência – norteiam a nova forma de organização social. De caráter materialista, o capitalismo define as relações sociais a partir da troca de mercadorias, ou seja, a inserção do indivíduo no âmbito da relação de produção depende da quantidade de mercadoria com valor de troca de que dispõe. Por definição o burguês tem garantida uma condição privilegiada nesta relação, já que pode usufruir das mercadorias provenientes de seu meio privado.

A troca de mercadorias é o processo no qual o metabolismo social, isto é, a troca dos produtos particulares dos indivíduos privados é, ao mesmo tempo, a geração de relações de produção sociais determinadas, que os indivíduos contraem neste metabolismo. As relações recíprocas das mercadorias em processo se cristalizam como determinações diferenciadas do equivalente geral, e assim o processo de troca é simultaneamente processo de formação do dinheiro. (MARX: 1987, 54)

Por outro lado, os “despossuídos” de tais mercadorias só podem participar do processo na medida em que trocam sua força de trabalho com o próprio burguês. A necessidade do proprietário para a produção será, por conseguinte, a satisfação da necessidade de mercadorias do trabalhador

proletário, submetendo os últimos às garantias dos primeiros. Desta simbiose surge uma relação contratual que, analisada a partir de parâmetros específicos, nos fornece subsídios para entender a importância do desenvolvimento do sistema industrial no contexto da cultura de massa.

O primeiro aspecto relevante neste sentido diz respeito à venda do tempo de trabalho do proletário para o burguês. Os novos trabalhadores devem, a partir de então, vender um tempo específico de seu trabalho para ser utilizado na produção industrial. E ele o faz exatamente porque, como afirmamos, necessita também de mercadorias. A relação de troca neste caso será mediada pelo salário, ou seja, um determinado valor em dinheiro que represente não a quantidade de trabalho desempenhado pelo trabalhador na produção, mas o tempo que permaneceu a disposição para a produção. Esta mudança na relação do trabalho tem importância significativa na análise marxista sobre o sistema capitalista, no entanto, para a especificidade de nossa pesquisa, nos restringiremos ao impacto desta mudança para o conjunto da organização social. Neste sentido, o segundo aspecto a ser ressaltado se refere exatamente à *propriedade* que o trabalhador agora possui para participar das relações de troca, o seu salário.

Ora, se o princípio que norteia a lógica industrial é a reprodução em larga escala, e o trabalhador recebe um salário para o consumo, é natural que as mercadorias produzidas sejam direcionadas à satisfação das *necessidades* destes consumidores, fechando assim o ciclo da circulação de capital apresentado por Marx. E como estes consumidores-trabalhadores devem cumprir uma jornada específica de trabalho com a venda do tempo de que dispõem, são obrigados a residir no entorno das indústrias, forçando uma estruturação urbana.

O grande estabelecimento industrial exige numerosos operários trabalhando juntos num mesmo edifício; eles têm que habitar juntos: para uma fábrica média já constituem uma vila. Têm necessidades para cuja satisfação outras pessoas são necessárias; os artesãos: alfaiates, sapateiros, padeiros, pedreiros e marceneiros afluem. (ENGELS: 1988, 32)

1.2 O processo de urbanização

Friedrich Engels apresenta um importante estudo sobre a situação urbana que emergiu na Inglaterra após o desenvolvimento da indústria e da conseqüente implementação do sistema capitalista. Seu trabalho nos serve aqui de parâmetro justamente porque, no nosso entendimento, as conseqüências das transformações urbanas são equivalentes quando se trata da implantação de um modelo industrial de produção, principalmente em função da quantidade de trabalhadores que lhe é inerente. O que pode variar neste caso são as necessidades, no entanto, por se tratar de agrupamentos humanos, o *fato necessidade* é o mesmo, obrigando a montagem de uma estrutura capaz de intervir neste sentido. Dessa forma, e tendo em vista o crescimento dos centros urbanos na Inglaterra, reproduzimos abaixo alguns dados demográficos apresentados pelo autor²:

CIDADE / LOCALIDADE	Ano de 1801	Ano de 1831
Bradford	29.000	77.000
Halifax	63.000	110.000
Huddersfield	15.000	34.000
Leeds	53.000	123.000
Conjunto de West Riding	564.000	980.000

O processo de urbanização desencadeado a partir da expansão industrial reflete, segundo Engels, a característica centralizadora do sistema capitalista. A tendência por ele verificada é de um esgotamento competitivo das

² Este índice demográfico pode variar ou conter alguma alteração. O conjunto de dados por ele apresentado invariavelmente demonstra modificações, como o arredondamento, por exemplo. Esta inexatidão pode ser notada quando o autor trata do crescimento demográfico no Oeste da Inglaterra: “[...] população que, desde 1831, deve ter crescido pelo menos 20 a 25%” (ENGELS: 1988, 19). Ou mesmo ao afirmar que “o esboço histórico da revolução industrial acima é inexato em alguns detalhes, mas em 1843-44 não existiam fontes melhores do que as que eu utilizei.” (ENGELS:1988, nota 10, 28-29). No entanto, e corroborando com o propósito por nós apresentado, os dados são importantes indicativos das transformações populacionais ocorridas neste período.

produções isoladas em função das condições benéficas que a “aglomeração” possibilita, principalmente pela facilidade na comercialização dos produtos e do acesso à matéria prima e à mão de obra. Por este motivo, argumenta Engels, as indústrias criadas no campo já carregam o germe de uma cidade industrial, e a constante proliferação destas reduziu sensivelmente o espaço livre que as separa, juntando-as e redefinindo-as geograficamente.³

Sua preocupação central, evidentemente, diz respeito à condição imposta pelo processo industrial capitalista à classe trabalhadora. A tendência centralizadora neste aspecto está relacionada à própria característica centralizadora do capital. E sua crítica, por conseguinte, é a crítica a toda estrutura que mantém o capitalismo, desde as relações de ordem puramente econômicas – como o capital – às de natureza políticas e sociais, aí inserido o processo de urbanização. A superação deste sistema requer, portanto, a superação de toda sua lógica estruturante.

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política. (MARX e ENGELS: 1988, 80)

É notória a contribuição do pensamento marxista para a análise sociológica da realidade social desencadeada pelo processo de industrialização. A análise neste âmbito procura esclarecer as contradições de um sistema sócio-econômico de orientação capitalista e, a partir daí, propor um modelo alternativo de organização social. O comunismo seria a última etapa deste processo e romperia com as desigualdades de classes pautadas na propriedade privada. Longe de discordar destes pressupostos, nosso objetivo ao abordar a contribuição analítica marxista foi trazer à luz os efeitos do processo de industrialização – e de seus agentes – à criação dos conglomerados urbanos. Por este motivo seremos aqui obrigados a abdicar da

³ Engels cita a forte tendência à proximidade física das cidades industriais inglesas, afirmando que “se fosse possível que esta atividade louca da indústria durasse ainda cem anos, cada distrito industrial da Inglaterra ver-se-ia reduzido a uma única cidade industrial e Manchester e Liverpool encontrar-se-iam em Warrington e Newton” (ENGELS: 1988, 33)

análise da sociedade comunista e nos direcionar para o objeto central deste capítulo: *a cultura de massa*.

Como vimos, o acordo firmado com o dono do meio de produção prevê um pagamento em dinheiro para o trabalhador que vende o seu tempo de trabalho. Como o capitalismo se pauta por uma lógica de trocas de mercadorias ele, com este salário, participará do processo como *consumidor*. Temos, portanto, o cenário que até aqui procuramos demonstrar, ou seja, uma grande quantidade de pessoas que são “forçadas” a conviver em grandes cidades e que precisam satisfazer suas *necessidades* materiais.

É justamente esse contingente de pessoas vivendo em centro urbanos por conseqüência das transformações industriais e compartilhando necessidades semelhantes que aqui denominaremos *massa*. E esta, tendo sido por nós analisada no que tange à sua origem, deve agora ser entendida pelos aspectos relativos às suas características específicas, ou seja, sua constituição e seus valores.

1.3 Massa: constituição e valores

As transformações culturais desencadeadas pelo processo de industrialização estabeleceram uma nova realidade de acesso a bens de consumo que até então se restringiam a uma pequena parcela da população. A reprodução em larga escala, atrelada ao princípio burguês-liberal da liberdade de escolha e de lucro através do consumo incentivaram o acesso da sociedade aos mais variados produtos, criando uma nova dinâmica organizacional que, por conseqüência, fez emergir uma nova classificação conceitual, a *cultura de massa*. Sob esta perspectiva a *massa*, grosso modo, representa o conjunto de indivíduos predispostos a integrar uma forma de conduta única, objetivando os mesmos fins e sinalizando certa uniformidade cultural. A essência da nova classificação passa pelos indivíduos emaranhados que, juntos, exercerão o papel determinante do consumo.

A *massa*, por esta perspectiva, tornou-se um paradigma e enquanto tal recebeu, a partir do momento em que as áreas urbanas começaram a se expandir, classificações diferenciadas e complementares – sociedade de massa, comunicação de massa, cultura de massa, esporte de massa, etc. – por

parte dos pesquisadores que se dedicaram ao estudo deste novo devir. Gabriel Cohn, em seu clássico trabalho sobre o aspecto social da comunicação, apresenta as diferentes interpretações propostas pelas Ciências Sociais:

O termo massa designa uma coletividade de grande extensão, heterogênea quanto à origem social e geográfica dos seus membros e desestruturada socialmente. Isto é, trata-se de um coletivo, contíguo ou à distância, de indivíduos indiferenciados quanto às normas de comportamento, valores e posições sociais, pelo menos naquilo que diz respeito a uma situação determinada. (COHN: 1973, 17)

Compreendida desta forma, ela adquire, segundo Cohn, a característica de uma construção *vazia* e que se propõe a ser *neutra*; logo, inviabiliza, pela própria essência, uma classificação mais precisa e conceitual.

Em uma perspectiva histórica, a massa está implícita, segundo Cohn, certa responsabilidade em determinadas características do sistema cultural, mais precisamente durante o século XIX. O pensamento conservador então predominante atribuía-lhe caráter de ruptura social iminente, inclusive pela via revolucionária, o que lhe incorporou uma conotação negativa, de preocupação em relação às suas possibilidades de manifestação. Em contrapartida, ao ser incorporado pelas Ciências Sociais e tornar-se “neutra”, o conceito massa possibilita sua associação a temas relacionados, o que, por consequência, estimula o surgimento de categorias co-relacionadas de definição da estrutura cultural. É nesse caminho, segundo Cohn, “(...) que se passa da idéia de massa como nociva à própria sobrevivência da ‘sociedade civil’ para a noção, contemporânea, da ‘sociedade de massas’” (COHN: 1973, 19).

Foi atrelado às transformações estruturais sofridas pela sociedade contemporânea em função do estabelecimento da nova ordem industrial, que o pensamento social se desenvolveu. A noção de massa foi redefinida, em termos analíticos, com o intuito de compreender uma nova ordem social que, em sua complexidade, pressupõe, como característica fundamental, um papel determinante dos “agrupamentos” de indivíduos. E isso ocorre tanto do ponto de vista da produção – das massas de trabalhadores proletários - como do ponto de vista do consumo – de princípio ativo na economia de mercado.

Redefinir a massa como categoria requer, assim, diferenciá-la em termos conceituais das outras formas de “agrupamento” que implicam em outros tipos de abordagem.

Neste sentido, Dwight Macdonald apresenta, à luz do acelerado desenvolvimento da realidade capitalista norte-americana, uma importante contribuição. Na iminência de compreender os motivos de formação da *massa*, Macdonald traça um paralelo comparativo com a *multidão* e afirma que a similaridade se estabelece pelo fato de que, além de se formarem pela junção de uma grande quantidade de pessoas, estas não se ligam como indivíduos. Ou seja, estão dispostos como agrupamentos, mas não compartilham relações sociais.

[...] não estão ligadas umas às outras de modo algum, mas apenas a algo distante, abstrato, não humano: uma partida de futebol, ou uma liquidação de casa comercial, no caso da multidão, um sistema de produção industrial, um partido ou um estado, no caso das massas. O homem de massa é um átomo solitário, igual a milhares e milhões de outros átomos [...] (MACDONALD: 1973,89)

O que caracteriza a massa é a forma de como os seus membros nela atuam. Os papéis sociais tornam-se coletivos e a identidade que os une é uma identidade coletiva. Por não estabelecer relações individuais, a massa se diferencia da comunidade. Atuando em comunidade, afirma Macdonald, o indivíduo estabelece relações pessoais que o singularizam, isto porque as motivações o forçam a estabelecer laços de trabalho, de tradições e de valores e sentimentos que são comuns a todos os membros. Nesta situação ele é “forçado” a cumprir funções especiais e partilhar destas com os demais membros, como é o caso da família. Por este motivo ele é mais importante, de acordo com Macdonald, visto que se integra mais intimamente à comunidade.

Estabelecido em massa o indivíduo cristaliza-se de uma forma anônima, onde seus valores e concepções individuais “desaparecem” em detrimento dos valores e concepções de um conjunto. Seus desejos passam a ser os desejos da massa que, por sua vez, como afirma Macdonald, atua no sentido da homogeneização do comportamento de seus membros. A mesma perspectiva

negativa apresentada por Macdonald em relação às massas é percebida, em Adorno e Horkheimer, principalmente no que tange à condição “passiva” de um indivíduo que se vê solto numa estrutura “criada” com fins objetivos. A este respeito eles afirmam que “na indústria o indivíduo é ilusório não apenas por causa da padronização do modo de produção. Ele só é tolerado na medida em que sua identidade incondicional com o universal está fora de questão”. (ADORNO e HORKHEIMER:1985, 144)

Por este prisma podemos concluir que a *massa*, por expressar uma forma de conduta específica, caracteriza-se como manifestação cultural; logo, como é da própria essência da cultura, pode variar de acordo com a conjuntura na qual está inserida. Portanto, à massa não convém uma definição única, estática, mas um caráter mutável, dinâmico. Reside exatamente nesta interpretação a necessidade de uma ressalva.

Como podemos aferir, cultura é uma definição complexa no campo de análise das ciências sociais. A literatura específica nos apresenta como ponto central o fato de ser ela uma criação do ser humano, o que significa que o indivíduo cria formas de representação social para ele mesmo, já que também está inserido em um contexto coletivo. O que também existe de concreto é que tais manifestações podem surgir de duas diferentes maneiras: através de uma ação que aqui denominamos *casual*, onde as questões circunstanciais são responsáveis pelo processo e através de uma ação racional, onde seus meios são estruturados a partir de fins pré-estabelecidos, denominada como *proposital*.

Ora, ao atribuir um aspecto cultural para a *massa*, cabe analisar, a seguir, quais foram os “meios” adotados em seu processo de “criação”. Em nossa concepção, mesmo levando em consideração o imenso alicerce de racionalidade que caracteriza o sistema capitalista, foram fatores de ordem casual os responsáveis pelo surgimento da *massa*, decorrentes, principalmente, do acelerado processo de urbanização. O mesmo não se aplica para a sua forma de conduta e valores que, como veremos no próximo capítulo, são fortemente influenciados por uma ação racional com vistas ao consumo em larga escala, inaugurando assim aquilo que denominamos como *cultura de massa*.

2. UMA PERSPECTIVA INDUSTRIAL DA CULTURA

Esse sistema cultural define-se, segundo Cohn, pela relação de produção peculiar à sociedade industrial. As mercadorias, reproduzidas em larga escala e colocadas à disposição do consumo da massa, são o sucedâneo de uma ordem cultural encerrada com o surgimento da forma de produção contemporânea. Refere-se assim a uma “[...] dimensão tendencialmente dominante na esfera cultural, constituída pelo conjunto de bens culturais produzidos e consumidos em escala industrial no seu interior e articulado num sistema próprio.” (COHN: 1973, 99)

Neste sentido, a organização industrial foi responsável pelo estabelecimento de uma cultura específica que se define pela lógica de consumo dos diversos “bens” reproduzidos em larga escala. A *cultura de massa* é uma categoria vinculada a esta nova ordem justamente porque a *massa* – como caracterizamos anteriormente – é resultado do processo de urbanização inaugurado pelo capitalismo. Algumas concepções relacionadas tanto à idéia da *massa* e de sua função social, quanto das “*mercadorias*” colocadas à disposição para o consumo, apresentam considerações conflitantes entre os cientistas sociais, proporcionando mais de uma abordagem acerca do tema.

Por este motivo, e tendo em vista o objetivo específico que ora apresentamos no sentido de verificar as implicações do processo de industrialização na constituição da cultura de massa, nos propusemos aqui a realizar uma abordagem à luz da teoria crítica apresentada pelos teóricos da Escola de Frankfurt. Esta iniciativa se fundamenta na importância de agregar categorias analíticas que melhor se enquadram em nosso propósito, a começar pela reprodução técnica da cultura.

2.1 Reprodução técnica da cultura

O preceito básico que norteia a crítica à cultura de massa, na ótica frankfurtiana, centra-se em duas vertentes diferenciadas e interligadas: a produção em larga escala e o consumo. No que tange à produção, por ela ser realizada em grande proporção, seu objetivo direciona-se única e

exclusivamente ao consumo, o que, por conseqüência, coloca em primeiro plano a massa de consumidores e não a *essência do objeto cultural*. A produção, assim, vulgariza-se e nivela por baixo a cultura já que não exige qualidade do público. Por sua vez este público, caracterizado como massa, consome de forma desenfreada os produtos colocados à disposição sem exigir qualidade, já que, ao ingressar na massa, renegou quaisquer valores individuais neste sentido. Solto na massa ele consome o que os demais consomem e a possibilidade de resistência – entendida aqui como um diferencial cultural – é a mesma de todos os membros da massa, uma vez que o objeto cultural destina-se a todos de igual forma.

Theodor Adorno e Max Horkheimer criaram uma categoria específica que pudesse dar conta do processo de reprodução técnica das manifestações culturais: a Indústria Cultural. Por este princípio, a reprodução em larga escala das produções culturais evidencia uma preocupação mercadológica e uma descaracterização do princípio norteador da obra (no sentido generalizante das produções). A descaracterização ocorre exatamente porque a inspiração e o trabalho não se destinaram para um consumo em massa, pelo contrário. A *verdadeira obra de arte* está vinculada a uma manifestação cultural específica e sua reprodução anula este princípio. Em outras palavras, a essência da obra não está no público consumidor, mas nos preceitos subjetivos do artista. “A Indústria Cultural desenvolveu-se com o predomínio que o efeito, a *performance* tangível e o detalhe técnico alcançaram sobre a obra, que era outrora o veículo da idéia e com essa foi liquidada.” (ADORNO e HORKHEIMER: 1985, 118)

A crítica à forma de produção não anula por completo a crítica à massa consumidora, portanto, também aqui se torna necessária, para melhor entendimento, uma separação analítica entre a forma de produção e o consumo.

Na chamada Teoria Crítica a indústria cultural é entendida como um *sistema*, pois como afirmam Adorno e Horkheimer, cada um dos setores específicos é coerente em si mesmo e entre eles. Isso pressupõe que a produção é arquitetada de forma racional, objetivando, em última análise, uma recepção pré – estabelecida. Como as indústrias da reprodução são privadas, elas se inserem na lógica capitalista de mercado, submetendo a produção

cultural ao nível de mercadoria, objetivando assim o lucro do proprietário em detrimento da necessidade social do produto. Inserido no contexto da cultura de massa o método da reprodução se caracterizará pela padronização, uma vez que, conforme afirmamos, o indivíduo integrado na massa sucumbe à sua lógica estruturante, abdicando de seus valores específicos. Identificada, portanto, a *vontade geral*, os produtos se multiplicarão neste sentido, satisfazendo, assim, necessidades semelhantes.

Os padrões teriam resultado originalmente nas necessidades dos consumidores: eis porque são aceitos sem resistência. De fato, o que o explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. (ADORNO e HORKHEIMER: 1985, 114)

O sucesso no consumo depende da identificação entre a massa e o produto cultural, isto porque, segundo Adorno e Horkheimer, seu valor depende da condição de troca que ele propicia. Seu valor de uso, sua essência, sucumbe-se frente à relação comercial inserida no contexto do consumo em massa.

Eis aí o triunfo da publicidade na indústria cultural, a mimese compulsiva dos consumidores, pela qual se identificam as mercadorias culturais que eles, ao mesmo tempo, decifram muito bem. (ADORNO e HORKHEIMER: 1985, 156)

Ainda no tocante ao consumo, Adorno e Horkheimer afirmam que a racionalidade técnica de inspiração capitalista existe em consonância com a dominação, o que significa afirmar que a reprodução cultural está a serviço de uma forma de controle social que vai além da simples relação econômica. Não se trata apenas da simples compra e venda de produtos culturais, mas da criação de uma cultura de massa que submete e confunde o indivíduo, tanto o criador quanto o consumidor, em questões mais amplas, mais genéricas em relação à sua vida social. Isto porque a propagação desta ideologia do consumo estimula aceitação de valores semelhantes que, por sua vez, direcionam a massa a uma perspectiva relacional, o que acaba sendo traduzido em legitimação do controle político.

Assim, também sobrevive na indústria cultural a tendência do liberalismo a deixar caminho livre a seus homens capazes. Abrir caminho para esses componentes ainda é a função do mercado [...] Não é à toa que o sistema da indústria cultural provém dos países industriais liberais, e é neles que triunfam todos os seus meios característicos [...] (ADORNO E HORKHEIMER: 1985, 124)

A força do discurso ideológico do mercado subjuga mais facilmente as massas à efervescência do consumo. Segundo Adorno e Horkheimer as massas, alienadas e passivas aos efeitos da produção industrial, legitimam o processo de dominação por não exercerem resistência capaz de interferir no processo. A idéia fictícia de prazer e de sucesso surge pela eficiência do processo de reprodução, no qual a repetição e a constante propagação de valores nivela os indivíduos em massa, e cria a falsa idéia da “democratização” do acesso às produções culturais.

[...] a eliminação do privilégio da cultura pela venda em liquidação dos bens culturais não introduz as massas nas áreas de que eram antes excluídas, mas serve ao contrário, nas condições sociais existentes, justamente para a decadência da cultura e para o progresso da inocência bárbara. (ADORNO e HORKHEIMER: 1985, 150)

Condenada a um consumo nivelado por baixo, com ênfase no lucro e não no efetivo valor do uso da obra de arte, as massas, portanto, sacramentam uma forma de conduta que exalta valores acessíveis à maior parte da população. A forma de expressão desta cultura inibe inclusive possíveis reações individuais adversas, admitindo determinado “controle” sobre os membros. Walter Benjamin afirma que o problema neste sentido está no próprio caráter coletivo da produção técnica e sua diferença com o que ele chama de verdadeira obra de arte.

Para efetivar sua análise no sentido de demonstrar a “verdade” da obra de arte frente à “versão” da reprodução, Benjamin estruturou o conceito de *hic et nunc*, ou seja, da presença única de uma obra de arte em seu próprio local de produção. Esta condição de unicidade, que é a base do pensamento de Benjamin sobre a autenticidade da arte, pressupõe que as produções culturais, ao serem criadas, possuem uma série de significados intrínsecos ao processo: conjuntura, valores, sentimentos, pensamentos, objetivos, etc. São estes

significados que darão a condição para que todo o contexto histórico da produção seja “inserido” na obra, garantindo assim sua autenticidade. “O que faz com uma coisa seja autêntica é tudo que ela contém de originalmente transmissível desde sua duração material até seu poder de testemunho histórico” (BENJAMIN: 1990, 213).

Esta originalidade, que transcende a simples forma objetiva da obra, está nela acoplada como uma espécie de força invisível, porém perceptível. Assim como a prerrogativa da alma entre os cristãos ou do espírito para os espíritas, que individualiza a noção genérica de ser humano, esta “força” atua no sentido da individualização da produção cultural. A síntese desta elaboração é definida por Benjamin como *aura*.

Toda produção cultural possui, assim, a sua *aura*. A preocupação central do autor é entender de que maneira esta *aura* é afetada no processo de reprodução da obra. Esta reprodução pode ocorrer de diversas maneiras, no entanto, sempre que reproduzida, a obra é afetada em torno da sua originalidade, já que, por essência, a *aura* não pode ser reproduzida. Neste ponto, porém, Benjamin faz uma diferenciação entre a reprodução feita pelas mãos do homem com a reprodução técnica, utilizando como exemplo a fotografia. Afirma que a técnica possui duas vantagens: mantém uma maior “fidelidade” ao original e propicia, com a reprodução contínua, uma abrangência maior de público.

A reproduzibilidade técnica da obra de arte, portanto, está vinculada a uma lógica capitalista e, como consequência, seu objetivo final é o do consumo em larga escala das reproduções. Uma pintura, uma música, uma escultura, enfim aquilo que possamos enquadrar no conceito de obra de arte sofre um processo de reprodução para se tornar mercadoria de consumo na sociedade. Logo, aquilo que era restrito a um ou poucos ganha uma dimensão ampla, se postando a frente de uma grande massa de consumidores.

Esta é uma condição fundamental para o próprio sucesso do consumo da reprodução, uma vez que, para Benjamin, a massa exige que as coisas se tornem mais próximas de sua realidade, sob o risco de perda da sua função social. Por este motivo ela tende a escolher a reprodução, depreciando o caráter daquilo que se manifesta uma única vez.

A adequação da realidade às massas, bem como a conexa adequação das massas à realidade, constituem um processo de eficácia limitada, tanto para o pensamento quanto para a intuição. (BENJAMIN: 1990, 216)

Desta forma, é impossível pensar uma reação por ele considerada progressista frente a uma realidade de produção em massa. A desvinculação entre a função social da obra em si, atrelado ao desconhecimento da massa condenam a arte à periferia da sociedade capitalista. A cultura de massa é, na essência, divorciada da verdadeira obra de arte. E mesmo as possíveis manifestações individuais são refutadas, como afirmamos, pela própria essência desta massa, anuladas prontamente por aquilo que ele denomina como virtualidade de seu caráter coletivo. Sendo assim, o aspecto transformador da realidade cultural (como resultado da transformação social) está na ação da massa frente ao consumo dos produtos culturais.

[...] a massa é uma matriz de onde brota, atualmente, todo um conjunto de novas atitudes em face da obra de arte. A quantidade tornou-se qualidade. O crescimento maciço do número de participantes transformou seu modo de participação. (BENJAMIN: 1990, 236)

2.2 Uma cultura em transformação

Evidentemente podemos afirmar a existência de certo *sentimento de pertencimento* por parte da massa frente à arte. Esta sincronia só foi possível em razão da quebra do *muro* que separava a cultura da realidade popular. Apontadas por Dwight Macdonald (MACDONALD: 1973) como os verdadeiros causadores desse processo, a democracia política e a educação popular contribuíram para o fim do monopólio existente na classe superior, ou seja, as classes populares sempre ficaram à margem das produções – e portanto de seu uso – durante o período que antecede o surgimento do sistema capitalista. Isto não significa que as camadas populares fossem excluídas do processo de produção cultural, porém este fato ocorria mais ao nível daquilo que Macdonald considera como Arte Folclórica, que é uma manifestação espontânea e de raízes regionais. E a classe superior dominante (os aristocratas e burgueses)

concentrava-se em seu *gueto* de produção artística, estabelecendo padrões notadamente diferenciados e excludentes – aqui entendidos como alta cultura. O fato é que não havia um movimento organizado capaz de estabelecer padrões específicos de comportamento e de valores que unificasse os diversos grupos que constituíam a sociedade.

Com o advento da revolução industrial e a incorporação da estrutura econômica capitalista ocorre, segundo Macdonald, uma transformação significativa. Fator preponderante desta forma de organização social, o lucro motivou os homens de negócio “a investirem na cultura”. Além disso, percebeu-se a importância deste processo para a dominação geral, que vai do âmbito do cotidiano – através do consumo – ao nível da política – através da condição passiva e da subordinação reconhecida. Desta forma surge a cultura de massa como resultado da junção de uma cultura de elite com aspectos da Arte Popular.

A cultura de massa é importada, vem de cima. É fabricada por técnicos contratados por homens de negócio; os seus públicos são consumidores passivos, cuja participação se limita à escolha entre comprar e não comprar. Os senhores do *Kitsch*⁴, em suma, exploram as necessidades culturais das massas a fim de obter lucro e/ou manter o domínio da sua classe. (MACDONALD: 1973, 78)

Parafraseando os críticos, Macdonald entende a cultura de massa – denominada *masscult* - como uma versão deturpada da cultura superior. Para ele, as transformações surgidas com o advento da indústria significaram o fim de uma era que, dentre outros aspectos, se caracterizava pela separação em “castas” específicas no que tange à produção cultural. As diferenças sociais

⁴ No sentido literal do termo, *kitsch* representa algum objeto desvalorizado pela convenção social estabelecida a seu respeito, o que significa que a “imagem” negativa que dele se tem reside no âmbito dos valores culturais em questão. O termo de origem alemã tornou-se padrão nas análises sobre a cultura de massa e ganhou proporções mais amplas, definindo não apenas um objeto em si, mas todo o complexo de situações que o envolve. Em linhas gerais, *kitsch* está relacionado às produções culturais destinadas a um público que abdica da arte autêntica, justamente porque sua “mensagem” exige menor esforço de contemplação e definição, logo, é resultado da produção cultural industrial. (GREENBERG: 1973, 125-126). Em uma perspectiva mais flexível, Umberto Eco acrescenta que a importância do conceito transcende a condição parasitária do aspecto produtivo da cultura. Neste sentido, *kitsch* está associado à identificação do indivíduo com a manifestação cultural, adquirindo uma característica mutante em acordo com a relação estabelecida entre o transmissor e o receptor, logo, aquilo que é *kitsch* para um público pode não ser para outro. Tal abordagem, que no nosso ponto de vista é mais adequada para definir a dinâmica das relações culturais, prevê que a produção, transmitida para um público que não detém seus códigos específicos, tornar-se-á *kitsch*, “porque estimula reações não comensuradas às suas intenções e possibilidades. É decodificada à luz de um código que não é o de origem” (ECO: 2004, 126)

representavam também as diferenças culturais e isto, de certo, estabelecia certo “abrigo” que protegia não apenas a arte popular, mas – e principalmente – a cultura superior. Mesmo tendo no âmago de sua formatação o pressuposto da desigualdade social entre as classes, o capitalismo proporcionou um estímulo ao acesso, pelas classes populares, de bens de consumo até então inalcançáveis. Sendo assim, a *masscult*, além de representar uma versão da cultura superior, concorre a todo instante com ela.

Esta concorrência é mais significativa, segundo Macdonald, naquelas sociedades onde as desigualdades sociais são menores. A ausência de uma elite cultural claramente definida impede as massas de terem seu *kitsch* e, por conseqüência, de que as classes altas resguardem sua cultura superior. Utilizando a sociedade norte-americana como exemplo, explica que uma grande parte da população “[...] se vê cronicamente obrigada a escolher entre a televisão e os grandes mestres, entre a leitura de Tolstoi e o romance policial, ou seja, o esquema de suas vidas culturais está tão aberto que chega a ser poroso⁵.”

Vista por este prisma, podemos perceber que a concepção apresentada por Macdonald se assemelha, em nossa opinião, àquilo que se apresenta na sociedade capitalista em relação às classes sociais. Ou seja, a divisão entre as classes após o advento da propriedade privada dos meios de produção estabelece papéis específicos que, por conseqüência, definem o acesso aos bens de consumo. Isto representa uma “estratificação natural” entre o proprietário e os trabalhadores. No entanto, no próprio cerne do sistema, e vinculado à lógica da concorrência individual, ocorre uma hierarquia de papéis e rendimentos entre os trabalhadores assalariados que, somados aos pequenos proprietários, constituem uma camada média de consumo. Esta camada, que aqui denominamos *classe média*, está, em termos de consumo, entre as grandes propriedades da *classe alta* e os limites de aquisições da *classe baixa*, possuindo vínculos com os dois extremos.

Da mesma forma está, no sentido dado por Macdonald, a cultura média – por ele definida como *midcult*. Isto porque existe uma forma de expressão

⁵ Dwight Macdonald. In (BELL, DANIEL, et all: 1992). Tradução nossa.

cultural que possui características essenciais da cultura de massa – *masscult* – mas aspira aos modelos da cultura superior. Este “padrão médio” é por ele visto com receio, isto porque, ao não assumir a essência da *masscult*, ela se torna ambígua e, maculada, torna-se de difícil detecção.

O que faz a *midcult* perigosa é sua ambigüidade. Pois ela se apresenta como fazendo parte da cultura superior. Mas rejeita os círculos restritos, o esnobismo do dos assim chamados intelectuais que falam apenas entre si⁶.

Em suma, ao reafirmar sua perspectiva negativa frente às novas formas de cultura de massa representadas pela *masscult* e pela *midcult*, MacDonald ressalta duas possibilidades para a elas se contraporem: a recriação de uma elite cultural e a melhora no nível geral da cultura.

Tendo também como foco central a realidade norte-americana, porém sob uma perspectiva diferente, Irving Howe corrobora a idéia de que a cultura de massa se constitui como um empecilho ao desenvolvimento da arte pela concorrência com ela estabelecida, no entanto, como a arte é sua fonte de inspiração, a cultura de massa contribui contra o seu aniquilamento. Segundo Howe, a cultura de massa existe no âmbito do divertimento, da produção de divertimentos facilmente acessíveis com fins de satisfação de uma demanda relacionada à massa, por este motivo se distingue da arte, já que esta se caracteriza pela liberdade de criação do artista. O que se produz para a massa está associado ao cotidiano dos indivíduos nela inseridos.

Este cotidiano, como não poderia deixar de ser, é moldado pelo papel executado no processo de produção. A nova ordem capitalista estabeleceu, como vimos, a inserção do indivíduo no trabalho através de um contrato que prevê o aluguel de seu tempo, ou seja, com a industrialização surge a necessidade de uma jornada de trabalho diária no local da produção. Além da exploração do tempo excedente, o trabalho restringe também o tempo de lazer, já que apenas as horas não destinadas à dinâmica social do trabalho podem a ele ser destinadas. É exatamente sobre a monotonia gerada neste processo que atuará, de acordo com Howe, a cultura de massa, procurando transformar-se em “alicerce” na busca de um “refúgio” a esta realidade. O problema da arte

⁶ Dwight Macdonald. In (BELL, DANIEL, et all: 1992). Tradução nossa.

fica caracterizado, por sua vez, pela demanda da massa, que a renega porque a entedia, já que também exige esforço.

Para a gente moldada à imagem da sociedade contemporânea, a arte tem muitos perigos: os efeitos são imprevisíveis e suas exigências são tremendas. A arte exige esforço, uma resposta criativa do público [...] a cultura de massa é segura, pois o seu fim já está presente no campo. (HOWE: 1973, 575)

Realidades convergentes, a cultura de massa e o tempo de lazer fundamentam a necessidade da massa. Através das produções o indivíduo procura, no seu tempo de lazer, amenizar o tédio de seu cotidiano. No entanto, segundo Howe, ocorre exatamente o contrário, ou seja, elas reforçam o tédio e a tensão justamente por se pautarem nos padrões básicos da vida industrial. Portanto, o indivíduo que procura a “tranqüilidade” ao abdicar dos “inconvenientes” da arte, encontra “perturbação” ao recorrer às produções culturais de massa, já que elas não o libertam. Em suma, para Howe “[...] o que supomos que nos desvia da redução das nossas personalidades na realidade a reforça” (HOWE:1973, 572)

O tom crítico em relação às análises sobre a cultura de massa não impede Howe de percebê-la enquanto uma consequência inata da sociedade capitalista e, ao fazê-lo, se diferenciar dos que propõem uma diminuição do seu grau de importância, tanto do ponto de vista da cultura em si, quanto do ponto de vista da categoria de análise.

Enquanto vivermos numa sociedade de classes, a cultura de massa será indispensável até aos que tiverem aprendido a desdenhá-la; não podemos fugir ao que representa uma parte tão grande da atmosfera em que vivemos. (HOWE: 1973, 571)

A clara visão apresentada por Howe sobre a cultura de massa ilustra bem nossa perspectiva frente à importância do processo de reprodução das produções culturais. É certo, em nossa compreensão, que tais reproduções atingem a originalidade da obra, submetendo o indivíduo a uma versão que, como apontou Benjamin, está ligada ao original apenas por laços específicos em torno de sua imagem. Também é certo, como veremos a seguir, que a cultura de massa coloca em risco os padrões antes estabelecidos e cultivados

por um grupo específico, transformando produções ora cultuadas por uma elite em objetos de consumo em larga escala.

Ora, a cultura de massa está inserida naquilo que aqui denominaremos enquanto um *devir coletivo*, ou seja, ela é consequência de um processo iniciado, como vimos, no processo de urbanização e a ele deve o sentido de sua existência. Portanto, há que se considerar que, apesar da perspectiva mercadológica, ela é uma necessidade do grupo, assim como afirma Howe, e sua existência é ainda mais necessária se pensada, como também o faremos adiante, à luz das formas de comunicação de massa.

O problema para a alta cultura

O risco representado neste sentido está vinculado à nivelação “por baixo” que, para os elitistas, é inerente à cultura de massa. Fica clara aqui uma predisposição a uma hierarquia social capaz de resguardar valores cultuados desde os primórdios pré- industriais. Corroborando com tal preceito, Ortega y Gasset salienta os perigos da massa enquanto organismo de influência cultural e, principalmente, política. Ortega, “assustado” com o rápido desenrolar do processo de urbanização, acredita que a predominância das massas em detrimento das minorias coloca em risco uma ordem social estável e eficaz, uma vez que as atividades que requerem, principalmente, uma abordagem intelectual, só podem ser realizadas por uma minoria capacitada. Deixa claro que tal capacidade não pode ser atribuída às massas pela sua própria essência: a da negação das características individuais. Saudosista quanto às ordens sociais que reiteram a supremacia de uma elite intelectual, ressalta os perigos da massa e da ordem social estabelecida pela industrialização:

Existem, pois, na sociedade, operações, atividades e funções da ordem mais diversa, especiais por sua natureza, e que, portanto, não podem ser adequadamente executadas sem talentos específicos. Por exemplo: certos prazeres de caráter artístico e requintado, ou funções de governo e de julgamento político em assuntos públicos. (ORTEGA Y GASSET: 1973, 60)

A proliferação das massas coloca em risco uma hegemonia elitista – manifestada naquilo que Ortega y Gasset chama de minorias. Logo, a

supremacia da maioria em detrimento da minoria acelera o acesso de pessoas desqualificadas a importantes funções de organização e “controle” social. Para ele, a substituição de um modelo liberal mais moderado e centralizado, para uma participação excessiva da massa – aqui denominada hiperdemocracia – coloca em risco as leis, que antes eram o resguardo da manutenção das minorias como “classe” dominante.

Os riscos proeminentes à alta cultura estabelecidos pela nova ordem também encontram eco entre os críticos da Escola de Frankfurt, com a ressalva de que a base do problema se encontra nos mecanismos de produção e não *exclusivamente* nas massas.

A perspectiva negativa frente ao processo de reprodução da Indústria Cultural também se manifesta, de certa maneira, em relação às massas e ao seu determinante papel exercido no sucesso do processo. É certo que não se apresenta uma concepção tão negativista quanto Ortega y Gasset, mas existem pontos de convergência exatamente na questão do consumo, principalmente no fato de que, organizada enquanto um *corpo único*, a massa é incapaz de compreender o verdadeiro valor da obra de arte. Além disso, por estar predisposta, torna-se o objetivo último da produção cultural, relegando pra um plano inferior o que consideram uma alta cultura – ou uma cultura de elite, segundo os críticos destes princípios.

Dentre estes, Edgard Morin afirma que a cultura de massa não pode ser compreendida como manifestação isolada da massa, e sim como resultado daquilo que denomina *policultura*, o seja, como mais uma categoria inserida na complexidade cultural da sociedade pós-industrial, estabelecendo concorrência com as demais formas, mas sem anulá-las. Morin não deixa de salientar o aspecto estruturante da cultura de massa no que tange ao princípio do consumo em larga escala nela inserida, já que afirma – e aqui se aproxima dos críticos – que suas manifestações seguem as normas de fabricação industrial, destinadas, portanto, para o consumo de massa.

O fato de compartilhar com os críticos a idéia de que a cultura de massa tem, enquanto característica inerente, um princípio mercadológico e de homogeneização de valores não o exime de atribuir a estes um viés analítico que, de certo modo, manifesta uma conduta conservadora. E isto se evidencia principalmente pelo fato de que, para ele, os defensores da chamada alta

cultura – aqui inclusos os intelectuais – possuem uma visão elitista da cultura ao considerarem a cultura de massa como algo nefasto, descartável do ponto de vista da arte; que destrói a hierarquia estética justamente porque esta passa a ser determinada pelo caráter industrial e de consumo.

[...] é preciso nos perguntamos se os valores da “alta cultura” não são dogmáticos, formais, mitificados, se o ‘culto à arte’ não esconde muitas vezes um comércio superficial com as obras [...] tudo que é inovador sempre se opõe às normas dominantes da cultura. (MORIN: 1990, 19)

O que mais incomoda os críticos é o cerceamento da liberdade de criação imposta pela cultura de massa já que, como vimos, a demanda é a do consumo da massa e não da obra em si. Morin pondera também este aspecto e afirma ser precipitado desconsiderar as capacidades artísticas na cultura de massa, ou seja, esta, no seu entendimento, também tem a capacidade de produzir arte. Isto significa mudar a concepção de arte intrínseca na análise crítica, descentralizando-a e, por conseguinte, tornando-a mais democrática. E isto ocorre no instante em que afirma que a indústria cultural não produz apenas “monstros”, ou seja, ataca frontalmente, a idéia da *falsa cultura*, em detrimento da verdadeira cultura – ou cultura autêntica – intrínseca no pensamento crítico. Desta forma ressalta a importância da indústria cultural e afirma que esta, além de ser considerada arte, não está totalmente privada da criação.

A criação proporciona aquilo que os críticos denominaram como unicidade da obra. Para Morin a cultura de massa exerce este papel fazendo modificações na alta cultura a fim de adaptá-la ao perfil da massa, tornando-a facilmente consumível, mas sem modificá-la. Pode, assim, democratizar a *cultura cultivada*, mas sem atentar contra os *privilégios* da alta cultura, já que esta “[...] pelas obras mesmas onde se dá a democratização, mantém um setor reservado no qual detém o monopólio da atualidade e do original.” (MORIN: 1990,53)

Mesmo num contexto de reprodução a originalidade pode ser resguardada através, por exemplo, da assinatura do autor. Como a cultura de massa não é, de acordo com Morin, imposta pelas instituições sociais, mas sim pela indústria e pelo comércio, ela não se sujeita aos diversos *tabus* que

compõem o universo da organização sociocultural, tais como a religião e o Estado. Desta forma ela apenas propõe modelos a serem seguidos, não tendo a incumbência de criá-los. Fica, portanto, resguardado às instituições – e, por conseguinte, aos produtores dos padrões culturais – os “créditos” relativos à obra, como é o caso, por exemplo, do livro barato e do disco que, tendo em vista apenas a reprodução em larga escala, *democratiza* a cultura cultivada sem, com isso, alterar seu aspecto original.

Neste sentido, a obra pode manter o *status quo* relativo à originalidade mesmo ampliando o alcance de possibilidades de seu *uso*. Ora, é natural que, pensando sob o prisma da alta cultura, esta requer, como afirmam os críticos, uma preparação anterior do público, uma certa “educação para a arte”. Esta capacidade é condição básica para o entendimento da obra de arte, o que naturalmente exclui aqueles “despossuídos culturalmente”, aqueles que não compreendem os códigos específicos que traduzem o objeto. O papel da cultura de massa é fazer a “tradução”, ou seja, ela não tem o objetivo de “educar o indivíduo à contemplação”, pelo contrário; seu papel é aproximar a massa da obra e, a partir daí, estimular seu consumo.

Simplificação, maniqueização, atualização, modernização, concorrem para *aclimatar* as obras de ‘alta cultura’ na cultura de massa. Essa aclimação por retiradas e acréscimos visa torná-las facilmente consumíveis, deixa mesmo que se introduzam nelas temas específicos da cultura de massa, ausentes da obra original como, por exemplo, o *happy end*. A capa ilustrada dos livros de bolso é apenas um chamariz de representação em que nada modifica a obra reproduzida. A aclimação cria *híbridos culturais*. (MORIN: 1990, 55)

Acima de tudo, apesar do sincretismo com a alta cultura, Morin enfatiza a existência, por parte da cultura de massa, de três correntes diferenciadas de expressão artística: a corrente média, a contracorrente e a corrente negra. Em linhas gerais, *corrente média* é a que estabelece um denominador comum entre as diversas manifestações, sobressaindo-se em relação à *contracorrente*, que apresenta as nuances do espírito humano (como o fracasso, a loucura e a degradação) e sobre a negra, caracterizada pelo grupo de contestações fundamentais que permanece fora da indústria cultural. Aqui ela pode tornar consumível para a massa aquilo que, em essência, representa a própria crítica

a este processo. Portanto, a corrente média, nas palavras de Morin, triunfa e nivela, mistura e homogeneíza.

E é esta capacidade de homogeneização que constituirá o movimento de criação da cultura de massa, visto que, em contraposição ao que Morin denomina cultura congelada, a produção industrial passa a criar formas e, por conseqüência, a dinamizar os diversos aspectos valorativos tanto da “velha alta cultura” quanto dos “novos burgueses”. No entanto, ao procurar estabelecer um princípio unificador das diversas manifestações culturais, a cultura de massa sofre um revés no que tange à qualidade da produção.

Em seu movimento, ela traz mais possibilidades que a antiga cultura congelada, mas em sua procura da qualidade média destrói essas possibilidades. Sob outras formas, a luta entre conformismo e a criação, o modelo congelado e a invenção contínua. (MORIN: 1990, 52)

A partir disto, podemos afirmar que a perspectiva de transformação nas manifestações culturais já estabelecidas incita, necessariamente, reações contraditórias de cunho conservador. Mesmo em situações não vinculadas à questão industrial, o processo histórico apresenta diversos exemplos neste sentido, como as resistências dos índios e negros à inserção de padrões culturais de origem ocidental em suas culturas. O problema transcende, neste caso, a escravidão e conquista de territórios e emerge para o âmbito cultural, da imposição de um estilo de vida, de uma cultura diferente. Logo, uma analogia entre o conquistador e seus valores é automática, o que estimula uma ação de resistência nas duas frentes.

Este mesmo princípio pode ser atribuído, no nosso entender, aos *nostálgicos* da alta cultura. Resistentes às transformações dos valores acabam por identificar o inimigo comum: as massas. É em consonância com este princípio que Umberto Eco ressalta o *temor* de Ortega y Gasset, ou seja, é um temor que utiliza a cultura como argumento para, efetivamente, atingir a massa. Além das resistências naturais coletivas existe outro efeito, apontado desta feita por Eco neste sentido e que diz respeito aos grupos inseridos no mesmo contexto social. Neste caso, quando alguns padrões ficam restritos a uma classe social em específico existe também uma reação contrária no sentido de sua proliferação. Como ele afirma, “[...] há sempre a nostalgia de uma época

em que os valores da cultura eram um apanágio de classe e não estavam postos, indiscriminadamente, à disposição de todos.” (ECO: 2004, 36)

Nesta linha de raciocínio evidencia-se, no nosso entendimento, uma noção claramente ideológica. Não se trata única e exclusivamente de proteger valores artísticos *per se*, referendando seu valor de uso exclusivo para certa *camada* privilegiada em termos da capacidade de compreensão e contemplação. O discurso – mais claro entre os conservadores e um pouco camuflado entre os críticos – direciona a análise do fenômeno para o “valor de uso da obra”, quando na realidade o que se apresenta é uma clara aplicação de conceitos quanto ao seu “valor de troca”.

Ora, ao proteger a originalidade da obra se protege todo um complexo cultural que a envolve, desde a contemplação pura e simples ao estilo de vida que ela proporciona – a Antropologia em seus postulados básicos, já apresentou a importância dos objetos para a dinâmica cultural dos grupos. “Violar” tal obra pressupõe “violar” também esta dinâmica.

Assim, como afirmamos, não se trata da obra pela obra, mas do que ela representa em termos da manutenção de um padrão cultural para o grupo. A proliferação da obra – e portanto do estilo de vida que a envolve – representa, enfim, a inserção de “novos membros” para este universo ora fechado. A questão, por conseguinte, diz respeito a fatores de ordem excludente – pela resistência a “membros inferiores” - e está relacionada ao “valor de troca” – pelo “preço” que se pagará pela proliferação da obra.

Mesmo adquirindo uma conotação do tipo discriminatória, os intelectuais críticos do processo de reprodução técnica se enquadram neste contexto. Umberto Eco faz críticas quanto ao modo como estes atuam, lhes cobrando atitude de indagação construtiva, que possa levar em consideração também os aspectos relevantes da Indústria Cultural. Mesmo afirmando sobre o fato de que a cultura de massa é manobrada por grupos econômicos, que, por consequência, têm o lucro como objetivo último, pondera sobre o indivíduo nesta relação e das possibilidades de *inclusão*. Para ele o maior problema reside no princípio teórico excludente quanto às possibilidades de acesso da massa às produções da alta cultura.

O problema seria diferente se os críticos da cultura de massa (e entre esses há quem pense deste modo, e então o discurso muda) considerassem como problema fundamental da nossa civilização o de levar cada membro da comunidade à fruição de experiências de ordem superior, dando a cada um a possibilidade de chegar a elas. (ECO: 2004, 39)

Neste contexto faz referência a Macdonald e sua mudança de posição, que abdicou da “elevação das massas” para, segundo seu entendimento, atribuir uma conotação definitiva – e portanto imutável – na separação entre as duas culturas.

Na concepção de Eco, a capacidade de entendimento pode permitir um “crescimento” na condição de interpretação da alta cultura. Esta simbiose ampliaria as perspectivas da cultura de massa quanto à qualidade de sua produção e estimularia uma maior integração, propiciando assim o fim do princípio excludente imposto pela elite cultural. Nesse sentido, a cultura de massa possui significativa importância na organização social, tanto do ponto de vista positivo quanto negativo. Assim, e ponderando entre as duas conotações, salienta:

O erro dos apologistas é afirmar que a multiplicação dos produtos da indústria seja boa em si, segundo uma ideal homeostase do livre mercado, e não deva submeter-se a uma crítica e a novas orientações [...] O erro dos apocalípticos-aristocráticos é pensar que a cultura de massa seja radicalmente má, justamente por ser um fato industrial, e que hoje se possa ministrar uma cultura subtraída ao condicionamento industrial (ECO: 2004, 49)

Apologistas ou integrados, elitistas ou críticos, o fato é que, pelo que podemos concluir até aqui, as transformações técnicas de cunho industrial fizeram surgir uma camada popular de consumidores que até então era excluída do acesso a determinados bens materiais e culturais. E é à massa que se destina, a partir de então, toda a produção industrial cultural, tenha ela objetivo imediato do lucro do produto ou do controle ideológico. Por ser complexa, a cultura atua em diversos âmbitos da organização social, seja materialmente a partir dos objetos ou através dos valores que compõem as regras de conduta dos indivíduos inseridos. E por estar inserida em um contexto de sociedade de massa ela cria uma necessidade que prevê formas

de integração entre estes indivíduos. Interligar os indivíduos inseridos na massa através de técnicas de comunicação eficazes e acessíveis se transformou em objetivo para a Indústria, culminando no surgimento dos *meios de comunicação de massa*.

3. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Como procuramos mostrar anteriormente, foi na esteira do processo de urbanização em grande escala que se desenvolveram as técnicas de reprodução. Associados a essas técnicas, os meios de comunicação assumiram o papel de reprodutores e transmissores de mensagens para os indivíduos inseridos na massa. Seu principal objetivo, em linhas gerais, é manter certa “unificação” de conteúdo que, a partir da informação, forma esta coletividade acerca do tema selecionado pelos responsáveis da veiculação. Estas *informações* devem ser entendidas dentro de uma conotação ampla, ou seja, não se limitam às mensagens escritas e sonoras, mas também – e principalmente – às imagens. A reprodução de tipos gráficos, som e imagem, pressupõe também a reprodução de todos os valores neles inseridos, seja de forma objetiva – que sempre ocorre – ou de forma subjetiva – que varia de acordo com os interesses do transmissor.

Em linhas gerais podemos classificar, como o fazem Rivers e Schramm, quatro fases desenvolvimentistas relativas às técnicas de comunicação: a comunicação pela reprodução a máquina com os tipos móveis e a impressão; a comunicação por máquinas interpostas, que dizem respeito ao período que compreende o surgimento do telefone até a televisão; a comunicação homem máquina, quando surgem os dispositivos de produção de informação e de instrumento de registro e a comunicação máquina – máquina, com o desenvolvimento do computador e da automação (RIVERS e SCHRAMM: 1970, 16-22). São vários os motivos que determinam cada fase, ou seja, elas se inserem em um contexto social específico que, quando analisada neste sentido, trazem à luz não apenas as transformações da técnica em si, bem como os fatores paralelos que a determinaram. A partir disto, e tendo em vista que nosso objeto de pesquisa é a radiodifusão, priorizaremos, em termos dos postulados teóricos, a segunda fase que, como veremos no próximo capítulo, surge a partir do desenvolvimento das máquinas interpostas.

Também é importante ressaltar que a análise desenvolvida em torno da cultura de massa teve como eixo central a obra de arte e suas manifestações artísticas, principalmente naquilo que concerne à sua originalidade. Em termos da “transmissão de valores”, se equivale à função social adquirida pelos

veículos de comunicação, uma vez que estes se caracterizam como expressões da cultura de massa. Por outro lado, e este será o enfoque central que aqui será atribuído, sua essência está exatamente na transmissão de informações e entretenimento para a massa a partir de uma “demanda” específica, se diferenciando do papel “autônomo” da produção artística, conforme atestam os críticos.

A especificidade em questão se coaduna com a essência inerente a cada veículo, seja do ponto de vista técnico ou do conteúdo transmitido. Estamos convencidos de que a diferença existente entre o rádio e a televisão determinam, a seguir, o papel que lhes será atribuído no meio social

Por este motivo procuramos, a seguir, entender as especificidades dos veículos sob a luz dos pressupostos analisados anteriormente. Entretanto, mesmo tendo como objetivo a compreensão da dinâmica em torno da radiodifusão (TV e rádio), é importante ressaltar o papel exercido pelo cinema em duas prerrogativas básicas: o fato de ter sido o primeiro veículo com grande projeção junto à massa, e por possuir, como característica técnica principal, a reprodução de imagens em movimento. Logo, sua vinculação com a radiodifusão (em especial com a TV) e com o objetivo deste capítulo é evidente, o que o torna objeto de necessária abordagem.

Estas concepções, devidamente trabalhadas, serão as mesmas que aqui enquadrarão os meios de comunicação de massa, uma vez que estes se caracterizam como expressões da cultura de massa.

3.1. TV, Cinema e entretenimento

Existem duas características relacionadas a esta técnica que retratam nitidamente o princípio alienante promovido pela indústria cultural: o filme e a recepção deste pelo espectador. As produções cinematográficas fincam-se no objetivo de apresentar certo “tipo ideal”, retratando modelos que exaltam comportamentos pré-estabelecidos.

Ao serem reproduzidas, as situações desesperadas que estão sempre a desgastar os espectadores em seu dia a dia tornam-se, não se sabe como, a promessa de que é possível continuar a viver.

Basta se dar conta de sua própria nulidades, subscrever a derrota – e já estamos integrados. (ADORNO e HORKHEIMER: 1985, 143)

Por ser assim, o enredo do filme é previsível já que se pauta naquilo que o grande público anseia, é uma forma de expressão dependente dos desejos e vontades da massa. A liberdade que se propaga, segundo os autores *frankfurtianos*, é a liberdade de escolher sempre a mesma coisa em um universo de possibilidades iguais.

E é esta falsa liberdade que, no indivíduo, instiga a idéia de *pertencimento*. Pelo fato de compreender o universo daquilo que se apresenta para ele na grande tela, fica com a convicção de exercer papel ativo no processo, mas na realidade o filme não exige dele qualquer atitude neste sentido, já que, como afirmam, a produção já estabelece até mesmo o tipo de repercussão que o espectador irá ter.

Este preceito está vinculado, segundo Adorno, nos antecedentes culturais inerentes ao indivíduo. Ele agrega esse raciocínio à função desempenhada pela televisão, que condiz com o fato de que sua programação, previamente elaborada, reflete anseios e perspectivas do telespectador, estabelecendo um laço de identificação entre os dois pólos que, mais adiante, são a receita da eficácia do processo. Tais laços compõem a síntese do que ele denomina como “quadros de referência” que são, em essência, o método de atuação psicológica sobre o indivíduo.

Todos estamos familiarizados com a divisão do conteúdo da televisão em várias classes, como a comédia ligeira, as histórias de bandido e mocinho, as histórias de mistérios, as chamadas peças sofisticadas, e outros. Esses tipos se desenvolveram em fórmulas que, até certo ponto, preestabeleciam o padrão de atitudes do espectador antes do seu contato com qualquer conteúdo específico e determinam, em grande parte, a maneira pela qual qualquer conteúdo específico está sendo percebido. (ADORNO: 1973, 555)

Em outras palavras, suas vontades e anseios já foram devidamente analisados e transformados no filme que a eles se apresenta. Não há surpresas, seu papel é mais passivo do que possa imaginar. Esta relação, afirmam Adorno e Horkheimer, não prevê um indivíduo pensante, que construa possibilidades a partir do discernimento individual, até porque a manifestação neste sentido, mesmo se houver, acaba rechaçada pela dinâmica do processo.

A atitude crítica não condiz com a essência do filme, principalmente porque, caracterizado enquanto lazer e diversão, deve diferenciar-se da realidade do trabalho, exigindo o menor esforço possível.

O espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda a reação: não por sua estrutura temática – que desmorona na medida em que exige o pensamento – mas através de sinais. Toda ligação lógica que pressupunha um esforço intelectual é escrupulosamente evitada. (ADORNO e HORKHEIMER: 1985, 128)

O filme reside, assim, no âmbito da cultura de massa e pode ser encarado como o que Leo Lowenthal chama de *reprodução manipulada da realidade como ela é*. Por este prisma concorda com Adorno e Horkheimer no aspecto de que, estabelecido desta forma, o filme não pode ser considerado como arte. Os meios de comunicação de massa são, para Lowenthal, produtos da cultura popular e a ela se direciona, não possuindo nenhuma característica da chamada arte autêntica. Eles possuem características próprias que, dentre outras, prevê a padronização dos bens culturais colocados à disposição, a estereotipagem destes produtos em relação ao conjunto que se apresenta e, principalmente, a manipulação dos bens de consumo.

Também aqui a perspectiva que se apresenta é a da manutenção do poder pelo intermédio da manipulação das massas. Ou seja, em consonância com o pensamento crítico, Lowenthal ratifica a tese de que os produtos da indústria cultural vinculam-se a uma demanda de consumo da massa, são produzidos segundo o princípio do consumo em larga escala e se estruturam de maneira a fazer com que o lucro seja obtido, principalmente no que tange à supressão das resistências através do pensamento crítico. Assim, “[...] existe uma interdependência entre o que o público quer e o que as forças de controle impõem ao povo a fim de permanecerem no poder.” (LOWENTHAL: 1973, 72)

O viés ideológico – e portanto alienante – dos meios de comunicação é apresentado de forma objetiva pelos *frankfurtianos* não apenas na análise da técnica de reprodução em si, mas – e principalmente – no resultado desta reprodução. Segundo esta premissa, toda e qualquer forma de expressão destes meios representa a manifestação objetiva da ideologia dominante. No

entanto, existem controvérsias a este ponto de vista no interior do próprio conjunto de pesquisadores que compõem a chamada Escola de Frankfurt.

A mesma perspectiva mercadológica da produção cinematográfica é apresentada por Siegfried Kracauer. Em seu trabalho sobre a indústria de filmes de Hollywood, tem como preocupação central demonstrar de que maneira os filmes retratam os estrangeiros que provêm de outras culturas e que estão ou não instalados no território norte-americano. Em linhas gerais, percebe que a maneira de como o nativo encara o estrangeiro reflete os valores provenientes de sua própria cultura, manifestando, em um primeiro momento, aquilo que reteve enquanto conhecimento durante sua vida. Logo, os espectadores e a valoração se manifestam de forma iminente. Esta perspectiva cultural que, do ponto de vista antropológico, representa o conflito pelo contato inicial com realidades até então desconhecidas, requer um processo de esclarecimento capaz de transportar para o âmbito da vida social aquilo que, de imediato, se apresenta como natural (Kracauer cita o trabalho de Ruth Benedict⁷ para mostrar a importância do conhecimento científico sobre a cultura.)

As formas de conhecimento “técnico” são de fundamental importância na relação que se estabelece entre culturas distintas. Como o cinema é uma forma de comunicação de massa ele poderia assumir o papel de transmissor deste conhecimento. No entanto, naquilo que diz respeito à Hollywood, isto não acontece. Sua produção está vinculada com a lógica do mercado, onde busca satisfazer apenas os anseios imediatos do consumo de massa, logo, pode ser definida como instrumento exclusivo de entretenimento e lazer.

A indústria cinematográfica é obrigada, pelo interesse do lucro, a adivinhar a natureza das tendências de massa realmente existentes e ajustar a elas os seus produtos. O fato de que essa necessidade concede à indústria uma margem de iniciativa cultural não altera a situação. É evidente que o público norte-americano recebe o que Hollywood quer que ele queira; mas no fim das contas, os desejos do público, agudos ou adormecidos, estabelecem o caráter dos filmes de Hollywood. (KRACAUER: 1973, 304)

Evidentemente existe convergência em alguns aspectos entre o pensamento de Kracauer e as contribuições apresentadas por Adorno e

⁷ Refere-se à antropóloga norte-americana, autora da obra “O Crisântemo e a Espada”.

Horkheimer, principalmente em relação ao princípio mercadológico da indústria cultural. No entanto, vale ressaltar aqui duas diferenças básicas que demonstram uma postura diferenciada de Kracauer em relação ao pensamento crítico: a generalização do papel exercido pela produção cinematográfica – e pela indústria cultural no geral – e a interpretação do indivíduo inserido na massa.

O indivíduo é entendido, como público, sob uma perspectiva diferente da enunciada pela concepção crítica – ortodoxa que, como vimos, prevê que a massa não busca, em seu tempo de lazer, algo que possa incomodá-la, como o ato de pensar e raciocinar. Sendo assim, o momento de contemplação de um filme é uma condição de fuga da realidade estressante em que vive; ele se entrega, de forma passiva, ao que lhe é transmitido como divertimento.

O entendimento do indivíduo sob um ponto de vista de total passividade significa, para nós, relegá-lo a uma condição de total insignificância frente à situação formada pelo processo de *transmissão-recepção*. É precipitada, na nossa análise, a conclusão de que outros fatores intrínsecos à formação cultural do espectador não atuem, neste momento, de forma a lhe proporcionar subsídios conceituais que propiciem uma percepção “crítica” da programação. Entendemos que tal argumento visa, em contrapartida, afirmar, de forma equivocada, que os espectadores do cinema ou da televisão terão atitudes uniformes a partir da recepção. Significa, ainda, superestimar a capacidade da programação e de seu produtor.

É certo, como afirma Adorno, que a programação, principalmente a televisiva, é produzida com ênfase nos anseios do público (ADORNO: 1973, 546-562). Entretanto, o erro reside, em nossa opinião, em atribuir uma condição de identificação imediata entre os agentes. A “resistência” não passa pelos parâmetros daquilo que ele considera como cultura autêntica. Vai mais além. E pode, inclusive, ter origem na própria programação, já que esta – e aqui concordamos com Kracauer – pode, também, exercer a função da informação. É por este motivo que, em seu trabalho, a crítica se direciona para o perfil estabelecido por “Hollywood” e não para a produção cinematográfica de forma geral. “[...] muitos filmes anteriores à guerra⁸ desafiaram o padrão

⁸ Refere-se à II Guerra Mundial.

comum de Hollywood e aprofundaram a nossa compreensão do mundo.” (KRACAUER: 1973, 305)

Da mesma forma, o papel social desempenhado pelos meios de comunicação através do filme é entendido também sob uma perspectiva menos ortodoxa por Walter Benjamin. Concorde com a idéia de que uma obra de arte, ao ser reproduzida, perde a sua *aura* e, portanto, sua autenticidade. Ao perdê-la, a tradição – resultado do valor ritualístico e vinculada à obra desde a origem – é abalada, transformando-a do ponto de vista da originalidade e da unicidade. Em outras palavras, o valor da unicidade da obra de arte “autêntica” está vinculado aos rituais nela existentes, logo, a manutenção da *aura* depende da manutenção da manifestação ritualística caracterizada por seu valor de uso original. Este processo faz com que a obra, de acordo com Benjamin, se apresente em uma condição parasitária, vinculada ao ritual que lhe é inerente e que só se altera justamente pela ação do novo processo de reprodução.

Ele faz surgir um fato verdadeiramente decisivo e que veremos aqui, pela primeira vez, na história do mundo: a emancipação da obra de arte da existência parasitária que lhe era imposta por sua função ritual. Reproduz-se cada vez mais obras de arte que foram feitas, justamente, para ser reproduzidas. (BENJAMIN: 1990, 217)

Benjamin faz referência às diversas formas de reprodução técnica criadas pela indústria. Naquilo que concerne especificamente ao cinema podemos resgatar dois preceitos distintos e complementares em sua obra: o primeiro caracterizado como negativo ao abordar os aspectos da estilização da política, do consumo e do público e outro, em um enfoque mais brando, ao analisar a técnica em si e todas as suas possibilidades.

No primeiro caso, ressalta o aspecto das produções cinematográficas vinculadas aos preceitos norteadores da sociedade capitalista. Demonstra desprezo à “montagem” de personagens que refletem aspectos desta relação e que introduzem mensagens direcionadas de exaltação e legitimação de valores. O estabelecimento deste “personalismo estético” influenciará, a seguir, a própria lógica de funcionamento das democracias liberais, uma vez que, fundamentada no reconhecimento para a escolha do representante, a divulgação da imagem ganhará imensas proporções, caricaturizando o político e transformando-o em um produto, apresentado e “vendido” pela técnica da

reprodução da imagem. Nesse sentido o essencial passa a ser a apresentação do político diante do aparelho.

Rádio e cinema não modificam apenas a função do ator profissional, mas também a de qualquer pessoa que, como é o caso do governante, apresenta-se diante do microfone e da câmera. O intérprete do filme ou o homem de Estado, apesar da diferença dos objetivos visados, sofrem a este respeito transformações paralelas. Elas conduzem, em certas condições sociais determinadas, a aproximá-los do público. E por isso ocorre uma nova seleção, uma seleção diante do aparelho; os vencedores são a estrela e o ditador. (BENJAMIN: 1990, 226).

O êxito deste processo vincula-se, necessariamente, à identificação do público com o que está sendo transmitido. Além de convergir com a idéia da reprodução como produto de consumo, Benjamin também afirma que o indivíduo, disperso em uma condição de massa, age necessariamente de forma coletiva e sem precisar de grande esforço de atenção, uma vez que, como o filme é um entretenimento e estabelece com ele uma identificação imediata, torna-se um examinador, um especialista. Por este motivo a crítica – ou a condição dela – desaparece quando a obra destina-se a uma grande massa: “[...] as reações individuais são determinadas, desde o início, pela imediata virtualidade de seu caráter coletivo. Ao mesmo tempo em que se manifestam, tais reações controlam-se mutuamente.” (BENJAMIN: 1990, 231)

O segundo aspecto, compreendido por nós como positivo, apresenta a antítese da exaltação, proporcionada pelos críticos e principalmente pelos conservadores, sobre a produção artística. Isto porque o enquadramento de um determinado cenário depende, no que concerne ao artista, de um “filtro” natural por ele estabelecido em consonância com a mensagem, ou seja, a obra retrata o ponto de vista do artista frente a uma “realidade” por ele verificada. Sua produção será a única verdade a ser apresentada, o que significa, em maior ou menor intensidade, a alteração da *aura*. Já a câmera, instrumento de reprodução do filme, apenas retrata a realidade e a transmite, sem que necessariamente tenha que passar por um “filtro”.

Para o homem de hoje, a imagem do real fornecida pelo cinema é infinitamente mais significativa, pois – se ela atinge este aspecto das coisas que escapa a qualquer aparelhagem (o que é uma exigência

de toda obra de arte) – ela só o consegue na medida em que usa aparelhos para penetrar, do modo mais intensivo possível, no próprio coração deste real. (BENJAMIN: 1990, 230)

Além disso, ao ser reproduzido em dimensões amplas na tela do cinema, o espaço da imagem se amplia e, atrelado ao recurso da câmera lenta, faz com que o movimento tome novas dimensões. Deste processo resulta o que Benjamin considera como “libertação” relativa ao conhecimento da realidade, já que esta, desatrelada da sua condição estática, apresenta novas possibilidades: “Nossos cafés e as ruas de nossas grandes cidades, nossos escritórios e quartos mobiliados, nossas estações e fábricas pareciam aprisionar-nos sem esperança de libertação.” (BENJAMIN: 1990, 233)

Em suma, a filmagem propicia uma “viagem virtual” a outras realidades, podendo contribuir para uma maior compreensão do indivíduo sobre a realidade que a ele se apresenta. É a utilidade de um mecanismo de comunicação que, do ponto de vista mais ortodoxo, foi interpretado apenas como instrumento do controle social burguês.

A lucidez de Benjamin frente à função mais ampla dos veículos de comunicação deve, aqui, ser ressaltada. Ele introduz elementos de análise que, em nossa concepção, retratam de forma mais completa o papel que esses veículos podem exercer no campo da organização social.

Os pontos de convergência e divergência da análise da cultura de massa e da indústria cultural ocorrem também no trabalho daqueles que, em uma conjuntura posterior – e, portanto mais integrada na realidade dos meios de comunicação – se propuseram a analisar o fenômeno.

Foi a partir da vulgata marxista que se delineou uma crítica de ‘esquerda’, que considera a cultura de massa como barbitúrico (o novo ópio do povo) ou mistificação deliberada (o capitalismo desvia as massas de seus verdadeiros problemas). Mas profundamente marxista é a crítica na nova alienação da civilização burguesa: na falsa cultura a alienação do homem não se restringe apenas ao trabalho, mas atinge o consumo e os lazeres. (MORIN: 1990, 17)

Edgar Morin procurou estabelecer uma analogia entre a produção cinematográfica e a produção industrial, atribuindo ao filme um papel semelhante ao de qualquer produto industrializado. Esta *mercadoria* visa à

satisfação dos anseios de uma massa de consumidores que, engajada na condição de público, são o verdadeiro motivo da ação da Indústria Cultural. Este público que se apresenta em uma sala de cinema é variado, formado por indivíduos que representam os diversos grupos que compõem a sociedade, logo, não podemos caracterizá-lo com um único padrão de comportamento.

Assim, segundo Morin, a indústria cinematográfica opta por uma “linguagem” que possa alcançar a todos no mesmo instante, tentando ser bem sucedida no sentido de satisfazer as vontades de uma maioria. Desta forma, os filmes são criados tendo como base uma *média* que possa representar o universo de possibilidades que ali se apresentam, ou seja, as imagens, a linguagem, o som devem ser acessíveis a todos. Esta *média* – análoga ao *midcult* de Macdonald – atrelada à lógica do consumo em larga escala, dão a dinâmica no processo de criação dos filmes.

Mesmo inserido em um contexto de produção industrial o filme apresenta, para Morin, um aspecto diferenciado do que antes havia sido proposto. Em contraposição a todo o debate realizado acerca do confronto com a obra de arte, o filme pode ser encarado enquanto arte, já que apresenta um aspecto fundamental para esta definição: a unicidade. Esta unicidade, que reside no âmago da condição racional de criação do autor, não interfere no aspecto da padronização geral que o filme deve manter para satisfazer o público de massa, principalmente em relação ao enredo, pelo contrário. Na produção cinematográfica, afirma Morin, alguns temas (enredos) de sucesso devem ser mantidos a partir da padronização de valores ali inseridos. No entanto, acréscimo de novidades (como as vedetes) dão a caracterização do novo à obra. Isto a individualiza, sem que necessariamente fuja de padrões conhecidos e aceitos pelo espectador. “A contradição invenção–padronização é a contradição dinâmica da cultura de massa. É seu mecanismo de adaptação ao público e de adaptação do público a ela. É sua vitalidade.” (MORIN: 1990, 28)

O ecletismo que caracteriza a produção cinematográfica está associado à liberdade de criação propiciada pela indústria. Esta “liberdade” pode variar em consonância com a fase da produção e tem como objetivo moldar o produto cultural para a recepção do público, ou seja, esta liberdade pode servir apenas para dar acabamento à produção padrão. O trabalho desenvolvido nesse

sentido visa inserir a produção no contexto geral, mas mantendo sua unicidade, já que, de acordo com Morin, a padronização não é obstáculo à unicidade, a individuação da obra, mesmo porque, conforme afirma, é característica básica do desenvolvimento da Indústria Cultural esta tendência à unicidade, à criação de características que a coloquem numa perspectiva própria. Ao fazer tal análise Morin já antevê um movimento à unicidade cultural propiciada pelos meios de comunicação que, mais adiante, contribui para a integração global.

A tendência homogeneizante é ao mesmo tempo uma tendência *cosmopolita*, que tende a enfraquecer as diferenciações culturais nacionais em prol de uma cultura das grandes áreas transnacionais. A cultura industrial, no seu setor mais concentrado, mais dinâmico, já está organizada de modo internacional. (MORIN: 1990, 43)

A par deste enfoque, Morin critica os princípios tradicionalistas pelo receio do processo de transformação efetivado pela Indústria Cultural. É certo que, ao falar de cosmopolitismo, ele ressalta a “base” deste processo que são os Estados Unidos da América; no entanto, compreende o papel importante que pode ser exercido pelos meios de comunicação na organização da nova realidade, e não exatamente exercendo apenas o papel de controle proveniente da orientação ideológica burguesa.

Ora, e o que significa isso senão apontar perspectivas teóricas mais condizentes com a verdadeira função social da indústria cultural – no geral, e dos meios de comunicação – em específico? Os preceitos apresentados por Morin condizem com nossa visão acerca desta questão. Há de se ponderar, entretanto, que não se trata, aqui, de recusar por completo a análise crítica. O problema reside antes, como afirmamos, na definição, *a priori*, do papel destinado ao “indivíduo consumidor”, condenado a um caminho sem volta. Por conseguinte, esta postura condena, de forma análoga, os veículos de comunicação à condição de “mecanismo manipulador”. E isto contradiz, na nossa concepção, sua verdadeira essência, já que deixa de abordar suas diversas possibilidades, a exemplo do que demonstra Morin: “[...] a Indústria Cultural não produz apenas clichês ou monstros. A indústria de Estado e o Capitalismo privado não esterilizam toda a criação.” (MORIN, 1990: 49)

De forma semelhante, Umberto Eco afirma que o grande problema é centralizar o debate na resposta da viabilidade ou não da existência da cultura

de massa. Ela é fato e seu grande problema é ser manobrada pelo que ele chama de grupos econômicos, que objetivam lucro. Portanto, diferente do pensamento crítico, o problema não está na cultura de massa ou na técnica de comunicação, mas na condução e ratificação desta cultura pelos veículos de comunicação. Assim, uma inversão no processo poderia alternar a qualidade da cultura de massa.

A questão central do debate, para Eco, deveria ser pensar de que maneira os veículos de comunicação podem transmitir valores culturais. Deixa implícito que a mudança na programação pode representar uma alternativa e conseqüente melhora nos padrões culturais, até porque, segundo afirma, a capacidade de entendimento pode permitir um “crescimento” da condição de interpretação até da alta cultura. Partindo deste pressuposto, faz uma consistente defesa da possibilidade que tem o homem de fruição, ou seja, de contemplar e participar de manifestações culturais de níveis diferenciados, guardadas as devidas especificidades da capacidade de apreensão.

Portanto, só aceitando a visão dos vários níveis como complementares e todos eles fruíveis pela mesma comunicação de fruidores, é que se pode abrir caminho para uma melhoria cultural dos *massmedia*. (ECO: 2004, 59)

As diversas possibilidades, que ora apontamos sobre os veículos de comunicação, têm em Eco sua mais clara manifestação. O âmago da questão não está na técnica, mas do uso que dela se faz. Assim, como veremos a seguir em torno do rádio, não se analisa, na nossa visão, um fenômeno complexo com preceitos reducionistas.

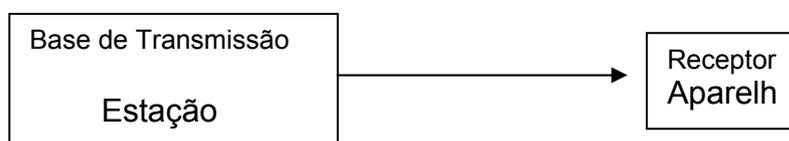
3.2 RÁDIO: A viabilidade técnica

As primeiras iniciativas de transmissão – recepção dentro dos padrões radiofônicos foram resultado das pesquisas então desenvolvidas pelas grandes empresas do setor, que culminaram na criação dos aparelhos receptores, ou seja, como afirma Maria Elvira Federico: “[...] a indústria eletroeletrônica, recém

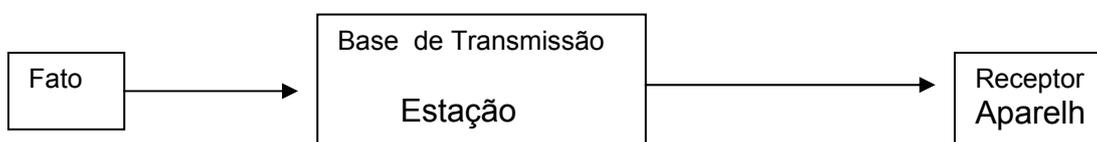
– instituída, envidou esforços que permitiram ainda mais a aceleração e o caminho que a área tomou após a guerra⁹. (FEDERICO: 1982, 13)

Estes aparelhos receptores possibilitaram, portanto, o início do mecanismo de transmissão de mensagem via rádio, agora para um indivíduo que se instala próximo ao alcance do som do aparelho. Este processo de transmissão é resultado de uma complexa configuração e estruturação de peças, cálculos e ondas invisíveis dispostas na natureza¹⁰. Na realidade a “matéria prima” do rádio – as ondas eletromagnéticas – sempre esteve à disposição no mundo natural, bastava haver a conjunção entre um desenvolvimento técnico determinado e uma necessidade específica anunciada. Para enquadrar esta lógica estruturante dentro de uma perspectiva que aqui nos interessa, apresentaremos abaixo uma rápida síntese do processo de transmissão inaugurado pelo rádio:

Esquema 1



Esquema 2



O primeiro esquema tenta mostrar que o rádio se caracteriza enquanto produtor de informações. Na estação são criadas as informações que serão captadas pelos aparelhos receptores dos ouvintes que, por sua vez, aguardam

⁹ Refere-se à Primeira Guerra Mundial.

¹⁰ Voltaremos ao tema no segundo capítulo.

no final da “linha” para se informarem. Ora, este processo remete à estação a responsabilidade de formar o ouvinte sobre o “produto” ali criado, uma vez que este, alheio à condição de participação na base de transmissão, depende *totalmente* da recepção para se formar. Em outras palavras, o indivíduo possui uma maneira única de se deparar com a informação transmitida, sendo ouvinte. Logo, a estação possui o que podemos denominar como meios de produção de mensagens, enquanto ao ouvinte resta o papel de “consumidor” em função da sua condição passiva no processo.

No segundo esquema procuramos demonstrar a capacidade técnica do rádio frente ao papel que ele adotou na seqüência de sua criação, a saber, o de controle social. A complexidade urbana instituída com o aumento das cidades atribuiu ao rádio a função de transmissor de informação e entretenimento. Tanto no Brasil – como veremos – como em todas as sociedades que o adotaram, o rádio passou a integrar os instrumentos de comunicação e, portanto, de orientação dos indivíduos. Assim sendo os acontecimentos que antes se restringiam a formas rudimentares e elitistas para serem divulgados – como os veículos escritos – foram assumidos pelo rádio, e este, em função de seu papel estratégico, pelos governos:

A maioria dos países têm sob a jurisdição direta dos seus governos, ou através de órgãos públicos indicados, não só a outorga de licenças, como o controle sobre os veículos eletrônicos. Alguns deles até mesmo os exploram diretamente instalando e operando serviços. (FEDERICO: 1982, 16)

Transmitir informações pressupõe, como condição inerente, um processo de reprodução; reprodução de uma informação criada na Base ou adquirida fora dela. Neste caso, e é o que nos apresenta este esquema, a estação fica com a incumbência de se deparar com o *fato* e transmitir para o receptor, através dos mecanismos técnicos, aquilo que se averiguou acerca do *fato*. O fato, tal qual a produção de uma obra de arte, é constituído levando-se em consideração uma junção de fatores – o *hic et nunc* de Benjamin – que o tornam único e original. Tal qual a obra de arte ele também possui uma *aura*. Ao tentar reproduzir este fato, seja através de imagem ou de som, a técnica de reprodutibilidade terá êxito em parte deste processo, ou seja, por mais *fidel* que a técnica se proponha a ser sempre haverá a limitação da reprodução da *aura*.

No caso específico do rádio este processo se acentua ainda mais. Este veículo se caracteriza pela transmissão sonora das informações. Esta especificidade força ao veículo o trabalho de um emissor humano capaz de transformar em linguagem compreensível aquilo que se verificou no contato com o fato. Ao exercer a transmissão o emissor, por não conseguir reproduzir a *aura*, envia uma *versão* do fato, transformando-o e deturpando-o.

A realidade despojada do que a aparelhagem lhe acrescentou tornou-se aqui a mais artificial de todas; assim no mundo da técnica, a captação imediata da realidade enquanto tal é agora uma simples quimera. (BENJAMIN: 1990, 229)

Em outras palavras, ao transmitir o fato, o emissor modifica a realidade enquanto tal. Do ponto de vista do receptor esta realidade se agrava – e este é, a nosso ver, o ponto de partida de toda a crítica frankfurtiana aos novos veículos de comunicação. Desprovido da condição de se deparar com o fato – e conseqüentemente com a *aura* – o indivíduo-receptor fica à mercê das versões transmitidas pelo emissor. O que ele recebe é uma realidade deturpada, transformada, trabalhada segundo suas necessidades verificadas pelo emissor.

Levando-se em consideração que toda produção possui sua *aura*, também a versão deturpada pelo emissor terá seu “selo de autenticidade”, sua *aura*. Assim, podemos aqui aferir que estar alheio ao verdadeiro fato o força a transformar em verdade aquilo que na realidade é uma versão, ou seja, a verdade do fato se confunde com a “verdade” da versão. Este processo, intrínseco à reprodutibilidade técnica, categoriza o receptor numa condição de passividade pela própria essência do veículo.

Democrático, o rádio transforma-os a todos igualmente em ouvintes, para integrá-los autoritariamente aos programas, iguais uns aos outros, das diferentes estações. Não se desenvolveu nenhum dispositivo de réplica e as emissões privadas são submetidas ao controle. (ADORNO e HORKHEIMER: 1985, 114)

Neste sentido evidencia-se, segundo nossa concepção, a clara possibilidade de atuação política proporcionada pelos meios de comunicação

de massa. Na realidade, toda a indústria cultural, inserida numa lógica de mercado, propicia a inserção de valores ao público receptor.

Ora, é justamente esta possibilidade que abrirá o caminho para que a radiodifusão possa se inserir no cenário político. E é esta condição a responsável pelo desenvolvimento dos veículos, desta feita sob a tutela das diversas orientações ideológicas e governamentais.

3.3 A viabilidade política

Sob uma conjuntura de utilização incondicional destas técnicas ao nível político, Adorno e Horkheimer ressaltam a força do discurso ideológico do *mercado*, onde as massas sucumbem mais facilmente aos preceitos.

Assim como os dominados sempre levaram mais a sério do que os dominadores a moral que deles recebiam, hoje em dia as massas logradas sucumbem mais facilmente ao mito do sucesso do que os bem-sucedidos. Elas têm os desejos deles. (ADORNO e HORKHEIMER: 1985, 125)

Inserida no contexto do mercado, a proposta ideológica resultante da ação da indústria cultural refletirá os princípios defendidos pela classe dominante capitalista. E esta proposta aponta efetivamente para a “não crítica”, ou seja, para uma condição de passividade do consumidor alienado. Essa passividade é estimulada porque, segundo Adorno e Horkheimer, a indústria cultural não atua apenas para satisfazer as necessidades a partir da reprodução, mas também para criar a própria necessidade do produto. Em outras palavras, ao contexto cultural serão inseridos valores e bens que, por estarem desconexos na origem, devem ser estimulados como necessidade, garantindo, a seguir, seu consumo sem resistência. Na realidade são criados de forma “racional” e apresentados à sociedade de forma “natural”.

Esta ideologia ao consumo dos bens industriais, ao vincular-se aos preceitos liberais da economia de mercado, procura “anular” como padrão de consumo de massa aquilo que não condiz com os objetivos de lucro provenientes da reprodução em larga escala. Assim, o que for “diferente” é marginalizado em nome do “comum” a todos, do conhecimento geral. A massa,

na condição de consumidora, deve reconhecer-se no produto; seus valores devem ser os mesmos transmitidos constantemente.

O espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação [...]. Toda ligação lógica que pressupunha em esforço intelectual é escrupulosamente evitada. (ADORNO e HORKHEIMER: 1985, 128)

O propósito de vida, em termos genéricos, é retratado pela indústria, estabelecendo o padrão de comportamento a ser adotado. Mais adiante, a mesma lógica imposta na relação “homem – mercado” estrutura a relação de dominação no âmbito político. Isto porque o princípio de liberdade, que na democracia representativa se manifesta no direito à escolha do representante, influenciará a relação “homem – Estado”, tornando-a dependente das formas de reprodução de mensagens inerentes aos veículos de comunicação. O “candidato” que se apresenta é o candidato que retrata o “estilo de vida” do mercado, onde, atrelado ao trabalho contínuo de desconstrução, fez com que a ideologia se reduzisse a um discurso vago e descompromissado bastante eficaz, já que, como afirmam, manifestam-se como publicidade ou como o que chamam de conversa fiada.

A ideologia fica cindida entre a fotografia de uma vida estupidamente monótona e a mentira nua e crua sobre o seu sentido, que não chega a ser proferida, é verdade, mas apenas sugerida, é inculcada nas pessoas. (ADORNO e HORKHEIMER: 1985, 138)

O êxito da dominação está na legitimação dos valores intrínsecos ao sistema, em contrapartida, os riscos possíveis estão associados a uma condição de negação tendo em vista o surgimento de alternativas que alteram o padrão de consumo. Sendo assim, a constante representação das formas de vida e a estereotipização daquilo que se quer negar são métodos usuais da Indústria Cultural. E este movimento ocorre, muitas vezes, de forma vinculada, onde o “produto ideal” é o apresentado concomitantemente ao “não ideal”, sugerindo de forma subjetiva o seu consumo.

Das analogias

O que é salutar, na concepção de Adorno e Horkheimer, é exatamente aquilo que se repete constantemente, que além de demonstrar e ratificar a existência do “fato”, reafirma ao espectador que ele não está ‘só’, que os valores são por outros compartilhados. Desta forma, e aqui mora a principal pilastra das críticas levantadas à Indústria Cultural, restringe-se o espaço para a unicidade, tanto do ponto de vista da criação da obra quanto da perspectiva de quem a consome. E isso porque o valor de uso nela inserido não condiz com os propósitos da economia de mercado, logo, não será propagada. A realidade, que é a realidade do mercado, configura-se como natural.

Em linhas gerais, segundo podemos aqui afirmar, o cinema insere-se na lógica que norteia a crítica à indústria cultural, ou seja, segue a mesma regra da reprodução da obra de arte, uma vez que o produto que fornece – o filme – nada mais é que uma mercadoria e seu público, por ser de massa, está alheio ao processo de produção original.

Enquanto o cinema projeta imagens em uma sala para um grupo genérico, o rádio tem a sua recepção em aparelhos específicos, normalmente instalados na residência do receptor. Nesse sentido, enquanto na sala de projeção as reações individuais são “controladas” pela reação coletiva da massa, assim como apontou Adorno e Horkheimer, o rádio, em nossa concepção, possui uma característica mais “libertadora”, uma vez que seu receptor não se encontra envolto por um grande público. Assim, pode expressar de forma mais intensa sua individualidade.

Mesmo possuindo, como afirmamos, um viés informativo, o objetivo básico do cinema é o entretenimento, enquanto o rádio, por atuar apenas pela técnica oral de transmissão, teve seu papel social destinado com maior ênfase para a questão da informação através de mensagens específicas. E é por este motivo que sua utilização em termos políticos é mais acentuada, principalmente a partir da proliferação das estações receptoras.

Em contrapartida a TV apresenta aspectos de intermediação entre o rádio e o cinema. Nasce reproduzindo imagens como o cinema e apresentando

programações que se originaram no rádio¹¹. Há que se ressaltar, entretanto, sua peculiaridade ante a produção, que se estabelece em torno de um tempo útil menor que o do cinema e da reprodução constante de personagens.

Além disso, a tecnologia da produção da televisão torna quase inevitável a estereotipagem. O pouco tempo disponível para a preparação dos textos e o vasto material que deve ser produzido continuamente exigem certas fórmulas. (ADORNO: 1973, 557)

Em nossa perspectiva, os veículos de comunicação de massa, apesar de singularidades quanto à questão técnica, se enquadram num propósito imediato de propagar a cultura de massa com o objetivo de estabelecer o controle social através da transmissão de regras de conduta e valores, seja para a questão do consumo ou, como tentamos mostrar, para a questão política.

Nosso propósito a seguir será demonstrar de que forma a radiodifusão se insere na cultura nacional atuando nas duas frentes que até aqui procuramos explorar: a do consumo, que sustenta a economia de mercado, e a política, que legitima ideologias e regras de controle. E é esta última que nos fornece subsídios para entender a importância do veículo para o governo ditatorial militar.

¹¹ Veremos este aspecto manifestado, principalmente, em torno da realidade brasileira.

PARTE II

RADIODIFUSÃO NA REALIDADE NACIONAL

4. IMPLANTAÇÃO NO BRASIL

O rádio, ao objetivar uma função de recepção simultânea em diversos lares, coloca em evidência uma realidade até então inédita na história da humanidade: a possibilidade de que muitas, várias – uma *massa* – pessoas possam, simultaneamente, receber as mesmas informações provenientes da mesma fonte. A transmissão de informações “em massa” até então conhecida referia-se a um modelo estruturado por meio da linguagem escrita.

Os jornais e revistas produzidos em larga escala possibilitavam a um número específico de pessoas o acesso a informações similares, o que, conseqüentemente, nivelava o grau de informações disponíveis para a sociedade. É natural afirmar que todos os mecanismos de informação coletiva possuem um limite restrito à quantidade de códigos possíveis, no entanto, o modelo escrito possui uma “agravante” a mais. Para se informar pela via escrita, um indivíduo precisa, necessariamente, ser alfabetizado, conhecer os códigos e as letras. Ao considerarmos, porém, os impressionantes índices de analfabetismo existentes no Brasil no início do século XX¹² podemos concluir que estes mecanismos chegavam a “muitos”, mas poucos podiam usufruir do objetivo para o qual se prestavam.

Diferentemente dos mecanismos escritos, o rádio é meramente sonoro e sua lógica consiste na transmissão de mensagens através de uma complexa estrutura de válvulas, fios, eletrodos, antenas e toda parafernália eletrônica resultante de intensas pesquisas. Além disso, aliado ao fato de que a recepção se estabelece por aparelhos residenciais, as mensagens visam um público mais amplo, onde os inconvenientes do analfabetismo não são empecilhos para a efetivação do processo de comunicação. É justamente acerca desta especificidade técnica que este capítulo se destina. Nele, procuraremos apresentar tanto um panorama geral sobre o surgimento do rádio, como o seu impacto e conseqüente desenvolvimento no Brasil.

¹² Em 1910 apenas 4,2% da população cursava o ensino primário, enquanto 0,33% cursava o médio e 0,019% o superior. Em 1929 ocorre uma pequena elevação: 7,6% cursavam o primário, enquanto 1,10% o médio e apenas 0,043% o superior. O percentual relativo à população que participava do ensino formal era de 4,5% em 1910 e de 8,8% em 1929. (NOGUEIRA, Oracy. “O desenvolvimento de São Paulo, através de índices demográficos, demógrafo-sanitários ‘Vitais’ e Educacionais”). In (PEREIRA, 2001:49-50)

4.1 A técnica como realidade

A história do rádio se inicia basicamente a partir das primeiras pesquisas sobre as transmissões de sinais por ondas eletromagnéticas realizadas na Segunda metade do século XIX. James C. Maxwell e Heinrich R. Hertz desenvolveram pesquisas acerca destas ondas e deixaram prontas as bases técnicas para futuras transmissões através delas. Não fossem as fervorosas defesas de alguns pesquisadores do rádio, as transmissões em código morse realizadas por Guglielmo Marconi em 1896 marcariam o surgimento do rádio, ou seja, da possibilidade de transmissão de mensagens sem a utilização de fios. Isto porque ele realizou, neste ano, o envio de mensagens de Dover (Inglaterra) para Viemeux (França) através daquilo que ficou conhecido como radiotelegrafia.

[...] embora o senso comum atribua a invenção do rádio ao italiano Guglielmo Marconi, pode-se afirmar que a radiodifusão sonora constitui-se no resultado do trabalho de vários pesquisadores em diversos países ao longo do tempo [...]. (FERRARETTO: 2001, 80)

Ferraretto cita diversas pesquisas que, posteriormente, tornaram-se a base estruturadora da radiofonia, passando antes pelo telégrafo e pelo telefone. O que existe de peculiar em Marconi é seu espírito empreendedor que lhe propiciou não apenas a percepção da importância desta nova forma de comunicação, mas também pela iniciativa política, principalmente por patentear suas máquinas na Inglaterra, disponibilizando-as para a utilização das tropas marítimas do país (é sua, por exemplo, a patente do telégrafo sem fio).

A literatura específica sobre as ondas de rádio ressalta, entretanto, o papel do pesquisador brasileiro, Landell de Moura. Moura foi um padre formado na Universidade Gregoriana de Roma. Sua formação e posterior atuação mesclaram a devoção aos princípios católicos com os diversos estudos técnicos, principalmente no que concerne às ondas eletromagnéticas e seus efeitos. Enquanto atuava como padre, Landell de Moura desenvolvia pesquisas neste âmbito que, na seqüência, viriam a notabilizá-lo como cientista. Essas

pesquisas foram para muitos o verdadeiro pioneirismo dos estudos que culminaram na radiotelefonia.

Dentre as diversas “Histórias que o rádio não contou”, Reynaldo Tavares ressalta o episódio dos trabalhos do padre e acrescenta que, do ponto de vista de suas pesquisas, Moura é o pioneiro. Para ratificar sua afirmação ele apresenta uma interessante análise comparativa entre as atuações deste e de Marconi: “[...] as primeiras experiências de radiodifusão no Brasil realizaram-se em 1892, portanto, três anos antes do surgimento do físico italiano Guglielmo Marconi, no interior de São Paulo” (TAVARES: 1999, 22)

Utilizando um equipamento composto por três eletrodos e uma válvula amplificadora de fabricação própria, Landell de Moura teve, na cidade paulista de Campinas, o cenário da primeira grande experiência. Ela foi repetida posteriormente, o que fornece argumentos para que Reynaldo Tavares defenda o pioneirismo de Moura:

A experiência foi por ele repetida dois anos depois, em 1894 (ainda antes do aparecimento de Marconi), na cidade de São Paulo. A nova e sensacional demonstração foi feita do alto da Avenida paulista para o alto de Santana, numa distância aproximada de oito quilômetros em linha reta. (TAVARES: 1999, 22)

Não restam dúvidas da importância dos estudos do padre Landell de Moura para o desenvolvimento desta tecnologia. Mesmo tendo o reconhecimento do italiano Marconi alcançado níveis mais elevados, é óbvio que uma confluência de fatores conjunturais foram favoráveis ao pesquisador europeu. Enquanto Marconi desenvolvia suas pesquisas com o auxílio do governo britânico, que tinha interesse direto na tecnologia – principalmente para fins militares, Moura “amargava” não apenas a falta de incentivos financeiros como a resistência cultural do país. Esta resistência ainda era agravada pelo fato de pertencer e ser um representante da religião até então soberana na organização social. Sobre este aspecto Tavares relata passagens de desagravo da população e até da Igreja com as pesquisas por ele desenvolvidas, chegando ao ápice de ter seu laboratório destruído e enfrentar diversas transferências de paróquia:

Impostor, mistificado, louco, bruxo, padre renegado, herege, eram alguns “elogios” que ele comumente recebia e, o pior, com o aval da própria Diocese (Bispo Dom Duarte L. Silva), que não concordava com suas teorias, considerando-o praticante do espiritismo, candomblé ou bruxaria. (TAVARES: 1999, 25)

Depois de variados conflitos dirigiu-se para os Estados Unidos da América a fim de concluir suas experiências. Lá patenteou seus inventos¹³, dentre os quais a lâmpada de três eletrodos que, segundo Ferrareto, exercem função semelhante ao triodo¹⁴ do pesquisador americano Lee de Forest:

[...] existem registros de que a lâmpada de três eletrodos, citada por Landell de Moura no seu projeto de transmissor de ondas patenteado nos EUA, em 1904, fazia o mesmo que o triodo de Lee DeForest. (FERRARETO: 2001, 86)

A tecnologia atingida com as ondas eletromagnéticas continuou a desenvolver-se até atingir a característica de instrumento de comunicação que hoje conhecemos acerca do rádio, ou seja, uma base de transmissão e uma fonte receptiva capaz de tornar inteligíveis as informações transmitidas via ondas magnéticas. Ferrareto faz referência a David Sarnoff como um dos primeiros a propor uma forma de entretenimento que pode ser considerada um embrião da concepção do rádio enquanto, segundo Ferrareto, meio de comunicação de massa.

Concebi um plano de desenvolvimento que poderia converter o rádio em um meio de entretenimento doméstico como o piano ou o fonógrafo. A idéia consiste em levar a música aos lares por meio da transmissão sem fios¹⁵.

¹³ As patentes adquiridas nos Estados Unidos são as seguintes: *Transmissor de Ondas* em 11/10/1904 (nº 771.917); *Telefone sem fio* em 22/10/1904 (nº 775.337) e *Telégrafo sem fio* em 22/10/1904 (nº 775.846). In (TAVARES: 1999, 25)

¹⁴ Válvula amplificadora: serve para aumentar as características do sinal, estabilizando-o.

¹⁵ Memorando de David Sarnoff à diretoria da empresa. Citado em Apud GIL, Maria C. R. *Introducción al conocimiento y práctica de la radio*. México: Diana, 1994. p.35-36. In (FERRARETO: 2001: 88)

4.1.1 Uma conjuntura instável

No que se refere ao aspecto internacional, o Brasil sofre a influência de dois grandes acontecimentos: a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. Estes dois fenômenos colocam em evidência uma contundente crítica à forma de organização política liberal inaugurada no final do século XVIII. O avanço do capitalismo industrial e o enfraquecimento do Estado são “questionados” principalmente no processo da Revolução Russa de 1917.

Em linhas gerais, e direcionando a análise para o que aqui nos interessa, a ascensão dos comunistas ao poder na Rússia coloca em evidência uma alternativa a um modelo de organização que se formava conforme o desenvolvimento da indústria e da economia de mercado. O comunismo representa não apenas uma proposta nova de organização do Estado e do Governo, bem como uma forma de organização sócio-econômica alternativa, baseando-se, para tanto, na destruição do âmago que concerne à sobrevivência do capitalismo: a propriedade privada.

Ora, a ideologia comunista, ao propor uma nova forma de organização social, adquire ampla conotação e conseqüente impacto nas diversas sociedades. Em contrapartida, os movimentos de resistência à influência comunista proliferam com a mesma intensidade, com a radicalização de posições conservadoras visando principalmente a manutenção do capitalismo.

Após a Primeira Guerra o mundo é sacudido por uma exacerbação ideológica, decorrência da Revolução Comunista de 1917, que assusta os bem-pensantes e aguça o lado oposto, mais tradicional, de cunho conservador ou reacionário. O pós-guerra assiste à chamada maré direitista, em parte pelo temor do comunismo – seu fantasma volta a percorrer, não só a Europa, mas o mundo, indo além do enunciado no Manifesto de 1948, como se vê na escalada do fascismo, começada na Itália em 1922 e com manifestações em vários países europeus, da Polônia à Espanha e a Portugal, como também no mundo americano. (IGLESIAS: 1993, 226)

No mesmo passo que surgem os conflitos no âmbito político, o desenvolvimento técnico-industrial se acelera no início do século XX. As grandes corporações, principalmente as norte-americanas começam a se formar e atuar no mercado mundial em diversos setores, garantindo a proliferação da estrutura privada e das desigualdades de classe que lhe são

inerentes. O rádio, como vimos anteriormente acerca de seu desenvolvimento primário, é exemplo disso.

O cenário nacional

O Brasil, enquadrado nesta conjuntura, além de receber o impacto das ideologias políticas internacionais – que resultam principalmente do final do século XIX com o questionamento, e posterior substituição, do modelo centralizador imperial pela República – convive com um antagonismo ainda maior no tocante à questão sócio-econômica. Amparado por uma economia agrária, é do campo que o país sobrevive, principalmente com a exportação do café. As indústrias, ainda iniciantes, atuam em poucos setores da produção, como demonstram as tabelas abaixo:

Estabelecimentos Industriais e Expansão Demográfica Urbana

CATEGORIAS	1907	1920	1940	1950
ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS	3.258	13.336	49.418	89.086
OPERÁRIOS	150.841	275.512	781.185	1.256.807

Fonte: (PEREIRA, 2001: 44-47)

População Rural X População Urbana (em percentagem)

POPULAÇÃO	1940	1950	1960
RURAL	68,8	63,8	39,5
URBANA	31,2	36,2	60,5

Fonte: (PEREIRA, 2001: 47)

O que se percebe nos dados apresentados é um nítido crescimento da inserção da indústria na economia nacional, refletido, principalmente, no índice de indústrias inauguradas na primeira metade do século XX. Este crescimento, no entanto, não substituiu, ao menos neste período, a ênfase na produção rural, o que, por conseqüência, reflete na estrutura social adotada, tendo em vista, inclusive, o índice demográfico superior que possui a área rural em contraste com a urbana. Ora, se a estrutura social prioriza o “campo” em detrimento da “cidade”, é natural que a organização política que provém das áreas rurais tenha um “peso” significativo na “equidade” dos interesses em jogo. Prova

disso está na conduta política inaugurada pelas elites que comandaram a economia nacional.

Essas elites instituíram aquilo que a literatura historiográfica denomina como “República do Café com Leite”, ou seja, um acordo de alternância no governo federal entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais no período de quatro anos. Por este acordo – que naturalmente contava com o apoio dos demais Estados – o país seria governado ora por um paulista, ora por um mineiro. Por outro lado, o desenvolvimento das indústrias descentraliza o setor produtivo e inaugura uma realidade social conflituosa que se acentuará e se constituirá em “divisor de águas” na década de 1920, período que aqui nos interessa de forma mais direta.

Em resumo, esta década se inicia inserida em um tripé de fatores determinantes. Em primeiro lugar uma realidade econômica centrada na produção agrária e com fins prioritários de exportação, criando uma organização social rural que fortalece os grandes proprietários de terra. Em decorrência disso, a própria influência que estes proprietários exercem, no âmbito político, centraliza a governança a partir do acordo firmado em nível estadual.

Em segundo lugar, e em consonância com o que já observamos a partir da análise de Engels sobre a realidade inglesa, o desenvolvimento industrial emergente centra-se na criação de um mercado interno consumidor e no “incentivo” à migração dos futuros trabalhadores para os arredores das indústrias. Este fato acelera, também no Brasil, o crescimento das cidades e do modo de vida urbano. Por fim, na década de 1920 acentua-se a influência ideológica de questionamento não apenas do modelo liberal como um todo, mas também da própria estrutura política predominante desde a instauração da República

Os iminentes conflitos se sucedem durante esta década e deixam transparecer as veias de uma camada que teve significativo papel durante o processo de instauração da República, mas que durante os primeiros anos do século XX sofreu um revés em relação à sua inserção política: os militares. Segundo Iglesias, a base de formação militar brasileira sempre foi positivista, priorizando uma formação mais filosófica e matemática em detrimento de um treinamento mais técnico. A modernização, como afirma, ocorre após o final da

Primeira Guerra com a chegada da Missão Militar Francesa que, dentre outras funções, prioriza uma base de formação jovem: os tenentes.

Se a nova escola de 1911 já tem mais o sentido militar, os franceses insistem na formação técnica e os tenentes seus alunos adquirem uma visão do Exército como agente militar e agente social, com um papel a cumprir. "Se antes já se atribuía um papel fiscalizador da política, como suposto detentor do patriotismo e da moralidade, agora o faz com mais vigor e rigor." (IGLESIAS: 1993, 222)

A influência política deste contingente das forças armadas mexeu com as estruturas existentes. O chamado "movimento tenentista" começa a ganhar espaço no cenário político, resultando em dois movimentos conseqüentes. O primeiro centra-se durante o processo eleitoral que viria a ocorrer em 1922. Os militares vinculados ao movimento vetam a candidatura do mineiro Arthur Bernardes e se manifestam contra uma suposta carta escrita por este com veementes críticas ao Exército. De acordo com Iglesias, a autoria da carta publicada nos órgãos de imprensa foi questionada posteriormente e verificou-se, inclusive com o depoimento do próprio fraudador, que se tratava de estratégia da Reação Republicana para instigar os militares contra Bernardes. O presidente Epitácio Pessoa reprime a revolta, selando a continuidade do processo eleitoral. No segundo movimento o grupo volta à tona após o pleito, tentando garantir que o agora presidente eleito não tomasse posse. Este levante, no entanto, fica reduzido aos estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso, culminando com a forte repressão imposta por Pessoa para garantir a posse do presidente eleito.

A forte contribuição oposicionista do movimento tenentista teve repercussões ainda mais acentuadas durante o governo de Arthur Bernardes. Já inseridos numa postura ideológica mais clara, os militares propiciam três fatos de proporções maiores que as anteriores. As revoltas gaúchas de 1923 e 1924 e paulista em 1924 inauguram o que podemos considerar como o fim da República Velha. Em São Paulo os rebeldes combatem as forças do governo com grande aceitação popular e conseguem, durante nove dias, manter o domínio sobre o território da capital. Por sua vez, no estado do Rio Grande do Sul, as lutas de 1923 contra o presidente Borges de Medeiros, como acentua Boris Fausto, resultam em uma reforma na constituição impedindo a reeleição

que era característica neste período. Além disso, em 1924 outra revolta combatida pelo governo fez emergir o grupo comandado por Luís Carlos Prestes que, não se rendendo, parte para a criação de uma coluna – a Coluna Prestes – em direção ao norte do país.

Do encontro dos revolucionários paulistas e gaúchos, nasceu em abril de 1925, a Coluna Prestes. Miguel Costa, sem dúvida a façanha mais arrojada do tenentismo, que colocou o movimento em contato com um ‘mundo submerso’ na História brasileira, cujas erupções explosivas apareciam aqui e ali, em episódios com os de Canudos e do Contestado [...] A mancha se destinava a ‘manter vivo o facho da revolução’, isto é, visava a realizar um protesto heróico, com os olhos voltados para o meio de onde provinha – os centros urbanos. (FAUSTO: 1983, 60-61)

A coluna dura até 1927 e não consegue a projeção nacional que almejava, restringindo-se a lutas e ações políticas na interior do país. Paralelo a isso, existe a continuidade da alternância no poder central através do acordo entre as oligarquias; desta feita assume o paulista Washington Luís que tem seu governo marcado pelo contínuo crescimento industrial e pelo decréscimo da importância da via agrária – principalmente da exportação do café – na economia nacional, abalada profundamente pela crise econômica mundial de 1929. Esta realidade acarreta o aumento do poder político da burguesia industrial e, por consequência, do Estado de São Paulo que já se configurava como o maior centro industrial da República.

Tendo em vista esta conjuntura e tentando aferir contra o acordo que até então vigorava, Washington Luís tenta desbancar a candidatura “natural” do mineiro Antônio Carlos em prol do paulista Júlio Prestes. A atitude de Luís coloca em campos opostos os dois grupos. De um lado os mineiros que formam a Aliança Liberal com o Rio Grande do Sul – então presidido por Getúlio Vargas – e a Paraíba. De outro os paulistas com o apoio de diversos estados. As eleições de 1930 apresentam as candidaturas de Getúlio Vargas e Júlio Prestes.

É justamente durante este processo eleitoral que se verifica pela primeira vez uma ação mais direta do rádio em âmbito político. Segundo Lia Calabre, a Rádio Educadora Paulista, na qual Júlio Prestes era um dos sócios, lhe fez campanha declarada. O método foi o de tentar “camuflar”, para o

eleitorado paulista, a candidatura oposicionista, já que dentro da rádio era proibido citar o nome de Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal (CALABRE: 2002, 17). Júlio Prestes sai vitorioso de um pleito por demais questionado principalmente entre os estudiosos do período. “Suspeito” é o termo mais utilizado para definir o processo.

“Vencida” eleitoralmente, a oposição – incorporada pelos partidos, pelos membros do movimento tenentista e por diversos setores contrários aos oligarcas – parte para a reação armada contra Washington Luís. Após sua deposição o governo é assumido por uma junta militar que, na seqüência, transfere o comando da Presidência da República para Getúlio Vargas. É o começo daquilo que ficou conhecido pela historiografia como a “Era Vargas.”

O papel desempenhado pelo político gaúcho será de extrema relevância durante o período que compreende os anos de 1930 e 1945, principalmente naquilo que aqui nos diz respeito de forma mais direta: o desenvolvimento da radiodifusão no país e seu uso político. Para tanto, e tendo em vista a mudança de postura governamental acerca das comunicações de massa, a análise dos primeiros anos de seu “comando” político é de fundamental importância.

A formação do governo Vargas

A composição do que até então se denominava “Governo Provisório” contou, naturalmente, com a indicação dos aliados no processo revolucionário. No entanto, no que concerne à São Paulo, houve fortes resistências aos nomes escolhidos por Vargas, principalmente por influência das forças capitaneadas por Miguel Costa, antigo membro dos levantes tenentistas no Estado e que, posteriormente, se aliou a Luís Carlos Prestes na coluna “Prestes – Miguel Costa.”¹⁶ Boris Fausto assinala que os “tenentes” foram contemplados com importantes cargos no Estado em consonância com os desígnios de Vargas, ou seja, de neutralizar o poder político das oligarquias. No entanto os remanescentes do movimento tenentista, que durante a década

¹⁶ A designação específica da Coluna que marchou pelo interior do país entre 1924 e 1927 varia entre as pesquisas consultadas: “Prestes – Miguel Costa” (FAUSTO, 1983: p. 60); “Coluna Prestes” (IGLESIAS, 1993:p. 224); “Coluna Miguel Costa – Prestes” (BORGES, 1992:p. 66). Vale ressaltar que, independente da definição adotada, o papel de comando de Costa deve ser considerado.

anterior tentavam atuar como um movimento organizado, já demonstravam nítida desarticulação como grupo:

A interventoria João Alberto em São Paulo é o exemplo mais expressivo da inarticulação tenentista e da falta de coerência entre seus próprios quadros. O Estado, no primeiro semestre de 1931, torna-se campo de disputa entre João Alberto e Miguel Costa, em choque por ambições pessoais e algumas divergências políticas. O primeiro passa rapidamente da abertura popular ao acordo com um setor vinculado aos interesses cafeeiros [...] O segundo adota uma prática política que lembra as primícias do populismo, procurando estabelecer pontes no movimento operário e arregimentar forças populares em torno da Legião Revolucionária, mais tarde transformada no efêmero Partido Popular Paulista. (FAUSTO: 1983, 71)

Além dos nomes propostos por Vargas, a própria iniciativa de impor um interventor foi um dos propulsores da crise. Crise esta que perdurou durante os dois primeiros anos, com a indicação de diversos interventores e das constantes críticas dos paulistas, que já se alinhavam no sentido de uma resistência mais contundente ao Governo Federal. Ao mirar o Governo Federal, os “rebeldes” miram também, segundo Vany Borges, o próprio movimento tenentista, que, intrinsecamente vinculados a Vargas e em oposição às forças políticas locais (incluindo Miguel Costa), ocupam a administração pública estadual como uma espécie de “campo de experiências”, pelo fato de ser este, como afirma, o estado mais importante da nação. Portanto, percorrer o contexto histórico de atuação do movimento tenentista pressupõe, por conseguinte, entender a própria dinâmica de eclosão da chamada Revolução Constitucionalista de 1932. E como veremos a seguir, tal conjuntura é pressuposto básico para a compreensão do desenvolvimento da radiodifusão e de sua posterior inserção social, principalmente no âmbito do cenário político.

Evidencia-se a relação entre o surgimento do tenentismo e o processo da política estadual paulista que culminou no movimento de Julho de 32. Parecem claras as relações entre a construção, em nível de discurso, do inimigo tenentista, e a atuação extremada, em nível de prática política, do movimento de Julho; os dois estão inextricavelmente ligados. (BORGES: 1992, 168)

4.2 O pioneirismo do rádio

A implantação e desenvolvimento do Rádio no Brasil tem seu início em 1922. Apesar de fazer referências para experiências anteriores – como o caso da Rádio Clube de Pernambuco – a historiografia específica considera as comemorações do primeiro Centenário da Independência como a data oficial de criação do sistema de radiodifusão. Tanto o pronunciamento do presidente Epitácio Pessoa quanto às transmissões artísticas provenientes de pontos estratégicos do Rio de Janeiro puderam ser ouvidas durante o dia 7 de setembro em diversos locais, incluindo outros municípios e o Estado de São Paulo, como atesta a nota publicada no jornal “A Noite” do dia seguinte:

Uma nota sensacional do dia de hontem foi o serviço de radiotelephonia e telephone alto-falante, grande atractivo da Exposição. O discurso do Sr. Presidente da Republica, inaugurando o certame foi, assim ouvido no recinto da Exposição de Nictheroy, Petropolis e em São Paulo, graças à instalação de uma possante estação transmissora no Corcovado e de aparelho de transmissão e recepção, nos logares acima. Desse serviço se encarregara a Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company, a Westinhouse International Company. À noite, no recinto da Exposição, em frente ao posto de Telephone Público, por meio do telephone alto-falante, a multidão teve uma sensação inédita: a opera <Guarani> de Carlos Gomes, que estava sendo cantada no Theatro Municipal, foi, ali, distinctamente ouvida, bem como os aplausos, aos artistas. Igual cousa succedeu nas cidades acima. (FEDERICO, 1982, 33-34)

As transmissões ocorridas durante o evento organizado pelo governo brasileiro só foram possíveis em função da utilização dos equipamentos de empresas norte-americanas que já possuíam uma tecnologia mais desenvolvida (Westing e Western Electric). A princípio, a proposta era a retirada dos equipamentos após o evento, que não se concretizou pelo interesse demonstrado pelo governo de Pessoa, culminando na posterior aquisição dos aparelhos da Western Electric. Não havia, no entanto, um projeto de desenvolvimento da radiodifusão que estimulasse o interesse da sociedade.

A falta de objetivos claros e estratégicos só não impediu que o rádio fosse incorporado à realidade brasileira em função do insistente trabalho de Edgar Roquette-Pinto. O médico e antropólogo se empenhou muito para retirar o monopólio estatal da radiodifusão e implantar, ao lado de Enrique Marize, o

que foi considerada a primeira rádio brasileira – A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro – em 1923. Há que se ressaltar que a “cultura radiofônica” já vigorava em alguns pontos do país, o que auxiliou na propagação da técnica.

Em sua fase de implantação a rádio funcionava como clube, ou seja, pessoas se associavam à entidade e toda a sua manutenção, tanto financeira quanto estrutural, dependia da contribuição dos sócios. O acesso à tecnologia restringiu-se – como acontece com a maioria das inovações técnicas – a uma pequena parcela da população, seja pelo custo dos aparelhos ou pela própria leitura que se fazia da importância do sistema radiofônico. E isto se comprova em primeiro lugar pela necessidade da criação de clubes patrocinadores dos projetos e também pela demora do próprio governo em agilizar e promover a expansão.

4.2.1 Uma proposta educativa

No que concerne à Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, sua inauguração e manutenção contou com a participação de alguns expoentes da elite cultural brasileira ligados à Academia Brasileira de Ciências. Por estar inserida neste contexto acadêmico, a Rádio tinha um claro posicionamento em relação aos princípios e objetivos que deveriam nortear o sistema de radiodifusão nacional, a questão educacional. Assim sendo, como afirma Ortriwano, o rádio “nasceu como um empreendimento de intelectuais e cientistas e suas finalidades eram basicamente culturais, educativas e altruístas.” (ORTRIWANO: 1985, 14)

Nota-se, tanto pela análise dos pesquisadores do rádio no Brasil, como pela observação da biografia específica, que existe um empenho pessoal de Roquette Pinto para que a tecnologia nascente tenha uma função social mais ampla, atuando principalmente nas camadas sociais. Para ele o rádio poderia – e deveria – assumir um papel determinante na proliferação do sistema educacional brasileiro. Isto porque já percebia a importância do processo educativo para a realidade social capitalista, que naquele momento já adquiria proporções significativas no país, principalmente nos centros urbanos.

[...] pudesse levar a cada povoação deste continente brasileiro uma palavra sequer; se pudesse ser ouvido pelo povo da minha terra [...]

eu lhe diria: “aprende a ler, não para ser letrado, mas para conseguir a educação social indispensável aos filhos de um país moderno”.¹⁷

Roquette-Pinto destacava-se pela sólida formação acadêmica. Formado em medicina, foi professor assistente de Antropologia no Museu Nacional em 1906 e desenvolveu importantes trabalhos etnográficos no interior do país. Acompanhou Cândido Rondon em expedição pelas selvas do Mato Grosso e do Amazonas e pelas Bacias dos Rios Paraguai, Jurena e Gi-Paraná. Trouxe um vasto material de campo que, dentre outras contribuições, resultaram no livro *Rondônia*¹⁸, uma das obras responsáveis pela inserção de seu nome na Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 27.

Frisar o trabalho etnográfico de Roquette-Pinto torna-se necessário para ressaltar sua visão científica frente à questão social. Por ser antropólogo conseguiu discernir as diferenças culturais como resultado da dinâmica dos povos, abandonando determinismos que, em partes, permearam as análises sociais, principalmente durante o século XIX. Prova deste envolvimento conceitual pode ser percebido em sua interpretação do trabalho de Euclides da Cunha¹⁹. Analisando a afirmação deste sobre a superioridade cultural do mestiço do litoral frente ao mestiço do sertão, ele afirma: “Eis aí a grande ilusão de Euclides: considerou inferior, gente que só era atrasada; incapazes, homens que só eram ignorantes.”²⁰

A perspectiva científica se evidencia ainda mais com a análise de campo das sociedades indígenas, abandonando preceitos comparativos que, na seqüência, podem hierarquizar culturas distintas:

Nosso papel social deve ser simplesmente proteger, sem procurar dirigir nem mesmo aproveitar essa gente. Não há dois caminhos a seguir. Não devemos ter a preocupação de fazê-los cidadãos do Brasil. Todos sabem que índio é índio, brasileiro é brasileiro. A nação deve ampará-los e mesmo sustentá-los, assim como aceita, sem relutância o ônus de manutenção dos menores abandonados ou indigentes e dos enfermos.²¹

¹⁷ ROQUETTE-PINTO, E. “Raça e Povo”. In Academia Brasileira de Letras (<http://www.academia.org.br/imortais/cads/17/roquette2.htm>)

¹⁸ ROQUETTE-PINTO, E. *Rondônia*. Coleção Brasileira. Rio de Janeiro: Companhia nacional, 1935.

¹⁹ Refere-se à obra *Os sertões*.

²⁰ ROQUETTE-PINTO, E. “Raça e Povo”. In Academia Brasileira de Letras (<http://www.academia.org.br/imortais/cads/17/roquette2.html>)

²¹ “ROQUETTE-PINTO: O Homem da Multidão” In CASTRO, Ruy. (http://www.aminharadio.com/brasil80_roquette.html)

A clara noção dos ditames do movimento cultural e suas nuances conjunturais também se expressam em relação ao processo de aculturação. Roquette-Pinto possuía uma visão bastante ampla da influência exercida pela sociedade urbana na cultura indígena. Mesmo tendo pesquisado áreas ainda inexploradas, conseguiu antever um processo em andamento que, a seguir, colocaria em risco as culturas locais. Ao se referir à importância de sua obra ele afirma ser esta:

[...] um instantâneo da situação social, antropológica e etnográfica dos índios da Serra do Norte, antes que principiasse o trabalho de alteração que a nossa cultura vai processando. É prova fotográfica – um clichê cru.²²

A mesma perspectiva frente ao processo de aculturação das sociedades indígenas se manifesta em relação às comunidades urbanas. No nosso entendimento, ao propor funções meramente educativas para o rádio, Roquette-Pinto, de forma indireta, propõe uma ação ativa do veículo no sentido da uniformização de comportamento, que corrobora preceitos vinculados à cultura de massa, por mais que o conceito não tivesse sido estabelecido desta forma. Ora, neste sentido, é evidente a aproximação, em termos analíticos, tanto da função de controle inerente às formas de comunicação de massa apontadas por Lowenthal, quanto do processo “implícito” de formação que as produções cinematográficas carregam, como foi apontado por Kracauer.

Neste sentido, e aqui concordamos com Roquette-Pinto, as formas de comunicação de massa possuem uma característica inerente: a reprodução em larga escala de “informações”. Ao fazê-lo ela cumpre um ritual específico similar aos processos educacionais das sociedades industriais: a proliferação de mensagens semelhantes que, em última instância, prevê a uniformização do processo de formação. Assim, segundo nossa compreensão, fica claro que o problema não reside no *meio* em si, mas na forma como será utilizado. E isto fica evidente quando Morin verifica um papel diferente adotado pelo que ele chama de sistema de Estado:

²² “ROQUETTE-PINTO: O Homem da Multidão” In CASTRO, Ruy. (http://www.aminharadio.com/brasil80_roquette.html)

O sistema de Estado quer convencer, educar: por um lado, tende a propagar uma ideologia que pode aborrecer ou irritar, por outro lado, não é estimulado pelo lucro e pode propor valores de 'alta cultura' (palestras científicas, música erudita, obras clássicas). (MORIN: 1990, 23)

É necessário ressaltar aqui que, ao propor um controle estatal sobre o rádio, Roquette-Pinto não lhe atribui um papel social equivalente ao estabelecido pelo sistema de Estado, mas da garantia que o governo pode dar em termos da democratização e proliferação de sua utilização por todos os setores da sociedade. No entanto, apesar da proliferação de algumas rádios com o mesmo perfil da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, o que se vê na seqüência é a inauguração de uma nova estrutura no sistema de radiodifusão, mais precisamente a partir da década de 1930. E como veremos a seguir, tal reestruturação pressupôs exatamente uma alteração no seu *uso* e conseqüentemente em seu papel social, desta feita com a introdução da publicidade e da permissão da exploração privada das estações transmissoras.

4.2.2 A mudança de perfil: consolidação da indústria cultural

A abertura de uma nova frente de atuação do sistema radiofônico transforma totalmente seu objetivo inicial. De estratégia militar e passando por mecanismos de integração o rádio adquire o formato que o caracterizará definitivamente e que, mais adiante, caracterizará todo o sistema de comunicação de massa. Há consenso entre os analistas do rádio como veículo de comunicação que o grande marco de transformação de sua estrutura foi o decreto de número 21.111 de 1º de Março de 1932. Dentre outras deliberações ele apresentou as diretrizes para a introdução da publicidade na programação, como referendado pelo artigo 73:

Durante a execução de programas é permitida a propaganda comercial, por meio de dissertações proferidas da maneira concisa, clara e convincente à apreciação dos ouvintes, observadas as seguintes condições: a) o tempo destinado ao conjunto dessas dissertações não poderá ser superior a dez por cento (10%) do

tempo total de irradiação de cada programa; b) cada dissertação durará no máximo 30 (trinta) segundos.²³

Atrelado ao princípio do mercado, seu principal objetivo agora será a integração com vistas ao consumo, ou seja, do trabalho em torno do convencimento de uma massa de supostos futuros compradores. Assim como em qualquer cultura, não é a exposição pura e simples dos artefatos que garante o êxito de sua utilização, mas da criação de necessidade em torno destes artefatos. Neste caso, no que concerne aos veículos de comunicação, além da divulgação em massa das mercadorias, lhe foi destinado o papel de “inserir” no público a vontade e o desejo que possam garantir a sua aquisição:

O rádio e o jornal, por certo, incumbiram-se, junto com o sistema informal de comunicação, de levar ao conhecimento dessas pessoas incorporadas ao sistema de consumo os produtos que eram postos no mercado. De um lado, fizeram com que as massas urbanas conhecessem novos produtos e, do outro, alargaram o seu consumo. (CAPARELLI: 1986, 83)

A mudança de comportamento visa à aceitação de novos valores em detrimento dos anteriores. Este é o papel da publicidade e, por conseqüência, do rádio exercendo a publicidade, ou seja, o auxílio à criação de uma cultura de massa para o consumo.

A introdução da publicidade altera significativamente não apenas a programação, mas também a própria organização interna das entidades. Até então as emissoras, por caracterizarem-se como entidades amadoras, se organizavam em termos administrativos da mesma forma. Os novos contratos a serem estabelecidos com os patrocinadores reforçam a necessidade de departamentos específicos, como o financeiro e o de publicidade. À medida que os contratos surgem as emissoras se estruturam como empresas privadas, principalmente no tocante à contratação de mão de obra especializada para todos os setores da “produção”, o que inclui, naturalmente, artistas, produtores e apresentadores.

²³ GURGUEIRA, F. “Integração Nacional pelas Ondas: o rádio no Estado Novo”. Dissertação de Mestrado. Departamento de História / FFLCH: Universidade de São Paulo (USP), 1995. *In* (SOUSA: 2004, 12-13).

Caracterizadas desta maneira, as mensagens sonoras do rádio podem, no nosso entendimento, ser denominadas como mercadoria, integrando-se assim na concepção ampla que forma a relação capitalista de produção. Esta lógica se coaduna ao que já expusemos aqui acerca dos paradigmas apresentados pelos críticos, principalmente sob o ponto de vista de Adorno e Horkheimer.

Como qualquer mercadoria, sua reprodução em larga escala requer, em contrapartida, um consumo também em larga escala para a efetivação do processo. Por sua peculiaridade – a transmissão de mensagens sonoras –, e atrelado aos incentivos na fabricação de aparelhos receptores²⁴, o rádio passa a alcançar uma massa marginalizada em termos da influência dos veículos de comunicação, propiciando a ampliação no índice de consumidores. Este processo logo foi percebido pelos empresários ávidos por divulgar os seus produtos, principalmente no tocante ao caráter “democrático” apresentado.

O rádio comercial e a popularização do veículo implicaram a criação de um elo entre o indivíduo e a coletividade, mostrando-se capaz não apenas de vender produtos e ditar ‘modas’, como também de mobilizar massas, levando-as a uma participação ativa na vida nacional. Os progressos da industrialização ampliaram o mercado consumidor, criando as condições para a padronização de gostos, crenças e valores²⁵.

Inserido no contexto do livre mercado, o rádio atravessa um processo de adequação às regras que estruturam o capitalismo. Sérgio Caparelli ressalta a diferença existente entre o modelo brasileiro, que passa a se organizar sob as normas da livre iniciativa, com o europeu, caracterizado pela proibição à publicidade. Segundo Caparelli, enquanto o modelo europeu previa um pagamento do indivíduo pela mensagem recebida, o brasileiro, em função do contrato com o patrocinador, insere este custo na mercadoria, ou seja, no consumo que o receptor *virá* a realizar. (CAPARELLI: 1986, 83). Sendo assim, as empresas de rádio estabelecem, por conseqüência, uma concorrência pelos anunciantes e pelos profissionais que podem ser decisivos no processo.

²⁴ Nélia Bianco afirma que o surgimento das válvulas, em substituição ao sistema de galena, barateia o custo da produção, facilitando o acesso das camadas populares. (BIANCO: 1999, 186-187)

²⁵ MIRANDA, Orlando. “A era do rádio”. Nosso Século, Abril Cultural, p.72. In (ORTRIWANO: 1985, 19)

A profissionalização passou a ser a marca registrada dessa fase. Se na década de 20 não havia um quadro de funcionários fixo e remunerado, agora era necessário criar um cast profissional. Contratar os melhores cantores, redatores, atores, músicos e animadores, disputá-los com as concorrentes oferecendo-lhes melhores salários e fama. A improvisação que marcava os programas seria substituída pela organização profissional. (BIANCO: 1999, 187)

Este novo cenário, motivado pela importância da publicidade, propicia o surgimento de agências publicitárias que terão a incumbência de criar as propagandas a serem veiculadas. E é justamente esta conjuntura que irá proporcionar o surgimento do que Caparelli considera como “A grande publicidade”, ou seja, a consolidação das agências estrangeiras no Brasil para a divulgação dos produtos relacionados às corporações norte-americanas. Segundo Lia Calabre, entre o final da década de 1920 e início de 1930, ocorre uma expansão neste setor, tendo como precursoras as empresas *Thompson* e a *Mc Cann – Erickson*. Afirmo ainda que estes dois segmentos – das agências norte-americanas e do setor radiofônico – entrelaçaram-se e desenvolveram-se juntos. (CALABRE: 2002, 14)

A nova realidade comercial fez com que o rádio inaugurasse uma transformação na programação visando à ampliação do alcance das mensagens. Como o objetivo passa a ser o aumento da audiência com vistas à satisfação dos patrocinadores, a programação ganha um perfil popular, relacionado diretamente com a cultura específica desta grande camada da população. As áreas de esporte, humor, música e a radionovela constituem uma variedade na programação diária voltada essencialmente para o lazer e a diversão. O rádio se constitui, assim, em mecanismo de entretenimento, alterando o perfil antes estabelecido na fase amadora.

A introdução de mensagens comerciais transfigura imediatamente o rádio: o que era ‘erudito’, ‘educativo’, ‘cultural’ passa a transformar-se em ‘popular’, voltado ao lazer e a diversão. O comércio e a indústria forçam os programadores a mudar de linha: para atingir o público, os ‘reclames’ não podiam interromper concertos, mas passaram a pontilhar entre execuções de música popular, horários humorísticos e outras atrações que foram surgindo e passaram a dominar a programação. (ORTRIWANO: 1985, 15)

A efetivação desta programação diversificada contou com a ampliação de profissionais da comunicação, treinados exclusivamente para este fim. Os locutores, humoristas, apresentadores e artistas contratados ganham grande inserção no público ouvinte e o seu trabalho passa a ser determinante para o sucesso dos programas criados e, por conseguinte, da projeção dos produtos que os patrocinam.

Por este motivo, o rádio propicia o que aqui denominaremos *personalismo*, ou seja, a projeção de indivíduos junto ao público ouvinte. Este fenômeno ocorre de tal maneira que o personagem que representam ou as opiniões que emitem têm grande significado, facilitando assim a aquisição da *fama*. Ao estabelecer vínculos entre estas *personalidades* e o produto a ser comercializado, a perspectiva de sucesso é iminente. E este vínculo pode ser estabelecido tanto de forma indireta, com a inserção de *reclames* nos intervalos, como de forma direta, com a criação de programas que levam o nome do patrocinador.

Existiam fortes ligações entre a produção da programação das emissoras e o mercado, como pode ser observado nos sugestivos nomes dos programas irradiados, tais como Rádio Almanaque Kolinós, Acontecimento Aristolinos, Repórter Esso ou Cancioneiro Royal (CALABRE: 2002, 29)

Outra estratégia adotada no intuito de popularizar a programação foi a criação de programas de auditório. Eram programas que contavam com a participação do público e, segundo Calabre, o significado foi tão expressivo que diversas emissoras, sedentas por esta fatia de “público-ouvinte”, ampliaram os auditórios, cobrando inclusive ingressos para os interessados em acompanhar o programa. (CALABRE: 2002, 27). Ver ao vivo aquilo que até então apenas se ouvia, além de poder estar perto dos famosos artistas, forma os combustíveis necessários para o sucesso deste novo entretenimento.

Em suma, a passagem para o rádio comercial pressupõe também a passagem de um mecanismo elitista, representado pelas sociedades educadoras, para um mecanismo popular, de massa, vinculado aos ditames do mercado e, portanto, com vistas ao consumo. No sentido dado por Macdonald isto representa, como vimos, a instauração de uma estrutura cultural claramente alienada e, portanto, controlada pelos interesses privados. No

entanto, a nosso ver – e à luz da realidade brasileira, isto representa antes uma forma de ampliação das possibilidades da massa da população frente aos instrumentos de informação. É certo que as mensagens, configuradas como mercadoria, têm, como vimos, o fim do lucro, mas é importante ressaltar que tais mensagens também “informam” o sujeito, contribuindo para seu estabelecimento social.

Esta função de organização social evidencia-se ainda mais claramente se analisada dentro do horizonte político. Nele, o papel dos veículos de comunicação é fundamental se pensado pela ótica da condição que o indivíduo inserido na massa terá para participar do processo, principalmente nos regimes democráticos. Porém, mesmo sob uma organização política de cunho mais “fechado”, como é o caso das ditaduras que se instauraram no Brasil, os sistemas de comunicação, em especial a radiodifusão, foram fundamentais para seu processo de legitimação.

Como relatamos anteriormente, é no bojo dos movimentos deflagrados a partir da década de 1920 que o rádio torna-se objeto de cobiça dos grupos políticos. O veículo, que já havia experimentado uma ação política direta durante o processo eleitoral de 1930 se transforma, como veremos, em importante suporte para os conflitos estabelecidos durante a Revolução Constitucionalista.

4.2.3 Desenvolvimento e inserção no cenário político

A Revolução Constitucionalista se inicia, portanto, com grande base de apoio nas instituições estaduais paulistas, tendo o rádio como importante aliado. O veículo foi utilizado como propagador dos ideais do movimento antes mesmo de Julho de 1932, com a invasão da Rádio Record (já constituída como Rádio Comercial) em maio do mesmo ano pelos estudantes. O objetivo da invasão foi ocupar os microfones da rádio para emitir um manifesto para a população paulista: “Nós, os abaixo assinados, declaramos

que invadimos, à valentona, os estúdios da Rádio Record e conclamamos o povo para que se mude a situação política existente no Brasil.”²⁶

A sincronia das diversas instâncias do Estado estimula a adesão ao movimento dos proprietários das rádios paulistas, destacando-se entre elas, segundo aponta Sônia Moreira (MOREIRA:1998), as rádios Cruzeiro do Sul e Record, tendo a frente os locutores Celso Guimarães e César Ladeira, respectivamente; este último sendo denominado, inclusive, segundo Gisela Ortrivano, como o “locutor oficial da revolução” (ORTRIVANO: 1985, 17). O Governo Federal, preocupado com a repercussão que as mensagens provenientes de São Paulo poderiam causar no restante do país, impôs forte bloqueio em diversas rádios brasileiras, tentando impedir que o teor revolucionário da programação chegasse a outros centros:

A Record possuía um disco “Paris Belfort” (música marcial) que passou a introduzir com freqüência como característica e suplemento das transmissões sobre a Revolução. Logo a banda da Força Pública passou a executar o mesmo número e a música acrescentou força e significado ao movimento, inflamando o espírito dos ouvintes e incorporando-se como verdadeiro hino paulista da Revolução (FEDERICO: 1982, 55)

O bloqueio estabelecido pelo Governo Federal justificava-se principalmente porque, a exemplo do que ocorria todos os sábados, a Record e a Rádio Mayrink Veiga do Rio de Janeiro atuavam em cadeia durante parte da programação, favorecendo a veiculação das notícias sobre a imposição de um Governo Revolucionário paulista para o então Distrito Federal. A programação do dia 10 de Julho de 1932, por exemplo, marcou mais um importante papel do rádio em termos políticos, mesmo transgredindo os interesses do poder Central. Esta experiência, segundo Moreira, seria repetida outras vezes durante o bloqueio, transformando a Rádio Record em “voz oficial do movimento Revolucionário.” (MOREIRA: 1998, 24). No entanto, vale ressaltar que a programação em cadeia não se inicia neste período. De acordo com Federico, este fato remonta a 1926, com as transmissões entre a Educadora de São Paulo e a Rádio Clube do Brasil.

²⁶ “Rádio Record, a Voz de São Paulo”. O rádio paulista no centenário de Roquette-Pinto (1884-1984) ; *in* (MOREIRA: 1998, 23)

Enfraquecidos frente aos avanços das tropas federais, o movimento revolucionário paulista sucumbe três meses após o levante, nos primeiros dias de Outubro de 1932. Getúlio Vargas, ainda sob a insígnia do Governo Provisório, retoma o poder central da nação e convoca eleições para a escolha da Assembléia Nacional Constituinte. O período que compreende o fim da Revolução Constitucionalista e o início do Estado Novo foi marcado por algumas medidas direcionadas ao sistema radiofônico que, de certa forma, já são o prenúncio do perfil que será adotado após o golpe:

- A) *Tentativa de implantação de um programa nacional em 1932: a Hora Nacional.* Atento à importância do rádio como meio de informação, Vargas tenta implementar, através de sua Divisão de Rádio, um programa oficial de propaganda do governo. Esta iniciativa, segundo Lia Calabre, além de ter como entrave as limitações técnicas relativas à potência dos transmissores, não foi bem aceita pelas emissoras, “especialmente as paulistas, que preferiam manter-se fora do ar a transmitir a propaganda oficial” (CALABRE: 2002, 20).
- B) *Formação da Rede Verde – Amarela em 1932.* De acordo com Sônia Moreira, a iniciativa de se formar um bloco unificado de emissoras nacionais teve como coordenador o radialista Ferraz Sampaio. Esta iniciativa chegou a reunir seis emissoras de diversos pontos do país, mas não deslanchou. A justificativa oficial, aponta Moreira, direciona-se para uma ação da Companhia Telefônica Brasileira (CTB), alegando que o projeto não se adequava às exigências técnicas em função do modelo adotado (MOREIRA: 1998, 25). No entanto, sustenta Moreira, a proibição tem inspiração política, pelo receio que tinha o Governo Vargas de utilização do sistema por outras forças políticas.
- C) *Criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural em 1934.* Esta divisão da administração pública se caracteriza como uma nova versão do Departamento Oficial de Propaganda (DOP) – que posteriormente se transformaria, em 1939, em DIP

(Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão que era vinculado, segundo Federico, diretamente à Presidência da República. Dentre as várias atribuições, principalmente no que tange ao controle da programação das emissoras, foi do DPDC a incumbência de criação e divulgação do programa estatal *A Voz do Brasil*. (FEDERICO: 1982, 63)

Paralelamente às formas de controle e regulamentação implantadas no início da fase comercial, o sistema radiofônico enfrentou uma grande expansão de emissoras e de tecnologias relacionadas, muito em face da regulamentação sobre a publicidade. Percebendo o enorme potencial do veículo, a iniciativa privada nele investiu, contribuindo diretamente para o crescimento do sistema, principalmente através da diversificação da programação:

O comércio e a indústria forçam os programadores a mudar de linha: para atingir o público, os 'reclames' não podiam interromper concertos, mas passaram a pontilhar entre execuções de música popular, horários humorísticos e outras atrações que foram surgindo e passaram a dominar a programação. (ORTRIWANO: 1985, 15).

É natural, assim, afirmar que a popularização da programação propiciou o ingresso de uma massa que antes ficava alheia ao rádio não apenas pelos custos dos equipamentos, mas também pela não identificação com a programação. E esta tendência corrobora os preceitos apresentados no capítulo anterior acerca das funções específicas em torno da cultura de massa que exercem os veículos de comunicação. Ora, como afirmaram Adorno e Horkheimer, é justamente a identificação da massa com o produto cultural que determinará o sucesso do consumo e, por consequência, o próprio sucesso da produção.

No período a que aqui nos atemos, ou seja, a fase que vai da implantação do decreto 21.111 em 1932 até o ano de 1936 – último antes da decretação do Estado Novo em 1937 - houve um significativo aumento no número de emissoras. Até 1931 o país contava com 17 emissoras que funcionavam sob as normas do sistema educativo, através de sociedades. Após a deliberação sobre as rádios comerciais o número de estações saltou para 37, o que representa um crescimento de 135%. Estes dados, atrelados ao que aqui

procuramos explorar em termos do uso político, revelam três importantes conclusões.

Em primeiro lugar, fica claro que a ampliação do número de emissoras após a liberação da publicidade denota o forte papel que o veículo adquire em termos de consumo de massa, constituindo-se no meio de ligação entre a mercadoria e o ouvinte consumidor, ou utilizando, a rigor, o *suposto consumidor*. Em segundo lugar – e considerando o viés inerente do processo urbanizador do sistema industrial, não especificamente capitalista – a consolidação das funções de informação e entretenimento da massa. Outrossim, vale ressaltar que tais características não estão necessariamente vinculadas, haja visto a diversidade na programação, capitaneada tanto por programas de notícias como de lazer.

Por fim, e considerando as anteriores, o rádio expande-se também pelo interesse político das forças que governam o país, isso porque, se no princípio houve certa resistência na ampliação do sistema, esta se altera justamente no momento em que o Governo percebe que também pode dele se beneficiar. Prova disso é a instauração da “A Voz do Brasil” e da estatização da Rádio Nacional.

4.3 TV: A imagem entra em cena

O advento da televisão. Em 1950, ocorreu durante o período de crescimento industrial. Com a intensificação da industrialização nos anos cinquenta aumentou a migração das áreas rurais para as urbanas e o rádio transformou-se na mais importante fonte de informações da população nas grandes cidades. (MATTOS: 2002, 26)

A televisão surge no Brasil em meio ao acelerado desenvolvimento industrial iniciado no Estado Novo. A partir de 1937, o golpe de Estado de Getúlio Vargas se materializa com a criação de um novo código constitucional que estabelece o suporte legal para a implementação de uma forma de governo bastante controversa no campo da análise historiográfica. Como demonstram diversos estudos do período, a atuação do governo foi decisiva para o desenvolvimento dos mecanismos de comunicação de massa,

principalmente o rádio. Entretanto, o que aqui nos interessa é demonstrar de que maneira a conduta política implementada por Vargas influenciou o surgimento e o desenvolvimento do meio televisivo.

Sem desconsiderar os fatores adjacentes, como a legislação e as agências reguladoras, reside, no nosso entendimento, no âmbito da política de desenvolvimento o aspecto mais significativo nesse sentido, justamente porque surge daí o estímulo a investimentos empresariais para o setor e, principalmente, porque estimula um acelerado processo de urbanização que, como veremos, é de fundamental importância para o desenvolvimento da televisão.

4.3.1 Uma visão nacionalista

Com poderes centralizados nas mãos do executivo, tendo em vista o fechamento do Congresso Nacional, Getúlio Vargas adotou um processo de estímulo à indústria nacional, atuando para isso em diversos setores da economia, como a área petroquímica, a metalurgia e a exploração do petróleo. Além disso, proporcionou diversas obras de infra-estrutura, como a extensão das redes rodoviárias e ferroviárias.

Vimos anteriormente que o desenvolvimento industrial brasileiro a partir do início do século XX foi acentuado, o que denota uma tendência nacional nesse sentido. Apesar disso, havia um espaço gigantesco de crescimento para áreas ainda não exploradas, visto que ainda era grande a dependência, ainda vigente, da importação de produtos manufaturados. Com ênfase nisso, e com o fato de contar com uma conjuntura internacional bastante instável principalmente a partir da depressão de 1929 ocorre, por parte do governo, uma intervenção estatal no sistema produtivo, regulando-o e, sobretudo, nele investindo.

Com a aspiração de mudar esta situação, durante o Estado Novo (1937-1945), o Presidente Getúlio Vargas adotou uma política orientada para substituir bens de consumo importados por produtos locais. Além disto, devido à ausência de capital estrangeiro e as limitações dos mercados internacionais causadas pela grande recessão econômica mundial, o Estado Novo de Vargas, baseado nos modelos de desenvolvimento fascista em moda na Europa,

começou a se voltar para um nacionalismo cada vez maior. (MATTOS: 2002, 18)

Ao intenso processo de industrialização do meio produtivo decorre, a seguir, como já demonstramos anteriormente, um intenso processo de urbanização. Portanto, podemos aferir que o período que compreende a vigência do Estado Novo (1937-1945) é marcado por um movimento de urbanização mais acentuado do que aquele que o antecede. Logo, a conjuntura que norteia o surgimento da TV no Brasil condiz com um processo de “aglomeração” em grandes cidades, o que justifica nossa hipótese - anteriormente exposta acerca do rádio - sobre o papel social que os veículos de comunicação de massa exercem nessa realidade, em especial a radiodifusão.

Guardadas as devidas especificidades, e tendo em vista o que até aqui analisamos, não podemos deixar de atribuir uma relação de dependência entre a radiodifusão e a urbanização. São, no nosso entendimento, fatores condicionantes que se determinam por um processo de transformação tecnológica, motivada fundamentalmente por fatores de ordem econômica. A diferença entre os veículos reside, como veremos, naquilo que concerne à tecnologia, aos agentes inseridos no processo e às especificidades de transmissão. Por conseguinte, singulariza-se no aspecto do desenvolvimento, condizente com uma lógica comercial dos bens culturais que, como demonstrou Dwight MacDonald, é motivada pelo lucro decorrente dos investimentos capitalistas.

Desde seu início, a televisão brasileira teve uma característica: todas as 286 geradoras (emissoras que podem exibir programação própria) e 8.484 retransmissoras em funcionamento até julho de 2000 – de acordo com dados da ABERT²⁷ - estão sediadas em áreas urbanas. Suas programações são dirigidas às populações urbanas, são orientadas para o lucro (com exceção das estações estatais) [...] (MATTOS: 2002, 50)

²⁷ Associação Brasileira das Empresas de Rádio e Televisão.

4.3.2 Um perfil comercial

Uma das principais diferenças existentes entre o rádio e a televisão reside no surgimento. Enquanto o rádio aparece e se desenvolve inicialmente como uma iniciativa educacional, a televisão já nasce como prerrogativa de um investimento privado e, por conseqüência, inserida em um contexto de mercado. Isso se explica, na nossa concepção, pelo fato de que a radiodifusão já era uma realidade bem sucedida através do rádio, servindo como instrumento de percepção da eficiente contribuição que os veículos de comunicação poderiam proporcionar em termos de investimentos. O rádio, nessa fase, causava grande inserção com seus diversos programas de entretenimento e já funcionava como instrumento publicitário.

A primeira emissora brasileira foi inaugurada por Assis Chateaubriand, proprietário do conglomerado “Diários Associados”, em 18 de Setembro de 1950. A TV Tupi Difusora foi inaugurada em meio a um investimento privado que contou com a compra da tecnologia e da aparelhagem da empresa americana RCA Victor. Ao iniciar suas transmissões, a emissora brasileira, no entanto, estabeleceu um padrão de programação diferente do norte-americano, que se utilizava principalmente da indústria de entretenimento cinematográfico, que na época encontrava-se em acelerado desenvolvimento.

A TV Tupi Difusora surgiu numa época em que o rádio era o veículo de comunicação mais popular do país, atingindo quase todos os estados. Ao contrário da televisão norte-americana, que se desenvolveu apoiando-se na forte indústria cinematográfica, a brasileira teve de se submeter à influência do rádio, utilizando inicialmente sua estrutura, o mesmo formato de programação, bem como seus técnicos e artistas. (MATTOS: 2002, 49)

A TV adquiriu, de início, um perfil extremamente elitista, visto que a aparelhagem, importada, tinha o preço inacessível para a grande maioria da população. Por este motivo, a programação também se voltava para este público elitizado. Othon Jambreiro ressalta que as emissoras mostravam, entre outras, adaptações das obras de Shakespeare e Dostoievski, além de balé e música clássica (JAMBEIRO: 2001, 52).

O desenrolar da década de 1950, entretanto, transforma radicalmente a estrutura inicial adotada pela televisão. E isto ocorre principalmente porque, segundo nosso entendimento, a TV não nasceu com vistas ao entretenimento da elite, mas da massa da população, ou seja, dos potenciais consumidores. Sendo assim, se o alto custo do aparelho causava um inconveniente à concretização deste processo, o mesmo não poderia acontecer com a programação que, do ponto de vista dos investimentos, pode ser melhor administrada, já que a produção era nacional e necessitava “apenas” da capacitação local de mão-de-obra. Dessa forma a televisão inicia um processo de aproximação com o rádio, tentando dele capitanear uma mão-de-obra capaz de resolver a necessidade imposta pelo novo veículo. É a atuação destes profissionais, atrelada ao aproveitamento e adaptação dos programas de maior audiência do rádio, que irão determinar o novo perfil que a televisão viria a adotar, ou seja, uma programação de perfil popular, mais identificada com a massa da população e com a cultura popular.

Em meados dos anos 50 elas começaram a montar programas de auditório, explorando principalmente a música popular e a imagem de seus intérpretes. De alguma forma se delineava ali o mesmo caminho da programação do rádio, que inicialmente visava à alta sociedade e depois mudou sua programação para atingir a massa de consumidores. (JAMBEIRO: 2001, 52)

Aos poucos, a nova forma de comunicação inicia seu processo de inserção social em larga escala. Nesse contexto, um novo fato vem contribuir definitivamente com o sucesso deste processo: a produção nacional de aparelhos receptores. Segundo Jambeiro, isso foi possível graças à instalação, no Brasil, de empresas estrangeiras produtoras de televisores, o que diminuiu significativamente o custo desses aparelhos para a população de menor poder aquisitivo. Esse fato foi primordial, também, para a proliferação de emissoras no território nacional, principalmente nas regiões de maior desenvolvimento urbano.

Apesar disso não havia, como aponta Jambeiro, uma ligação entre as emissoras espalhadas pelo país, o que impedia um processo de integração que pudesse proporcionar o compartilhamento de informações culturais. Essa barreira só foi transposta com o surgimento do videoteipe, que teve sua

“inauguração” no início da década de 1960. E é por este motivo que uma nova fase se inicia acerca do desenvolvimento da televisão, estimulada, na essência, por esta nova tecnologia.

Uma nova era começou então para a TV brasileira, com a adoção de processos industriais de produção de programas. Em consequência criaram-se centros produtores em São Paulo e no Rio de Janeiro. Isto foi aos poucos reduzindo nas produções locais e retirando das emissoras o caráter local de sua programação, até eliminar quase por completo a autonomia produtiva das estações, através da implantação do sistema de afiliação. (JAMBEIRO: 2001, 52-53)

4.3.3 O acelerado desenvolvimento

A década de 1960 marcará, portanto, o início do acentuado desenvolvimento da TV no Brasil. Reservamos o quarto capítulo de nosso trabalho para uma análise mais detalhada dos fatores que contribuíram para a concretização deste fenômeno, bem como de todo o sistema de telecomunicações. Entretanto, à guisa de conclusão desta unidade, e para subsidiar a compreensão sobre o importante papel exercido pela televisão – principalmente durante os governos militares -, devemos, aqui, levantar algumas considerações .

De início, é necessário ressaltar que depois da implementação de uma nova postura industrial na produção de televisores, o mercado interno passou a ser abastecido, como afirmamos, por aparelhos de menor custo frente aos importados. Os índices mostram que, enquanto em 1950 o número de televisores era de 200, em 1970 ele atinge 4.584.000²⁸. Entretanto uma iniciativa governamental acrescentou um novo elemento que auxiliou ainda mais na disseminação do veículo junto às camadas populares: a linha de crédito. Em 1968 o governo adota uma medida de incentivo na qual a aquisição de aparelhos poderia ser parcelada em doze , vinte e quatro ou trinta e seis meses (MATTOS: 2002, 89), contribuindo de forma decisiva para o aumento tão significativo de aparelhos que apontamos acima e da transformação da televisão em uma realidade de massa.

²⁸ Segundo dados da ABINEE – Associação de Fabricantes de Produtos Eletrônicos – Citado em MATTOS: 2002, 83-84.

[...] a indústria da TV assumiu um importante papel de legitimação das novas propostas que o governo militar trazia à política, à economia e à cultura brasileiras. Os militares viam na televisão um instrumento importante para promover suas idéias sobre segurança nacional e modernização das estruturas econômicas e sociais do país. (JAMBEIRO: 2001, 75)

Ora, por tratar-se de uma iniciativa do governo, o crédito para compra de televisores não deve ser enquadrado apenas sob o prisma econômico, mas também como uma medida de cunho político. E isso ocorre porque, segundo nosso entendimento, ao transformar a TV em um bem de consumo de fácil acesso, o governo não garante apenas um veículo de suporte ao processo comercial, mas, e fundamentalmente, garante um forte aliado na propagação e sustentação de suas doutrinas.

E é desta forma que entendemos a radiodifusão durante o governo Médici. Um mecanismo que, utilizado a partir de condutas burocráticas, se transforma em alicerce de “legitimação” de uma ordem autoritária imposta pelo regime. Veremos, na continuidade do trabalho, que por estar inserido em tal conjuntura, as leis que envolvem a radiodifusão adquirem a mesma conotação, ou seja, possuem perfil autoritário.

Para tanto, torna-se necessário, antes, entender os mecanismos que propiciaram o surgimento de tal realidade. O próximo capítulo terá este objetivo. Ou seja, ele será o intermédio entre a implantação da radiodifusão e sua caracterização durante o governo Médici, que será analisada no último capítulo.

PARTE III

GOVERNO MÉDICI E A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

5. UMA FORMA DE GOVERNO AUTORITÁRIA

Este capítulo se propõe a entender o horizonte de organização política no qual se enquadra o período por nós selecionado – Governo Médici. Nesta fase, o Brasil demonstra um modelo de ação política que prioriza certa racionalidade técnica. Esta racionalidade fica evidente pela conduta adotada em torno dos fatores de ordem sócio-econômico e, principalmente, nas que envolvem as questões políticas de forma mais direta. Neste último caso, o governo passa a adotar mecanismos de ordem burocrática para exercer o controle social e, dentre estes, o sistema de comunicação exerce papel preponderante.

Sendo assim, analisar os fatores constituintes da formação desta racionalidade técnica, bem como suas principais características nos trás subsídios para, a seguir, entender o próprio papel destinado à radiodifusão durante o regime militar, e, em especial, durante o governo Médici.

Por entender assim, procuramos separá-lo em três partes. A primeira se destina à compreensão dos fatores conjunturais que fizeram eclodir esta forma de organização política. A segunda tem como objetivo apresentar as principais contribuições teóricas que nos auxiliam a entender e justificar a adoção deste modelo no Brasil e, por fim, a última parte tem como função demonstrar de que maneira o governo de Emílio Médici lidou com estes preceitos.

5.1 Um Cenário em Crise

[...] Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia, que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim, e me intrigam ou difamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, e indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio, mesmo, que não manteria a própria paz pública [...] Saio com um agradecimento, e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que, comigo lutaram, e me sustentaram, dentro e fora do governo, e, de forma especial, às Forças Armadas,

cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo, nesta oportunidade.”²⁹

Com esta carta renúncia, Jânio Quadros abdicava da presidência da República no dia 25 de Agosto de 1961. Ele havia sido eleito no pleito de 03 de outubro de 1960, tendo João Goulart como seu vice. O curto mandato foi caracterizado por diversos conflitos em âmbito administrativo e político. René Dreifuss, baseado em relatório do Departamento de Finanças da Embaixada Americana, ressalta a precária herança recebida por Quadros de seu antecessor – Juscelino Kubitschek – quanto ao desequilíbrio das finanças públicas resultantes do projeto de crescimento acelerado. Além disso, foi obrigado a conviver com um índice inflacionário em constante crescimento, com a estagnação agrária, as dificuldades na balança de pagamentos e as desigualdades em termos de consumo (DREIFUSS: 1981, 128)

Jânio Quadros fora eleito com grande vantagem sobre os demais concorrentes (Henrique Lotti e Adhemar de Barros),³⁰ o que lhe garantia uma perspectiva de apoio popular bastante significativa. Além disso, contava com o apoio de dois importantes segmentos que, na ocasião, exerciam forte influência no cenário político nacional: os grupos de interesses econômicos nacionais e internacionais e os “acadêmicos” da Escola Superior de Guerra (ESG).³¹

Quadros foi obrigado a conviver com a controvérsia decorrente da regra eleitoral que lhe impunha um vice-presidente de orientação ideológico-partidária divergente. Na realidade, como afirma Dreifuss, a coalizão que apoiava o governo o fazia principalmente em função de João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro. Em outras palavras, o Congresso Nacional não

²⁹ Carta-Renúncia apresentada pelo então presidente da República Jânio da Silva Quadros em 25 de Agosto de 1961. *In* (TAVARES: 1977, 62)

³⁰ 5.671.528 votos, contra 3.824.258 de Lotti e 2.190.609 de Barros. *In* (SOUZA: 1990, 149)

³¹ A escola Superior de Guerra foi criada através da Lei nº 785, de 20 de Agosto de 1949, sendo o resultado do Decreto nº 25.075 de 22 de outubro de 1948 (VIEIRA: 1988, 74 – N.R. 03) Salientar aqui o aspecto da ESG é fundamental para a compreensão da dinâmica do período, já que é através dela que são definidas as linhas gerais do que viria a ser a Doutrina de Segurança Nacional. Conforme afirma Antônio Carlos Peixoto, “A ESG exerceu, assim, um papel fundamental como foco de criação e de propagação, para todos os que participavam de seus cursos, de uma certa visão do processo desenvolvimentista brasileiro.” (PEIXOTO: 1980, 85). Citando Rizzo de Oliveira, Peixoto acrescenta o que vem a ser, para este, os principais objetivos da ESG no âmbito da Organização Social Brasileira: garantia da presença política de um grupo militar dentro do aparelho de Estado; garantia da não-dispersão desse núcleo político-militar; especializar-se no estudo da segurança nacional, no quadro da Guerra Fria e da “guerra revolucionária” e assegurar a possibilidade de uma difusão da doutrina entre elites e militares. (PEIXOTO: 1980, 86)

compunha uma base estável para as propostas apresentadas pelo Executivo. Acrescenta-se a isso o fato de que os representantes de interesses internacionais, segundo Dreifuss, achavam-se bloqueados quanto aos seus interesses em função desta coalizão governamental e que os setores oligárquicos de seu partido – PSD (Partido Social Democrata) – também iniciaram um processo de resistência.

O seu fracasso em corresponder às crescentes expectativas da classe média, juntamente com inadequações burocráticas, também dificultou ao Executivo a realização das reformas exigidas pela grande comunidade industrial. Tais reformas envolviam sacrifícios das classes trabalhadoras e fortes limitações econômicas e políticas a setores oligárquicos tradicionais, bem como a interesses industriais locais de porte médio. (DREIFUSS: 1981, 129)

Tratando da análise sobre o sistema partidário no período, Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello afirmam que não existe um consenso, entre os analistas, sobre os verdadeiros motivos da crise que culmina com a renúncia (LAOMOUNIER e MENEGUELLO: 1986, 36-37). Em síntese, e tendo em vista que nosso objetivo aqui não é aprofundar o tema neste sentido, podemos concluir que Jânio Quadros alinhavou uma série de acordos políticos para sua eleição que esbarraram, posteriormente, em um conflito de interesses proporcionado pelas próprias regras eleitorais então em vigor. O que sempre foi a “Caixa de Pandora” janista é saber quais as forças terríveis que ele faz referência na Carta-Renúncia, ou seja, a identidade dos grupos citados. Por outro lado ela nos fornece subsídios para extração de duas considerações que, do ponto de vista do nosso trabalho, nos parece relevante.

Em primeiro lugar, vale destacar, como já citamos, a referência que é feita sobre as Forças Armadas, eximindo-as de quaisquer responsabilidade sobre o ato em questão. Ao fazê-lo, ele reafirma a isonomia de militares que, numa condição posterior – como veremos – encabeçam o golpe de Estado contra João Goulart. Esses atores não abandonam o cenário, pelo contrário, a ele adentram cada vez mais decididamente. E atrelado a isso, como segunda consideração, a própria conseqüência da citação nominal das Forças Armadas coloca em evidência todas as demais forças políticas, condenado-as ao “crivo indireto” de uma responsabilidade direta. Ora, a isonomia das Forças Armadas,

atrelada à condenção das “Forças Invisíveis” condena a sociedade civil, principalmente os setores organizados. E isso, no nosso entender, credencia os setores militares a uma ação política mais direta, o que efetivamente se concretiza. Podemos aferir, portanto, que a carta-renúncia, independentemente dos objetivos apontados por Dreifuss, constitui o primeiro indicativo direto de legitimação da intervenção militar.

Em agosto de 1961, após um efêmero governo de sete meses, Jânio Quadros, baseando-se em seu suposto carisma e menos numa efetiva autoridade, renunciou, na esperança de conseguir um mandato bonapartista-civil por intermédio de um retorno ao governo ouvindo os apelos das classes médias. Ele também esperava o respaldo de empresários e o apoio absoluto de uma coalizão militar, que o capacitaram a impor soluções econômicas e políticas às demandas conflitantes. E isso aconteceria enquanto seu vice-presidente se achava convenientemente em missão de boa vontade e comercial na China. Nem a maioria dos empresários, nem seu próprio bloco partidário estavam prontos a apoiá-lo. Nem mesmo seus ministros-chave, Denys, Hech e Grüm Moss estavam dispostos a assinar em branco um tal cheque político [...]. (DREIFUSS: 1981, 129)

O apoio dos setores militares não veio e, ao contrário, seu ato desencadeou uma séria crise no país. Pelas prerrogativas legais, a presidência da república deveria, a partir de então, ser ocupada pelo vice João Goulart. O problema nesse sentido é que Goulart não correspondia aos anseios das elites militares e financeiras, exatamente os setores que apoiavam o governo Jânio Quadros.

João Goulart possuía um histórico de atuação pouco atrativo para esses setores uma vez que, tendo sido ministro do trabalho no Governo Getúlio Vargas, e vice com Juscelino Kubitschek, adquiriu ampla projeção junto aos setores populares, principalmente entre os trabalhadores. Além disso, era membro destacado do PTB, mantinha estreitas relações com os partidos mais à esquerda e provinha de uma região governada por um partidário e parente – Leonel Brizola. Ambos, assim como o próprio movimento trabalhista, representavam possíveis inconveniências ideológicas ao desenvolvimento econômico e político que se vislumbrava pelas elites. “Risco eminente” que, nas palavras do General Lyra Tavares, deveria ser combatido.

Além de tudo, permaneciam em estado latente os desencontros e as apreensões da opinião pública, aparentemente abafados pelo calor dos acontecimentos de superfície. A tentativa de transformação do Brasil numa República Sindical poderia repetir-se, e era preciso ter presentes e prevenir as suas conseqüências. A memória nacional não poderia ignorar os rumos que João Goulart e os seus adeptos pretenderam, insistentemente, imprimir ao País. (TAVARES: 1977, 63)

Assim esta elite – agora denominada oposicionista – atuou de forma contundente para evitar a posse de Goulart. As iniciativas trouxeram ao cenário mais direto da organização política novos atores que, a partir de suas atuações, conturbaram e desagregaram as prerrogativas iniciais que garantiam a posse de Goulart. Podemos aqui determinar a síntese deste processo em quatro momentos interligados: o Manifesto Militar, a emenda do parlamentarismo, o período parlamentar e o plebiscito.

Durante a renúncia, João Goulart se encontrava em viagem oficial na China. Sua ausência proporcionou uma condição ainda mais favorável para os setores oposicionista, que encabeçaram manifesto de recusa à sua posse, tendo como “responsáveis” os ministros das três armas: Vice-Almirante Sylvio Heck (Marinha), Marechal Odylio Denys (Guerra) e Brigadeiro-do-Ar Grüm Moss (Aeronáutica). Em linhas gerais este manifesto conclama os motivos do proposto impedimento e as conseqüências que a ordem legal poderiam desencadear:

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada de seus Ministros, manifestaram a S. Ex^a. O Presidente da República³², como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País do Vice-Presidente, Sr. João Goulart [...] Já ao tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais [...] E, ainda há pouco, como representante oficial, em viagem a URSS e à China Comunista, tornou clara a patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares [...] Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no País um período

³² Refere-se ao presidente em exercício, deputado Ranieri Mazzilli (Presidente da Câmara dos Deputados)

inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos [...] ³³

O manifesto suscitou enorme agitação no cenário político. De um lado aqueles que, atrelados aos dogmas propagados pelos militares, atribuíam um caráter extremamente pessimista à possível posse de João Goulart, e, de outro, aqueles que defendiam a posse, ou por atrelarem-se ideologicamente a Goulart, ou por discordarem da ruptura constitucional. Dentre os últimos destacam-se os papéis desempenhados por Leonel Brizola e pelo General Machado Lopes, comandante do III Exército, que declararam resistência a partir do Rio Grande do Sul. ³⁴

A inquietação nos quartéis e nos opositores em geral fez emergir uma proposta conciliadora que, mesmo a contragosto dos “legalistas”, ganhou corpo e serviu para amenizar as resistências em torno do nome de João Goulart. Assim, entre os dias um e dois de Setembro de 1961, o Congresso Nacional fez tramitar uma proposta de emenda constitucional instituindo um sistema alternativo ao Presidencialismo que vigorava desde a instauração da República.

Num sábado, dia 2 de Setembro de 1961, reunidos em Brasília, a Câmara e o Senado, por 263 votos contra 55 e por 48 votos contra seis, em regime de urgência urgentíssima, aprovavam a emenda nº 4 à Constituição, que restringia os poderes da Presidência da República e instaurava um regime de gabinete, como fórmula para superar o veto dos militares à posse de Jango. (MELO FILHO: 1999, 330)

A experiência parlamentarista não suscitou grandes soluções para o âmbito do controle e do continuísmo vislumbrado pela oposição. Em linhas gerais foi um período bastante atribulado, com idas e vindas nas nomeações dos gabinetes e com diversos conflitos entre o Executivo e o Legislativo. Não condiz com o objetivo deste trabalho uma análise detalhada do período parlamentarista, no entanto, vale ressaltar que, a exemplo do que atesta Murilo

³³ Manifesto de 30 de Agosto de 1961. *In* (TAVARES: 1977, 64-65)

³⁴ Vale destaque aqui o uso político que fez Brizola do Sistema de Rádio. Segundo Sônia Virgínia Moreira, dois dias após a renúncia de Jânio Quadros, Brizola colocou no ar, a partir da Rádio Guaíba, a chamada Rede da Legalidade que, a partir de outras adesões, criou a denominada Rede Nacional da Legalidade. De acordo com Moreira, “O objetivo da Rede era impedir o golpe pretendido pelos ministros militares e garantir a posse do Vice, sucessor legítimo de Presidente que renunciara.” (MOREIRA: 1998, 56-57)

Melo Filho, foram as agitações sociais, principalmente através da deflagração de greves gerais por parte dos trabalhadores, que encurtaram o tempo previsto para a vigência do Parlamentarismo com a antecipação do plebiscito – inicialmente previsto para 1965 – e a reinstauração do presidencialismo e dos poderes constitucionais que outrora vigoravam.

Nova greve geral foi decretada pelos sindicatos, que só a suspenderam no dia 14 Setembro, quando o Senado aprovou por 19 votos contra 14 e a Câmara, no dia seguinte, aceitou por 169 votos contra 83, a convocação de um plebiscito sobre o parlamentarismo para o dia 6 de Janeiro de 1963 [...] No Brasil, realizara-se finalmente o plebiscito a 6 de Janeiro e o presidencialismo se restaurara pela maioria de 2 milhões e 700 mil votos. (MELO FILHO: 1999, 335-337)

A concretização do golpe

Encerrado o plebiscito, e devidamente reativado o sistema presidencialista, João Goulart apressou-se no sentido de colocar em prática os projetos que as limitações do regime anterior impunham. Dentre estes, os que causavam o maior desconforto nas elites oposicionistas eram as chamadas reformas de base, que, dentre outras medidas, previa um grande processo de reforma agrária.

O governo de Goulart foi marcado neste período pelo crescimento do índice inflacionário e, portanto, pelo aprofundamento das desigualdades sociais. Assim, procurou estruturar o governo de forma a possibilitar a efetivação de um conjunto de medidas de profundas transformações, coerentes com o programa adotado pelo PTB e engajados, assim, no aspecto político-ideológico que propagava desde o início. Dentre as medidas, que são expostas de forma clara no discurso proferido no comício de 13 de Março na Central do Brasil, destacam-se a reforma agrária, a estatização de refinarias, o investimento em educação de base e as garantias de liberdade e expressão:

Democracia, trabalhadores, é o que meu governo vem procurando realizar, como é meu dever. Não só para interpretar os anseios populares, mas também para conquistá-los, pelo caminho do entendimento e da paz [...] Não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes

populares, fazendo calar as suas reivindicações [...] Reformar, trabalhadores, é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada, inteiramente superada pela realidade dos momentos em que vivemos [...] Como garantir o direito de propriedade autêntica quando, dos quinze milhões de brasileiros que trabalham a terra, no Brasil, apenas dois milhões e meio são proprietários? [...] A partir de hoje, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e a destilaria Rio-Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional [...] Nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro. E, para isto, podemos declarar, com orgulho, que contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas da Nação.”³⁵

É evidente, neste discurso, o teor reformista e ao mesmo tempo conciliador, principalmente em torno das Forças Armadas. E isso se deve porque o núcleo diretivo do governo já havia percebido as diversas manifestações de desagrado provenientes, principalmente, dos setores mais conservadores da sociedade. Além da resistência às propostas político-administrativas, outras medidas causaram repercussão negativa junto às elites, especialmente no campo da política externa, com a anunciada volta das relações diplomáticas com a União Soviética e a aproximação com Cuba. Prova disso se deu acerca da visita do presidente da antiga Iugoslávia, Josep Braz Tito. Fernando Moraes afirma que a repercussão contrária foi imensa por parte de vários setores da sociedade, dentre os quais a Igreja, os meios de comunicação e, naturalmente, a elite oposicionista. (MORAIS: 2004, 641)

É interessante perceber que um dos únicos – ou talvez o único – representante da elite oposicionista a apoiar a visita de Tito ao Brasil foi justamente Assis Chateaubriand, anticomunista declarado e proprietário da maior rede de comunicação do período. Talvez por entender a importância em termos da política externa do país, ou mesmo para aproveitar o evento para criticar desafetos – ou talvez pelos dois motivos - o fato é que Chateaubriand ajudou, naquele instante, a apaziguar as veementes críticas com seus artigos e suas manifestações públicas. Por outro lado – e aqui se percebe a importância do empresário na consolidação do golpe de Estado – recebia e declarava apoio

³⁵ Discurso do Presidente João Goulart/Comício na Central do Brasil – RJ, em 13/03/1964. Textos Políticos da História do Brasil, Senado Federal, 2000. In (MUNTEAL FILHO: 2005, 15-32)

aos militares que o procuravam para articular o movimento, principalmente com o uso dos veículos de comunicação de sua propriedade.

[...] Chateaubriand receberia na Casa Amarela a visita dos generais Olímpio Mourão Filho, em vices de assumir o comando da 4ª Região Militar, em Minas Gerais, e Nelson de Melo, que acabara de deixar o Ministério da Guerra após o plebiscito que fizera o país retornar ao regime presidencialista, devolvendo plenos poderes ao presidente Goulart. O objetivo dos dois militares era um só: pedir o apoio dos Associados 'para conter os desatinos da turba comunista que cerca o presidente', segundo Melo, e, particularmente, pedia Mourão, 'para combater frontalmente o presidente e seu cunhado esquerdista, o deputado Leonel Brizola. (MORAIS: 2004, 638)

Percebe-se, por isso, que o golpe já se avizinhava. Alguns fatos são importantes para entendermos o complicado momento pelo qual passava João Goulart, dentre eles destacam-se, além dos fatores econômicos e de política externa já citados, o levante de sargentos em Brasília e a participação do presidente em jantar oferecido por militares de baixa patente no Rio de Janeiro. Esta aproximação com grupos de patente inferior das Forças Armadas era visto com extrema reticência pelo alto comando, que não admitia o que chamavam de quebra de autoridade da hierarquia militar. Assim mesmo foi uma prática constante de Goulart a aproximação com estes grupos e o estímulo às vinculações com outros setores de organização popular, principalmente com os sindicatos.

Já prevendo problemas para a continuidade do processo legal de seu mandato, Goulart acelerou ainda mais a aproximação com os setores populares que lhe davam sustentação, culminando com o "ápice" do comício de 13 de Março de 1964. Além do teor do comício, outro fato aqui merece destaque no âmbito dos atores mais diretamente ligados ao golpe. Segundo o general Hugo de Abreu, o então Ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro fora advertido – e concordado – sobre a não participação no evento. No entanto, ao descumprir tal acordo, suscitou uma quebra de confiança que alargou ainda mais o fosso que separava o governo das Forças Armadas.

Pode-se dizer que a partir daí o ministro perdeu o controle do Exército, que passou a ser exercido, na prática, pelo General Castelo Branco, chefe do Estado-Maior. Já nessa ocasião, o movimento revolucionário era inevitável, seu desencadeamento era apenas

questão de dias. A greve dos marinheiros, a reunião destes no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e a reunião de Jango com os sargentos no Automóvel Clube da mesma cidade serviram apenas para precipitar uma decisão já tomada. (ABREU: 1980, 251)

Até os últimos momentos antes do golpe, João Goulart procurou tomar medidas de contenção, entretanto foram medidas superficiais. Deixou, por exemplo, de decretar o estado de sítio e de prender militares insubordinados. A ausência de uma ação mais incisiva fez emergir diversas contestações sobre a capacidade que teve de fazer uma leitura correta sobre o que efetivamente acontecia. Concordamos com esta linha de raciocínio, tendo em vista três situações relatadas por Murilo Melo Filho sobre os momentos que antecederam o golpe.

A primeira situação envolve o ex-presidente Juscelino Kubitschek. O ex presidente solicitou uma reunião com João Goulart na manhã de 31 de Março, mas foi surpreendido pela recusa com o argumento de que o presidente precisava fazer uma visita a um enfermo no hospital. Murilo Filho suscita até a hipótese de que Goulart não quisesse comentar sobre o golpe já em andamento a partir de Minas Gerais. No entanto, a continuidade dos fatos complica essa interpretação e demonstra, no nosso entendimento, a verdadeira percepção que tinha Goulart. Isto porque, tendo sido advertido por Kubitschek sobre a situação, ele declara que a manifestação em Minas estaria esmagada já no dia seguinte. A resposta de Kubitschek põe às claras a mesma interpretação que tentamos defender:

Desconfio que você está otimista demais. Tenho notícias de que a situação é bem diferente da que imagina. Tomo a liberdade de dar-lhe um conselho. Faça um pronunciamento à Nação, deligue-se dos comunistas e mostre-se disposto a perdoar os revolucionários para instaurar um clima de paz no país. (MELO FILHO: 1999, 349)

As duas outras situações restringem-se aos momentos decisivos do Golpe e envolvem a compreensão que tinha Goulart sobre as tropas que, em tese, lhe eram subordinadas. Já na iminência de sair do Rio de Janeiro ele destaca o General Ladário Pereira Telles para uma viagem a Porto Alegre a fim de preparar um suposto refúgio no Estado que, presumivelmente, lhe era fiel. Logo após viaja para Brasília, também na intenção de encontrar tropas que a

ele se mantivessem subordinadas. Tanto em Brasília como, posteriormente, no Rio Grande do Sul, ele se depara com uma condição inóspita, ratificando a tese sobre o desconhecimento que possuía das reais condições dadas pela conjuntura. Dirigindo-se, enfim, para o Uruguai, deixa o caminho livre para a consolidação do Golpe de Estado.

5.2 Militares no poder: constituição das bases autoritárias

A participação dos atores no processo que desencadeou o golpe de Estado foi determinante na escolha do novo presidente. O Marechal Humberto Castello Branco, então chefe do Estado-Maior das Forças Armadas teve seu nome referendado não apenas pelo alto escalão militar, mas também pelos civis que com ele atuaram, principalmente os governantes da Guanabara (Carlos Lacerda), de São Paulo (Adhemar de Barros) e de Minas Gerais (Magalhães Pinto). A bem da verdade, o apoio deste segmento da elite política tinha por trás um interesse direto: o próximo processo eleitoral. Havia, portanto, a expectativa de que o “mandato” de Castello Branco se limitasse ao complemento do mandato interrompido de João Goulart e que, decorrido este período, a prerrogativa constitucional voltasse a vigorar.

O Governo de Castello Branco foi marcado por diversas cisões, dentro e fora das Forças Armadas. No âmbito civil, a implantação das primeiras medidas e atos institucionais tiveram, como objetivo, garantir a reconstrução nacional contra os “obstáculos impatrióticos” que se faziam presentes, segundo palavras do General Lyra Tavares. (TAVARES: 1977, 102). Sobre tais medidas, bem como sobre todo o processo legislativo desencadeado nos primeiros governos militares, trataremos mais adiante. O que nos importa aqui é entender de que forma a dinâmica interna das Forças Armadas influenciou a constituição de uma ordem autoritária nos moldes anteriormente analisados. E isto se estabelece principalmente em função da cisão interna que demarcou dois campos distintos de pensamento, atestado por um dos principais atores do processo, o General Ernesto Geisel:

Foi um erro ter-se ficado tanto tempo. Surgiu, desde logo, o problema do combate ao comunismo, ao terrorismo, à corrupção. Além disso

manifestou-se outro problema grave: o da divisão no Exército entre a linha dura e a área mais moderada, que tendia para a normalização. Os duros sabiam que não podiam ficar definitivamente no poder, que um dia as coisas tinham que se normalizar, mas sua tendência era prolongar a revolução até que se pudesse fazer tudo o que eles imaginavam [...] A percepção era muito tênue no início, mas foi se acentuando. Havia muitos oficiais que eram moderados e cuja tendência era se agrupar em torno de Castello. E havia outros que eram mais exaltados, mais radicais, e que se uniram em torno do Costa e Silva. (D'ARAUJO e CASTRO: 1998,168)

A cisão estabelecida no seio das Forças Armadas nos auxilia a entender o aspecto autoritário do regime em um ponto importante: o da proliferação de um governo ilegítimo. E isso porque, tendo em vista as primeiras medidas que, em linhas gerais, se propunham a “limpar” as instituições políticas – daí o processo de cassações – a tendência “natural” era a retomada do processo democrático, segundo pronunciamento do próprio Castello Branco. No entanto, o que se viu foi uma inversão nessa tendência inicial, com a imposição, a partir de decreto, da eleição indireta para a escolha do próximo presidente. Ora, ao retirar da sociedade a responsabilidade da escolha do representante pelo processo eleitoral, o governo militar corrobora com um dos preceitos levantados por Guillermo O'Donnell acerca do Estado Burocrático-Autoritário: a supressão da cidadania no sentido da participação política (O'DONELL: 1987,21).

Segundo a formulação apresentada, o modelo de estado Burocrático-Autoritário (BA) com o qual pretendemos enquadrar teoricamente o regime militar brasileiro – de forma geral – e o governo Médici - em específico - se caracteriza como a ruptura de sistemas de representação democrática.

Essa ruptura é motivada, segundo O'Donnell, pelo fato de que, para os responsáveis pelo BA, o fator que coloca em risco a manutenção do Estado³⁶ Capitalista é a proliferação de movimentos contestatórios nos diversos níveis

³⁶ Para melhor compreensão do modelo Burocrático-Autoritário (BA) da organização do estado, torna-se necessário, antes, compreender a concepção de estado embutida na análise de O'Donnell e sua conseqüente diferenciação com os demais agenciamentos tanto da organização política quanto da organização social mais ampla. Por este aspecto o estado se enquadra, segundo O'Donnell, no âmbito das relações de dominação que preenchem a estrutura social, ou seja, é caracterizado como uma relação social de dominação. Assim – e tendo em vista a condição inerente do conjunto das relações de dominação – tem a capacidade de operar a partir de instituições específicas de coação com o propósito de organizar as relações sociais. Logo, ele reside no âmbito da sociedade civil, mesmo que, como afirma, suas resoluções operem na coação desta sociedade civil. (O'DONNELL: 1986, 16-17)

da representação política. Logo, sua principal característica é a da defesa da organização capitalista em seus principais aspectos, ou seja, a economia de mercado e o modelo de estado. Assim, o BA mira o conjunto de características vinculadas à cidadania e nelas descarrega o arsenal de medidas que, do ponto de vista ideológico, expõe as entranhas do autoritarismo. Nesse sentido a cidadania é combatida em termos da organização institucional e dos canais de participação da vida política, ou seja, na proibição da organização da sociedade em instituições representativas (sindicatos, movimentos, etc.) e nas que dizem respeito ao acesso aos canais de participação direta (principalmente os partidos).

São sistemas de exclusão política, no sentido de que pretendem fechar os canais de acesso ao Estado do setor popular e seus aliados, assim como desativá-lo politicamente não só pela repressão, mas também pelo funcionamento de controles verticais (corporativos) por parte do Estado sobre os sindicatos. (O'DONNELL: 1987, 21)

Por estar vinculado à manutenção da ordem capitalista, e por apresentar, no nosso entendimento, os preceitos condizentes com a realidade que se verificou no sistema de exceção adotado após o golpe de 1964, restamos, pois, para melhor compreensão do modelo BA, separar nossa análise em acordo com as variantes citadas da ordem capitalista. Isso representa, para efeito de método, a separação entre os fatores políticos (que entendemos a partir do movimento dos atores e da legislação criada) e econômicos (que condizem com a interferência estatal no mercado).

5.2.1 Fatores Políticos

Seria leviano afirmar que, na hipótese da ausência de um setor mais “duro” entre os militares, a democracia seria restabelecida. Se levarmos em consideração os diversos agenciamentos do cenário, podemos aferir que a tendência, naquele momento, era de “fechamento” e não de “abertura”, principalmente se considerarmos a conjuntura internacional e o acirramento da Guerra Fria. Além disso, os membros do governo provenientes da Escola Superior de Guerra – tido como moderados – ocupavam cargos importantes na

administração superior, além de possuírem um claro projeto nacional, principalmente no âmbito econômico, como veremos mais adiante.

De qualquer forma, é fato que a configuração de dois grupos distintos proporcionou situação favorável à escolha de Costa e Silva para a sucessão de Castello Branco. Na verdade, o nome Costa e Silva é tido como uma imposição do comando militar, tanto na análise de Geisel quanto do General Hugo de Abreu. Para Abreu, a atitude de cerceamento do processo eleitoral tomada por Castello Branco, além de causar o primeiro desvirtuamento dos princípios que levaram à “Revolução”, visou evitar um mal maior (ABREU: 1980, 64-65). Por sua vez, Ernesto Geisel ressalta o desejo de Castello Branco em devolver o comando do Executivo para um civil:

Veio a sucessão, e Castello pensou num candidato civil. Era o sonho dele. Mas era um sonho utópico naquelas circunstâncias [...] Pensou em fazer do Bilac Pinto o novo presidente da República. Depois pediu uma lista aos políticos do partido do governo, com cinco nomes. Mas isso não deu em nada. Os políticos e a maioria dos militares se fixaram no nome do Costa e Silva. Passou a ser um fato consumado. (D'ARAUJO e CASTRO: 1998, 168)

No dia 15 de Março de 1967, o Marechal Costa e Silva tomava posse. Seu governo foi marcado pela passagem de um modelo de controle do Estado mais brando para um mais radical, o que pressupõe, para efeito do que aqui nos interessa, o aprofundamento do autoritarismo. E isto tem motivação em dois fatores no que diz respeito ao cenário interno: o aumento das manifestações sociais em prol da abertura política e o contínuo desenvolvimento da cisão interna da elite militar.

A abertura política tornou-se pauta principal na agenda de diversos segmentos da sociedade civil, principalmente de setores que haviam apoiado o golpe de 1964. Carlos Lacerda, que na condição de governador da Guanabara havia sido um dos principais políticos adesistas, tornou-se um ferrenho crítico do sistema, seja no aspecto das questões econômicas ou das questões políticas. Encabeçou a Frente Ampla³⁷, juntamente com Goulart e Kubitschek,

³⁷ Consistiu em um movimento que, em linhas gerais, reivindicava a redemocratização do país. Agregou diversas correntes durante o tempo em que se manteve ativo. Além de Lacerda, Goulart e Kubitschek, partidários dos diversos partidos de oposição e segmentos organizados da sociedade ali atuaram. (SILVA: 1983, 27-31)

que agitou o já conturbado cenário de 1967, protagonizado principalmente pelas manifestações contestatórias estudantis após a reorganização da UNE (União Nacional dos Estudantes). Paralelo a isso, mesmo tendo se credenciado como representante da chamada “linha dura” do regime, as ações de controle de Costa e Silva passam a ser questionadas pela elite militar, acirrando ainda mais os debates internos:

Costa e Silva veio como representante da ‘linha dura’, embora cedo a tenha desapontado com seu espírito liberal. Mas o ciclo vicioso já estava implantado: a violência e sua repressão acabaram criando o clima que obrigou Costa e Silva a aceitar o A.I. 5. (ABREU: 1980, 257)

O ano de 1968 pode ser considerado um “marco” na estruturação e formalização do modelo burocrático-autoritário brasileiro. Sob os auspícios da crescente onda de contestação do regime, o comando governista se “vê forçado”, segundo argumento de Lyra Tavares, a “radicalizar” no sentido das regras de controle (TAVARES: 1977, 135). Dentre os diversos motivos por ele narrados acerca do clima de transgressão à Segurança Nacional, podemos citar as greves estudantis e de trabalhadores, a Frente Ampla, a Passeata dos Cem Mil e os confrontos ideológicos deflagrados por indivíduos e grupos.

A supressão da liberdade de organização e participação tem, portanto, duas vertentes: a primeira é limitar o acesso desses grupos a canais de participação política, e a segunda é o combate à própria existência destes. Além de limitar os grupos organizados, a proposta do BA, de acordo com O’Donnell, é também limitar os canais de representação popular e de classe no âmbito do governo, tornando-o assim uma representação específica de alguns setores. Dentre estes, segundo afirma, estão as Forças Armadas, a cúpula de grandes organizações (estatais e privadas) e grandes empresas oligopólicas. Disso decorre que, como última característica, a questão política torna-se, propositalmente, uma questão técnica, a ser tratada e administrada pelos mecanismos *burocráticos* do Estado. Ser cidadão, no contexto do Estado BA, pressupõe, enfim, a conduta sob normas criadas por órgãos não legítimos.

“Através de suas instituições tenta ‘despolitizar’ o tratamento de questões sociais, submetendo-as ao que proclama serem critérios neutros e objetivos de racionalidade técnica. Isto é o outro lado da proibição de evocar questões de justiça individual ligadas ao popular, que aparecem introduzindo ‘irracionalidades’ e ‘exigências’ prematuras com respeito à reimplantação da ‘ordem’, da normalização da economia e da reconstituição dos mecanismos de acumulação do capital.” (O’DONNELL: 1986, 22)

A análise da perspectiva política do Estado BA nos remete a uma simbiose paradigmática que, em termos teóricos, demonstra uma explícita contradição, mas que, ao considerar os interesses intrínsecos dos diversos atores, ganha outra conotação. E isso ocorre porque, como sabemos, o estado capitalista, dentro da sua fundamentação clássica, tem como princípio norteador o indivíduo. Ele configura-se como organismo estruturante dos preceitos às garantias individuais condizentes com as necessidades da economia de mercado e, nesse aspecto, as garantias individuais de acesso à propriedade privada. Assim, a forma que irá adquirir no âmbito do sistema político prevê uma sobreposição do indivíduo frente à instituição política, ou seja, o estado está a serviço do indivíduo e de seus “direitos individuais”, e não o contrário. Por ser assim, todo o complexo jurídico que envolve o Estado, seja no aspecto da sua estruturação formal, seja na legislação que dele emana, reflete este princípio, em consonância com aquilo que, num aspecto mais geral, foi preparado pelo movimento teórico-liberal a partir do século XVII.

Não é nosso objetivo aqui remontar à teoria do Estado na perspectiva liberal e sua contraditória posição frente às diversas formas de autoritarismo. No entanto é necessário salientar que, uma vez instaurados os mecanismos que possibilitam o efetivo controle da sociedade civil frente ao estado – como a democracia representativa – podemos supor que, uma vez rompido este processo, os direitos individuais, ora protegidos, tornam-se vulneráveis e, por consequência, a própria propriedade dos bens.

Ora, e é exatamente isso que ocorre com a decretação do AI5, motivada, segundo os próprios militares, pelo discurso do deputado Márcio Moreira Alves.

Tanto Lyra Tavares (então ministro do Exército)³⁸ quanto Jaime Portela (então chefe do gabinete Militar)³⁹ são unânimes em afirmar que o discurso proferido pelo deputado causou enorme transtorno na organização interna do governo, levando as posições ao acirramento e conseqüente aprofundamento das regras autoritárias. Isto porque, motivado pela movimentação popular, especialmente como conseqüência da morte do estudante Edison de Lima Souto no Rio de Janeiro, o deputado, falando em plenário da Câmara questionou a repressão impetrada pelos órgãos de segurança e, principalmente, propôs um boicote às festividades de 7 de Setembro daquele ano.

A crise política assumiu proporções mais graves com os pronunciamentos do deputado Márcio Moreira Alves. O discurso, entre muitos outros proferidos no horário chamado 'pinga-fogo', expressava o protesto contra a crescente violência policial e militar, cujo fato recente havia sido a invasão da Universidade de Brasília, com o espancamento de estudantes e tiroteio a esmo, sendo que um estudante foi atingido. Mas o que motivou a exaltação de setores militares pela punição do deputado foi a proposta idealista de boicotar o desfile militar de 7 de Setembro, além de insinuar que o Exército se estaria tornando um abrigo de torturadores. (SILVA: 1983, 36-37)

Do ponto de vista prático, o que mais pendia no sentido de uma conduta mais "liberal" por parte de Costa e Silva eram as relações externas, afinal, a principal bandeira da "revolução" era a defesa da democracia. No entanto, atuando de forma contraditória a tal princípio, e mesmo, de início, relutando em fechar ainda mais o já emergente sistema autoritário, o governo vota a favor da instauração do Ato Institucional Número 5, estabelecendo novos parâmetros na condução do golpe⁴⁰. Enfim, o segmento mais radical da elite militar consegue

³⁸ "Os agentes da desordem e da subversão confundiram a tolerância com o temor. E partiram para a violência, tirando proveito do ambiente político, em que eram atacados, desabridamente, o Exército e a Revolução." (TAVARES: 1977, 136-137)

³⁹ "Os ministros militares apresentaram uma Exposição de motivos, solicitando providências quanto aos ataques dirigidos às Forças Armadas pelo deputado Márcio Moreira Alves." Hélio Silva se refere à citação feita por Jaime Portella de Mello no livro "A Revolução e o Governo Costa e Silva", Rio de Janeiro: Editora Guavira, 1979. *In* (SILVA: 1983, 38)

⁴⁰ "O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República." [...] "Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios." [...] "O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as

formalizar, em termos de lei, aquilo que em termos teóricos já se planejara anteriormente. Não por acaso o ato é aprovado no dia seguinte à recusa de cassação do mandato de Alves no Congresso Nacional, conforme atesta Geisel:

Os ministros militares tomaram isso como ofensa. Exigiram a cassação do mandato político do Márcio, Costa e Silva os apoiou, mas o Congresso votou contra a cassação [...] Na minha opinião pessoal, Costa e Silva, como presidente, fez o AI 5 contrariado, porque estava sofrendo grandes pressões da área militar. Não era só dos três ministros militares, não eram só o Lyra, o Rademaker, o Márcio. Havia vários outros. (D'ARAUJO E CASTRO: 1998, 207-208)

Segundo o que se pode concluir, é fato que Costa e Silva não estava satisfeito com a solução de cunho autoritário encontrada para resolver os conflitos sociais e políticos que se faziam presentes. Talvez por influência de seu perfil liberal, manifestado por Abreu e Geisel, ele tenha procurado uma alternativa para a crise dentro dos parâmetros constitucionais. E esta alternativa foi, de acordo com Geisel, a preparação de uma nova Carta Constitucional, elaborada com o auxílio do vice-presidente Pedro Aleixo, mas que não chegou a ser promulgada em função do acidente vascular que o acometeu. (D'ARAUJO e CASTRO: 1998, 210)

Foi este acidente vascular o responsável pelo afastamento do presidente Costa e Silva. *A priori*, o que as diretrizes legais previam era a substituição automática por Pedro Aleixo. No entanto, tendo em vista a pouca confiança da elite militar neste civil, uma nova “alternativa” foi elaborada. Um golpe na avaliação de Ernesto Geisel.

Fala-se em golpe de 64, mas o golpe realmente foi dado quando impediram Pedro Aleixo de tomar posse. Por que Pedro Aleixo não

limitações previstas na Constituição.” [...] “No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.” [...] “O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens promocionais ao tempo de serviço.” [...] “O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.” Ato Institucional Nº 5. *In* (Constituição da República Federativa do Brasil – 11ª Edição, São Paulo: Atlas, 1978)

assumiu? Porque era um político, e fora o único membro do governo a votar contra o A.I. 5. Achavam que ele não ia dar conta do problema. A primeira coisa que haveria de querer era derrubar o A.I. 5. Por isso, concluíram que não podia assumir.” (D’ARAUJO e CASTRO: 1998, 210)

Uma junta militar, formada pelos ministros militares (Augusto Rademaker – Marinha de Guerra; Aurélio de Lyra Tavares – Exército; Márcio S. Mello – Aeronáutica Militar) assume o comando do poder Executivo. E é dessa junta a responsabilidade pela decretação da Emenda Constitucional de nº 1, que dava nova redação à Constituição de 1967. Esta, por sua vez, atrelada às implicações acarretadas pelo AI5, constitui o cenário que marcará o governo de Emílio Médici. Logo, sua análise se torna necessária.

É importante que se ressalte, entretanto, que não constitui o objetivo deste trabalho uma análise contundente da legislação criada para sustentar o regime e legitimar o Golpe de Estado. Ao estabelecer aqui uma análise específica sobre a Constituição promulgada em 1967⁴¹, visamos nos subsidiar dos preceitos necessários para a compreensão de dois fenômenos inerentes ao tema central: a definição do perfil autoritário do regime e a conjuntura subjacente da legislação específica dos meios de comunicação.

A Constituição de 1967 e a 1ª Emenda de 1969

A Constituição de 1967 é resultado da “pressão” sofrida pelo excesso do número de emendas e atos institucionais impostos a partir de 1964. Seu mecanismo de elaboração seguiu os critérios ditatoriais implantados a partir do golpe, já que o presidente Castello Branco, ao decretar o Ato Institucional de

⁴¹ Em sua análise sobre a legislação criada durante o regime militar, José Ribas Vieira ressalta a controvérsia existente no meio jurídico sobre o tema. Afirma a existência de duas vertentes neste sentido: os que entendem que, em função do impedimento do presidente Costa e Silva, a Junta Militar adquire legitimidade constituinte para promulgar um novo texto, o que na prática, transforma a 1ª Emenda em uma nova Constituição. Por outro lado, uma segunda vertente, na qual o autor se insere, contradiz tal preceito com o argumento de que este poder constituinte representado pela Junta emana do Ato Institucional nº5, e não da Constituição de 1967, comprometendo assim, a condição de criar uma nova Carta. (VIEIRA: 1988, 91) Sendo assim – e aqui concordamos com o autor – o texto de 30 de Outubro de 1969 tem efeito de Emenda à Constituição promulgada em 24 de Janeiro de 1967. Por este motivo, e para efeito dos objetivos que aqui nos interessam, faremos referência direta ao texto publicado em 1969, visto que este, independentemente de ser ou não considerado uma Carta Constitucional, representa, junto com os Atos Institucionais, a estrutura legislativa responsável pela condução do período correspondente ao governo do presidente Médici. Por fim, e para efeito de metodologia, vale ressaltar aqui que, em nossa análise, fazemos referência à Constituição de 1967, mesmo tendo como parâmetro analítico a 1ª Emenda de 1969.

número 4 em 12 de Dezembro de 1966, atribuiu poderes constituintes ao Congresso Nacional de então (VIEIRA: 1988,89). Em outras palavras não houve – como é de praxe – a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, mas a transformação do Congresso Nacional em Assembléia Constituinte.

Considerando que o atual Congresso Nacional, que fez a legislação ordinária da Revolução, deve caber também a elaboração da lei constitucional do movimento de 31 de Março de 1964.⁴²

Esta manobra condiz com o princípio do Estado autoritário implantado a partir do golpe. Submeter os demais poderes aos ditames do Executivo, retirando deles a autonomia que rege o preceito liberal-republicano torna-se uma prática constante. Prova disso é que esta Carta, segundo Vieira, é fruto de um texto criado pelo próprio Executivo com o auxílio técnico de alguns juristas e posteriormente remetido ao Congresso Constituinte para simples apreciação (VIEIRA: 1988, 89-90), o que pressupõe sua aprovação sem o devido debate e inserção dos representantes da sociedade. O texto versa sobre a consolidação de um sistema democrático representativo, corroborando com o discurso adotado após o golpe. No entanto, no nosso ponto de vista, a realidade dos fatos comprova justamente o contrário.

Em nenhum momento sequer se cogitou da convocação de uma Assembléia Constituinte, e o texto apresentado pela presidência da república para votação apenas buscava organizar o país de acordo com as várias modificações que os atos institucionais e emendas já haviam realizado. (QUIRINO e MONTES: 1987, 66)

Em linhas gerais, o texto apenas incorpora para o âmbito da Constituição os atos e decretos impostos no período “pré-67”. Podemos perceber, como veremos, algumas contradições entre o conteúdo do texto e a prática da ação política, e esse fato é de fundamental importância na delimitação do perfil autoritário adotado pelo regime. Além disso, cabe ressaltar que esses antagonismos se manifestam de maneira nítida na dinâmica que envolve a radiodifusão, antes e durante o governo Médici.

⁴² Ato Institucional Número 4, de 12 de Dezembro de 1966. *In* (VIEIRA: 1988,89)

Direitos Políticos

A Constituição de 67 aprofunda ainda mais a limitação à participação política em todos os níveis. Se compararmos algumas disposições que tentam manter as bases de uma estrutura democrático-representativa com outras inseridas no conjunto dos direitos concedidos aos indivíduos, podemos perceber diversas contradições. Tais contradições, no nosso entendimento, longe de representar uma ambigüidade involuntária, têm a nítida função de camuflar uma centralização autoritária no controle da ação política, denotando uma clara divergência com os preceitos que sustentam a democracia liberal propagada no texto. Já no capítulo IV, temos um nítido exemplo desta dicotomia:

Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos, *Salvo se o invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta*⁴³, caso em que a lei poderá determinar a perda dos direitos incompatíveis com a escusa de consciência.⁴⁴

De início, podemos separar o sexto parágrafo em duas partes que, analisadas sob o mérito da ação política, se interligam nos objetivos estratégicos do regime. Condizente aos preceitos democráticos tradicionais, o sistema ratifica a liberdade individual no âmbito da realidade política, garantindo ser esta um “direito” de todos os cidadãos. No entanto, ressalta que este direito limita-se ao cumprimento das obrigações impostas pela lei, ou seja, estabelece uma limitação da ação política, e invoca o direito “legal” de determinar punição ao ato em desvio quando tal ação entrar em desacordo com aquilo que se espera do resultado da consciência.

Eis aí manifestada a primeira dicotomia, a da ação de consciência. Ora, ao determinar limites para a ação de consciência, esta lei nada mais faz do que impor aquilo que deve ser a ação no âmbito político. Consciência e ação limitam-se à cartilha de regras impostas a todos pela “democracia” militar. Mais

⁴³ Grifo nosso.

⁴⁴ Capítulo IV, Artigo 153, Parág. 6º. *In* (Constituição da República Federativa do Brasil – 11ª Edição, São Paulo, 1978)

adiante, no oitavo parágrafo, a dicotomia se acentua e a “cartilha” torna-se mais nítida:

É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informações independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. *Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem*⁴⁵ ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes.⁴⁶

Propaganda de guerra; subversão da ordem. É através destas demonstrações que a “cartilha” da conduta política do regime militar se apresenta na Constituição de 1967. Este parágrafo, por ser o mais longo dentre os que foram redigidos no quarto capítulo traz à luz importantes considerações relacionadas ao nosso objeto central. Por este motivo dividimos sua análise em duas partes.

Em primeiro lugar vale ressaltar a retomada daquilo que denominamos como “ação de consciência”. Também aqui o texto explicita a idéia de que nenhum pensamento deve ser barrado por força de lei. Tais pensamentos podem tornar-se manifestação – ao que denominamos ação política, independente de “censura”. Vale ressaltar aqui que o termo “censura” é utilizado pelo regime para designar um ato de impedimento a uma determinada manifestação pública, ou seja, em termos sintéticos, a uma transmissão de informação para uma grande quantidade de pessoas. Logo, por apresentar-se assim, podemos determinar que o conteúdo deste parágrafo, seja de forma subjetiva ou objetiva, destina-se aos instrumentos de comunicação de massa, que, nesta conjuntura específica, limitam-se à radiodifusão, aos impressos (jornais, revistas, livros, etc.) e às formas de manifestações artísticas mais tradicionais: o teatro e o cinema.

O governo já emite uma clara preocupação em adequar a legislação ditatorial ao desenvolvimento dos mecanismos de comunicação de massa.

⁴⁵ Grifo nosso.

⁴⁶ Capítulo IV, artigo 153, parág. 8º. *In* (Constituição da República Federativa do Brasil – 11ª Edição, São Paulo: Atlas, 1978)

Esta preocupação se acentuará no governo do presidente Emílio Médici, como veremos na próxima unidade.

Por fim, e retomando a questão da ação de consciência, o texto se utiliza de definições subjetivas que visam fornecer um leque de opções para a ação repressivo-autoritária. E isto se manifesta através da ameaça de punição aos “abusos” que possam ser cometidos e da não tolerância à propaganda de guerra e de subversão da ordem. Ora, e o que são os abusos e a propaganda de guerra e de subversão senão uma suposta manifestação em contrário daquilo que se espera? E o que se espera senão uma ação política em conluio com a doutrina autoritária? Em suma, a liberdade manifestada para o pensamento, também aqui, confronta-se com as limitações da ação política, que, além de justificar o pressuposto por nós apresentado em torno da “democracia” propagada no contexto geral da Carta, submete os indivíduos a um enquadramento subjetivo e “legal”. Esse mesmo enquadramento pode ser percebido de forma contundente no âmbito das punições:

O abuso de direito individual ou político, com propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção, importará a suspensão daqueles direitos de dois a dez anos, a qual será declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República, sem prejuízo da ação cível ou penal que couber, assegurada ao paciente ampla defesa.⁴⁷ [...] Quando se tratar de titular de mandato eletivo, o processo não dependerá de licença da Câmara a que pertencer.⁴⁸

Este artigo condiz com a estratégia da doutrina autoritário-militar, no aspecto da participação político-institucional. O texto denota a capacidade imposta pelo regime de cassar os mandatos dos que subvertem a ordem. A penalização é a suspensão dos direitos políticos durante alguns anos. Abre-se, assim, a possibilidade de penalizar opositores sem o enquadramento por crime comum, uma vez que o processo centraliza-se no Supremo Tribunal Federal. Para assegurar êxito desta empreitada vale ressaltar que, como vimos anteriormente, o número de ministros do STF sofreu um acréscimo, garantindo certa maioria ao Executivo. E para referendar a soberania deste poder, no caso

⁴⁷ Artigo 154. *In* (Constituição da República Federativa do Brasil – 11ª Edição, São Paulo: Atlas, 1978)

⁴⁸ Artigo 154/ parág. Único. *In* (Constituição da República Federativa do Brasil – 11ª Edição, São Paulo: Atlas, 1978)

dos parlamentares eleitos, exclui-se a prerrogativa da imunidade parlamentar, podendo este, desta forma, ser enquadrado independentemente do aval da Câmara.

Neste último caso, além de ferir um dos preceitos básicos da democracia representativa liberal, que é a ação representativa dos eleitores, tal medida, atrelada aos fatores subjetivos da “cartilha”, viabilizava o aumento da probabilidade de apoio também do poder legislativo no processo de legitimação da doutrina autoritária. Por último, e no intuito de fundamentar também aqui a dicotomia manifestada durante este capítulo, vale salientar a “insistente” definição conceitual dada pelos militares ao sistema que inauguraram.

Talvez pela genérica concepção que o termo *democracia* pode gerar, ou talvez como uma estratégia de ludibriar a opinião pública com eleições pontuais que venham a encobrir a estrutura nitidamente autoritária que condiz com a realidade do sistema, esta definição se apresenta sorrateira no conjunto da Carta. Longe de descartar completamente a primeira hipótese – até porque não é nosso objetivo aqui uma análise aprofundada sobre a temática – o certo é que, pelo que vimos até aqui, e pelo que veremos a seguir, a segunda hipótese se apresenta de forma mais nítida.

Em razão de sua ilegitimidade e, também, de seu conteúdo autoritário absorvendo os atos revolucionários de 1964, podemos classificar a Constituição de 1967 dentro da categoria jurídico-política de Estado de Exceção híbrido ou regime misto. (VIEIRA: 1988, 90)

Ora, é este sentido de exceção que constitui a essência daquilo se manifesta nas afirmações de O’Donnell. O modelo Burocrático-Autoritário, dentro de seus aspectos iminentemente políticos, converge neste sentido. Trata-se do cerceamento da participação do indivíduo, seja em relação aos canais de participação tradicionais - como os partidos⁴⁹ - ou mesmo de seus

⁴⁹ “A organização e o fundamento dos partidos políticos, de acordo com o disposto neste artigo, serão regulados em lei federal. 1º. Na organização dos partidos políticos serão observados os seguintes princípios: I- Regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e garantia dos direitos humanos fundamentais.” *In* (Constituição da República Federativa do Brasil – 11ª Edição, São Paulo: Atlas, 1978). O preceito da estrutura partidária na Carta de 1967 prevê o pluralismo partidário. No entanto, a prática adotada segue a lógica do bipartidarismo instaurado após o sufrágio de 1965. Segundo Maria D’alva Kinzo, a adoção do mecanismo bipartidário responde a dois anseios do regime, que são os de estabelecer uma base de apoio segura, com a extinção de partidos já tradicionais no contexto eleitoral brasileiro, e fugir da conotação negativa inerente ao modelo de partido único. (KINZO: 1988, 28)

segmentos de classe, como verificamos acerca dos sindicatos e associações. Este princípio excludente se verificará, também, em torno dos fatores de ordem econômica.

5.2.2 Dos aspectos econômicos

Como vimos, o estado capitalista, segundo O'Donnell, caracteriza-se como mecanismo de sustentação e manutenção das diversas desigualdades sociais manifestas na realidade social capitalista, principalmente naquilo que tange às relações de produção. Para tanto, atua a partir de suas instituições e do direito, ou seja, dos diversos órgãos criados para colocar em prática o controle social e o conjunto de leis criadas em consonância com a realidade da economia de mercado. A legislação específica que apontamos anteriormente, e a ação exercida pela radiodifusão neste contexto (que veremos com maior propriedade no quarto capítulo) são claros exemplos deste processo.

Uma vez desigual pela própria “natureza” que norteia o capitalismo, o estado se configurará, portanto, como suporte deste processo. E como afirmamos, é justamente em torno da manutenção da estrutura capitalista que emerge o estado Burocrático-Autoritário. Segundo O'Donnell, as condições surgidas com a perspectiva de ruptura deste modelo propiciam a conjuntura necessária para a eclosão de sistemas políticos centralizados na América Latina (O'DONNELL:1986, 16-20). Todos os países que o adotaram foram precedidos de movimento contestatório em torno da então vigente estrutura capitalista. Mesmo resguardadas algumas características específicas – que, por conseguinte propiciam variações acerca do BA – esses países “se unificam” no contexto central do modelo burocrático-autoritário.

No caso do Brasil, os governos que antecederam Emílio Médici tiveram proposições diferenciadas em relação à política econômica. Apesar da tendência liberal implícita nas primeiras iniciativas do Governo de Castello Branco e da mudança de direcionamento efetivada a partir de Costa e Silva, podemos, como veremos, também enquadrá-los dentro do contexto das medidas econômicas que compõem o perfil definido por O'Donnell.

O projeto econômico implementado a partir do golpe de 1964 procurou se contrapor ao ritmo de desenvolvimento que se verificava durante o governo de João Goulart. O projeto “pós-golpe” se prevaleceu da contribuição de órgãos criados pela elite econômica que tentaram estabelecer uma condição de mobilidade e de transformação às propostas reformistas incitadas por Goulart. Vale referência especial neste sentido à atuação do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)⁵⁰ e do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais)⁵¹. Portanto, vale aferir aqui que o conjunto de medidas impetradas no âmbito da política econômica também contou, e muito, com a participação de grupos de ação específicos. Logo, a estruturação e as conseqüências deste modelo de exclusiva autoria da elite militar.

A vanguarda da poderosa coalizão antipopulista e antipopular, localizada nos vários escritórios de consultoria, anéis burocráticos-empresariais, associações de classe e militares ideologicamente congruentes, beneficiando-se do apoio logístico das forças transnacionais, transformou-se num centro estratégico de ação política, o complexo da ESG, ele estabeleceu a ‘crítica das armas’, representando o momento político-militar da ação burguesa de classe.” (DREIFUSS: 1981, 143)

O processo de maior impulso na internacionalização das questões econômicas é, segundo Fernando Henrique Cardoso, resultado de uma nova divisão internacional do trabalho, onde uma parte do sistema industrial dos países mais desenvolvidos é transferida para os países em fase inferior de desenvolvimento, dentre estes o Brasil da década de 1960.

⁵⁰ O Instituto Brasileiro de Ação Democrática foi criado em meados da década de 1960. De orientação conservadora, tinha como “bandeira”, segundo René Dreifuss, a defesa da democracia. Na realidade, o instituto funcionou como meio de atuação política para membros de diversas organizações empresariais e atuava direta e indiretamente na ação de grupos organizados, patronais, de trabalhadores e estudantis. A principal incumbência foi arrecadar recursos para ações em defesa do sistema capitalista, principalmente durante o governo Goulart. (DREIFUSS: 1981, 162-172)

⁵¹ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais foi instituído no mesmo contexto histórico do IBAD, ou seja, durante o governo Juscelino Kubitschek. Oficialmente, sua inauguração data de 29 de Novembro de 1961. O IPES possuía, de acordo com Dreifuss, duas linhas de atuação, uma pública e outra clandestina. A pública demonstrava o instituto como entidade destinada à pesquisa e atividades culturais de forma geral, sem orientação ideológica ou político-partidária. No entanto, “se empenhava na fusão dos militantes grupos antigovernistas que se encontravam dispersos. Ela instituiu organizações de cobertura para operações encobertas (penetração e contenção) dentro dos movimentos estudantis e operários e desranjou a mobilização dos camponeses. Estabeleceu ainda uma bem organizada presença política no Congresso e coordenou esforços de todas as facções de centro-direita em oposição ao governo e à esquerda trabalhista.” (DREIFUSS: 1981, 164) Diversos grupos de ação política, empresariais e militares engrossaram os núcleos de atividades do IPES que, aliado ao IBAD, “se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar.” (DREIFUSS: 1981, 164)

O ingresso de uma política centrada de cunho autoritário possibilitou, de acordo com Cardoso, um modelo de desenvolvimento dependente que permite dinamismo, ou seja, fornece possibilidades variadas na atuação dos setores de produção. Além disso, permitiu um maior crescimento econômico, visto que os investimentos internacionais tornaram-se mais volumosos e propiciou uma maior mobilidade social nas áreas da sociedade influenciadas pela produção industrial. (CARDOSO: 1972, 65). No entanto, para Cardoso, este processo estimulou o aumento dos níveis de desigualdade social.

Os ministros encarregados desta área tudo fizeram para combater as impurezas que perturbavam o modelo econômico com que sonhavam: cercearam os interesses agraristas na política do café, censuraram os 'empresários parasitas', criaram os instrumentos, apelara, enfim, para a primazia do Capital (e, *primus inter pares*, do capital estrangeiro). (CARDOSO: 1975, 199)

Nesse contexto, a economia torna-se dependente do controle salarial – no intuito de limitar o consumo – e do controle sobre os gastos públicos. A este processo alia-se o fato de que o governo militar abdica de impetrar um processo de modernização do setor empresarial, incentivando a concorrência e, por conseqüência, gerando um processo desenvolvimentista nacional. Em suma, ao abrir-se para uma nova conduta internacional no processo de produção em detrimento da modernização privada interna, o estado delinea as matrizes do processo intervencionista, acentuando a importância da burocracia a partir do incentivo à participação estatal.

Com isso, em vez do fortalecimento da 'sociedade civil'- das burguesias – como parecia desejar a política econômica-financeira, foi-se robustecendo a base para um Estado expansionista, disciplinador e repressor. Quebraram-se os sindicatos, quebraram-se os habituais limites e formas de inter-relação entre o interesse privado e o público, passou-se à 'legislação' por decretos como rotina. (CARDOSO: 1975, 199)

A dinâmica estabelecida pelo estado militar atribui, segundo Cardoso, uma importância significativa para a burguesia internacional no âmbito da organização política formal. E isto ocorre, como afirmamos, em detrimento dos grupos nacionais que, em tese, deveriam reivindicar para si este papel. No entanto, como afirma Cardoso, esta "apatia" se explica por dois motivos

básicos. Em primeiro lugar o fato de que, aliados aos militares e ao estado como um todo, visam um inimigo comum, ou seja, a ameaça de uma política voltada ao favorecimento das classes populares. Em seguida, a burguesia nacional jamais deixou de acreditar que pudesse “pegar carona” no veículo do desenvolvimento impetrado pelo estado, daí o fato de submeter-se à regulamentação imposta à área econômica.

Esta forma de intervencionismo, no entanto, sofreu variações decorrentes das próprias cisões internas da elite diretiva. Fernando H. Cardoso ressalta que a dinâmica adotada no início do governo Castello Branco pressupunha uma conduta mais “liberal” em termos políticos e, principalmente, econômicos, mantendo a regulamentação estatal, mas com o fortalecimento da empresa privada. Logo, não havia nem a modernização burocrática, nem o crescimento acentuado do setor público.

Não foi um modelo deste tipo que as Forças Armadas implementaram: assumiram, como objetivo político, é certo, o reforçamento do Exército, previsto pelo projeto político governamental, mas puseram-no sob seu controle direto.[...] Passaram também a sustentar políticas com o objetivo de controlar certas áreas econômicas e de manter o crescimento econômico. (CARDOSO: 1972, 66)

As prerrogativas repressivas do modelo autoritário-burocrático sobressaíram-se sobre os preceitos liberais do início do golpe. Claramente motivada pela ala mais radical das Forças Armadas, a repressão, segundo Cardoso, conseguiu tornar-se eficiente para o sistema, traduzindo-se naquilo que ele definiu como “estabilidade social com dinamismo econômico”, ou seja, uma economia em constante mutação sem possíveis reveses provenientes da dinâmica social. E isto foi possível dada à condição de que, através da política de Segurança Nacional, houvesse a repressão em torno dos grupos de ação política, principalmente as representações trabalhistas.

O desenvolvimento das organizações de classe dos assalariados e a ‘tranqüilidade política’ obtidas com a repressão facilitaram, naturalmente, a retomada do desenvolvimento, isto é, a acumulação capitalista em escala ampliada. (CARDOSO: 1972, 67)

Costa e Silva assumiu o comando do governo autoritário-militar reagrupando segmentos que, durante o governo anterior, foram aliados da estrutura político-econômica. Dentre os quais, cita Cardoso, estão o empresariado nacional e os grupos radicais e estatizantes da elite militar. Assim, o estado burocrático-autoritário ganha nova dimensão com a redefinição do papel exercido pela burguesia nacional, constituindo, como atesta O'Donnell, uma condição inédita dentre os modelos B.A. da América Latina.

O caso do Brasil é o único em que, a partir de 1968, depois de quatro anos de ortodoxia, se retomou um importante crescimento econômico que inclui uma forte expansão do Estado como aparelho reprodutor e se voltou a amparar algumas frações da burguesia local, sem que se rompesse a aliança original com a grande burguesia. (O'DONNELL: 1986, 33)

Por fim, vale ressaltar o redirecionamento dado durante o governo de Costa e Silva e que serviu de parâmetro estrutural para o modelo político-econômico adotado durante o governo de Emílio Médici. Principalmente no que tange à questão da intervenção estatal, que, com vistas ao desenvolvimento estrutural do país, atuou decisivamente em torno da radiodifusão.

5.3 Médici: A consolidação do autoritarismo

O processo que determinou a escolha do General Emílio Garrastazu Médici como candidato à presidência da República foi caracterizado, também, pela influência das cisões internas das Forças Armadas. Médici foi a alternativa escolhida pelo alto escalão para substituir a Junta Provisória instaurada após o impedimento do presidente Costa e Silva.

A doença que culminou no afastamento do presidente pegou de alguma forma desprevenido o comando militar. Foram dois meses que separaram a instauração da Junta Militar através do Ato Institucional nº12, de 30 de Agosto de 1969, até a posse do novo presidente, em 30 de Outubro de 1969. Este curto espaço de tempo fez emergir algumas articulações em torno do nome que melhor se adequasse aos anseios do grupo dirigente. De imediato, a possibilidade de retorno à normalidade democrática representativa foi prontamente descartada, tendo em vista a argumentação de que, como atesta

Geisel, o momento, segundo o comando, não era propício para a entrega do controle do governo a um civil. (D'ARAUJO E CASTRO: 1998, 210.) A mesma opinião é partilhada por Roberto Nogueira Médici. (MÉDICI: 1995, 30)

Decorre daí o fato de que, alheios à possibilidade de admitir um civil no comando do governo, não se pôde admitir, por consequência, o cumprimento da norma legal da sucessão através do vice, já que este era o “político” Pedro Aleixo. A disposição do alto comando em exercer, através da Junta, um “mandato” provisório abriu espaço para a emergência das divergentes linhas de pensamento. A solução encontrada, que traduz uma conduta inédita no processo sucessório durante o regime militar, foi uma consulta interna, que veio a referendar o nome de Médici.

O quadro que aconteceu nessa época foi muito lamentável. Havia um general mais moço, Afonso de Albuquerque Lima, da arma de engenharia, que tinha sido ministro do Costa e Silva, no ministério que fora do Cordeiro: o dos Organismos Regionais. Albuquerque Lima fora afastado em virtude de um atrito com o todo poderoso Ministro Delfim Neto⁵² e, conseqüentemente, passou a dirigir uma espécie de oposição, principalmente no meio militar. Ele ambicionava a Presidência da República. Começa a se cercar de militares mais jovens [...] Mas o comando superior do Exército na concordou com esse aliciamento. Primeiro, porque Afonso era general-de-divisão e os outros eram todos generais-de-exército. Estes últimos, mais responsáveis, trocaram opiniões e acabaram por fazer uma espécie de escrutínio. Muricy⁵³ foi quem muito trabalhou neste problema [...] Dessa escolha, e muito por influência do meu irmão Orlando⁵⁴, resultou a aprovação do Médici. (D'ARAUJO e CASTRO: 1998, 211)

O General Emílio Médici dispunha de uma condição privilegiada junto ao comando superior. Havia emplacado uma apreciável carreira interna, tendo sido, inclusive, Chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação), em substituição ao Coronel Golbery do Couto e Silva; substituição, aliás, que gerou um conflito entre os dois personagens, mas que na realidade é reflexo da própria cisão várias vezes aqui mencionada. Por este motivo, torna-se necessária aqui uma análise em torno das personagens diretamente envolvidas no processo, já que, tanto o cenário que se configurou durante o governo Médici, quanto o advento de sua sucessão foram diretamente afetados neste sentido.

⁵² Refere-se ao Ministro da Economia Antônio Delfim Neto.

⁵³ Refere-se a Antônio Carlos Murici, então Chefe do Estado Maior do Exército.

⁵⁴ Refere-se ao irmão e Chefe do EMFA (Estado Maior das Forças Armadas) Orlando Geisel.

Golbery foi o responsável, durante o governo Castello Branco, pela criação do SNI. Este órgão foi de importância fundamental durante todo o regime militar porque exercia o papel de “guardião” das diretrizes estabelecidas pela lei de Segurança Nacional. Seu “chefe” exercia, na prática, a função de Ministro de Estado, participando das decisões governamentais, principalmente no campo do controle social. Existem duas versões sobre o conflito estabelecido na troca de comando do órgão, sendo que uma – a de Ernesto Geisel – sustenta que Médici concedeu entrevista antes da posse afirmando que, ao assumir, daria um novo direcionamento ao órgão, e a outra – de Roberto Médici – que o atribui ao descontentamento de Golbery em ser substituído por uma pessoa que não fazia parte de seu grupo, denominado por Médici como “clube inglês”.

Meu pai nunca acreditou nas soluções de Golbery. Dizia mesmo que a sua grande característica era explicar com brilhantismo todos os seus fracassos. Nutria desprezo pelo homem amante do poder e dos métodos que usava para conquistá-lo [...] Encontrou uma sala vazia e um telefone [...] Essa descortesia refletia o ódio que Golbery nutria por todo militar com sucesso na vida profissional e que não partilhava da opinião do ‘clube inglês’ de que ele era o “gênio da raça”. (MÉDICI: 1995, 21-22)

A denominação dada por Médici ao grupo do qual fazia parte Golbery reflete bem o conceito das cisões instauradas. Na realidade ele se refere ao grupo que se alinhava ao Marechal Castello Branco e que, em sua grande maioria, provinha da Escola Superior de Guerra – daí o fato de seus membros também serem conhecidos como “intelectuais” e “moderados”. Compunha a estrutura central deste grupo, além de Castello, Ernesto Geisel e Golbery (de forma mais intensa) e João Baptista Figueiredo (no início, de forma mais indireta). Os debates, portanto, no seio das Forças Armadas, levavam em questão os pressupostos defendidos por este grupo, em contraposição aos que defendiam uma posição mais radical.

Nesses últimos alinhavam-se, principalmente, Costa e Silva, Aurélio de Lyra Tavares, Márcio Mello e Augusto Rademaker. A troca entre os ministros, principalmente os militares e a disposição geral dos governos retratam bem o movimento dos atores em conluio com os diferentes paradigmas apresentados. Sobre isso, vale ressaltar que os discursos propagados tanto pelos

considerados radicais (Costa e Silva e Médici⁵⁵), quanto pelos moderados (Castelo Branco, Geisel e Figueiredo) convergem em um único denominador: a defesa da democracia como princípio e a vontade particular de reativar os mecanismos de representação.

O enquadramento entre os atores é fundamental para entender a opção por Emílio Médici para a sucessão de Costa e Silva. Segundo Geisel, tanto a participação no SNI quanto a proximidade entre os dois foram fatores determinantes:

Falava-se nele para ser o chefe do Gabinete Militar, mas o Portela se atravessou, e ele acabou indo para a chefia do SNI. Era benquisto, como já disse, e tinha a vantagem de ser amigo do Costa e Silva. Não iriam escolher alguém que tivesse sido hostil ao Costa e Silva. (D'ARAUJO E CASTRO: 1998, 211)

Confirmada, portanto, a indicação de Médici como candidato, o próximo passo foi reabrir o Congresso Nacional para que a eleição indireta fosse realizada, cumprindo assim um preceito constitucional⁵⁶. E isto efetivamente acontece a partir da decretação do Ato Institucional nº16, de outubro de 1969. É importante, para efeito de analogia com as diretrizes autoritárias impostas pelo regime, a citação aqui de três determinações presentes no decreto:

É decretado vago, também, o cargo de Vice-Presidente da República, ficando suspensa, até a eleição e posse dos novos Presidente e Vice-Presidente, a vigência do artigo 80 da Constituição Federal de 24 de Janeiro de 1967.⁵⁷ [...] Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidade, nem a exigência, para o candidato militar, de filiação político-partidária.⁵⁸ [...] Embora convocado o Congresso Nacional, os Ministros Militares, no exercício da Presidência da República, poderão, até 30 do decorrente mês de Outubro, em caso de urgência ou de interesse público relevante,

⁵⁵ Médici, apesar de transitar entre os radicais, não era organicamente vinculado a eles, segundo constata Roberto Médici e Ernesto Geisel (conforme indicação bibliográfica).

⁵⁶ Médici não aceitou de imediato a indicação. Segundo Geisel, R. Médici e Lyra Tavares, ele impôs resistência que, depois de vencida, culminou com a exigência – e aceitação – do nome do almirante Augusto Rademaker Grunewald como vice. Segundo Hélio Silva, sua decisão está mais vinculada ao dever de ofício do que a ambições políticas, já que ele “aceitou a Presidência como mais uma missão a cumprir, determinada pelo seu Ministro de Guerra, assessorado pelos colegas da Marinha e da Aeronáutica. Não quis. Relutou em aceitar. Pressionado, cumpriu, como bom soldado, a ordem de comando.” (SILVA: 1983, 20)

⁵⁷ Artigo 2º, parág. Único.

⁵⁸ Artigo 4º, Parág. Único.

legislar, mediante Decreto-Lei, sobre todas as matérias de competência da União.⁵⁹

Os três parágrafos ressaltados do A.I. 16 demonstram a perspectiva autoritária embutida na condução do governo durante o período da Junta Militar. Na realidade, o poder Executivo se encontrava sob a tutela dos três ministros militares, que por isso tinham o “direito” de legislar em nome do presidente. Dispostos a manter o preceito constitucional da escolha indireta do Executivo pelo Congresso Nacional, vêem-se na iminência de convocar os parlamentares para a conclusão do trâmite legal.

Sendo assim, a “linha-dura” adotada pela Junta faz valer a continuidade – e até o aprofundamento – da conduta autoritária que marcou o regime desde o Golpe de Estado. Isto porque o mesmo decreto que convoca o Congresso procura limitar as suas prerrogativas legislativas, ou seja, a convocação tem o único objetivo de ratificar o “candidato” selecionado pela elite militar (a consulta interna que citamos anteriormente não se realizou com toda a tropa, mas com um limitado grupo dos comandos superiores). Além disso, e colocando impedimentos à Carta criada pelo próprio regime de 1967, declara vaga também a vice-presidência (ratificando o impedimento de Pedro Aleixo) e abdica, para efeito desse processo, a exigência de que o candidato deva estar filiado a um partido político. No entanto, apesar da desenvoltura com que as regras foram sumariamente alteradas, o ápice da conduta autoritária fica, no nosso entendimento, resguardado para a imposição de que o “candidato” não pode ser impedido, ou seja, não existe a possibilidade de que o “candidato” proveniente das armadas possa tornar-se inelegível.

Definidas as regras, coube portanto ao Congresso Nacional apenas a “ratificação” do candidato militar. Como bem afirma Hélio Silva, o processo se definiu pela condescendência da ARENA e pela abstinência do MDB (SILVA:1983, 23-24), esses últimos, além de não apresentarem candidatura de oposição, abstiveram-se do processo. O quadro de votação ficou assim configurado:

⁵⁹ Artigo 6º, Parág. Único.

Câmara dos Deputados		Senado Federal	
Médici	251	Médici	42
Abstenções	62	Abstenções	14

Fonte: (SILVA: 1983,23)

5.3.1 Um Governo Tecnocrático

Após a esmagadora votação no Congresso Nacional, Médici foi empossado em 30 de Outubro de 1969. A montagem do ministério denotou qual seria a linha político-administrativa que iria adotar, ou seja, uma conduta de governo de caráter extremamente técnico e burocrático. Ao abdicar de ministros com desenvoltura no âmbito político, reafirma aquilo que caracterizou todo o período em que esteve à frente da presidência da república: uma administração burocrática e autoritária, visto que o centro das decisões se concentrariam no Executivo, condenando a questões “protocolares” os demais poderes. O ministério ficou assim constituído:

Composição do Ministério

PASTA	MINISTRO
FAZENDA	Antônio Delfim Neto
MINAS E ENERGIA	Antônio Dias L. Jr.
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Fábio Riadi Yassuda
PLANEJAMENTO	João Paulo R. Veloso
JUSTIÇA	Alfredo Buzaid
AGRICULTURA	Luiz Fernando C. Lima
RELAÇÕES EXTERIORES	Mário Gibson Barbosa
SAÚDE	Francisco Paula R. Barbosa
TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	Júlio Carvalho Barata
COMUNICAÇÕES	Hygino Corsetti (Coronel)
EDUCAÇÃO	Jarbas Passarinho
TRANSPORTES	Mário D. Andreazza (Coronel)
INTERIOR	José Costa Cavalcanti
EXÉRCITO	Orlando Geisel (General)
AERONÁUTICA	Márcio de S. Melo (Marechal-do-Ar)
MARINHA	Adalberto de Barros Nunes (Almirante)
CASA MILITAR	João Baptista Figueiredo (General-de- Brigada)
S.N.I.	Carlos Alberto de Fontoura (General-de- Brigada)J
CASA CIVIL	João Leitão de Abreu

Fonte: (SILVA: 1983, 24-25)

A linha tecnocrática na condução do governo possibilitou a configuração de um tripé de sustentação das bases do ministério, ou seja, três ministros exerciam uma influência superior em relação aos demais. Tanto Ernesto Geisel, quanto Hélio Silva, reafirmam esta tendência à dependência que o governo Médici adquiriu dos ministérios da Fazenda, da Casa Civil e do Exército durante todo o seu mandato. O que significa, na prática, que toda a área econômica era centralizada por Delfim Neto, que as questões de ordem

política centralizavam-se em João Leitão de Abreu, e que as de cunho militar ficavam na responsabilidade de Orlando Geisel. Como afirma Ernesto Geisel:

O Governo Médici se apoiou, principalmente, em três figuras: Leitão de Abreu, Delfim e Orlando. Delfim tomava conta da área econômica e financeira, Leitão de Abreu, era um grande ministro, era um homem da lei e manobrava na área política, e Orlando cuidava mais da área militar. E o Figueiredo era o chefe da Casa Militar, da intimidade do presidente, mas sem maior expressão, e isso porque a área militar esta com o Orlando. (D'ARAUJO E CASTRO: 1998, 220-221)

Além da característica tecnicista do governo, vale destaque também o perfil continuísta empregado por Médici. E isto se percebe, além das diretrizes políticas adotadas que serão analisadas mais adiante, pelos nomes que o compõe, fazendo valer uma clara representação do governo anterior. Dos dezenove ministérios, oito são ocupados por membros provenientes do antigo governo, sendo que destes destacam-se os dois ministérios responsáveis pela condução da política econômica - Fazenda e Planejamento - o que demonstra que o chamado “milagre econômico” já vinha sendo estruturado há algum tempo.

Este perfil continuísta fica claramente demonstrado, ainda, ao analisarmos o movimento entre os atores no âmbito da representação militar. Isto porque, se considerarmos apenas a estrutura diretiva que comandou o governo no interregno Costa e Silva – Médici podemos constatar que os três membros da Junta Militar continuam participando do governo, já que enquanto Augusto Rademaker Grünewald tornou-se vice-presidente, o Marechal Márcio Mello continuou comandando o Ministério da Aeronáutica e o General Lyra Tavares, mesmo argumentando a aceitação do cargo como uma missão – parafraseando Médici – assumiu a embaixada brasileira em Paris.

A força do destino, contrariando mais uma vez os planos que eu traçava para depois de libertar-me da grande tarefa terminada, me impusera, logo depois, a de ser o Embaixador do Brasil junto ao Governo da França [...] Bem sei como é difícil acreditar nas relutâncias com que encarei a idéia [...] O assunto foi posto, afinal, em termos de missão a cumprir. E isso me obrigava a cumpri-la, como integral devotamento.” (TAVARES: 1977,242)

Processo Sucessório

Os dois preceitos - tecnicista e continuísta – que caracterizaram o governo de Emílio Médici foram também determinantes no processo de sua sucessão. Este fato, adequado no contexto que move a organização burocrático-autoritária, mas que também denota as cisões internas na elite dirigente, completa nossa análise sobre o movimento dos atores no cenário político de então.

Em linhas gerais, considerando o que constatamos até aqui, podemos definir duas condutas peculiares aos governos militares: o discurso de democratização da sociedade e a autonomia na ação diretiva do governo. No primeiro caso, foi *praxe* dos primeiros governos – e mesmo dos demais que não foram aqui analisados – o discurso de democratização total, ou seja, da volta das instituições e dos mecanismos de representação. Eles assumiram o controle do governo propagando ideais de retorno à condição política estrutural de antes do golpe. Este discurso, por sua vez, se contradiz com a prática adotada nos processos sucessórios. Estes processos definem a segunda peculiaridade por nós ressaltada, isso porque em todos os casos analisados, além da prerrogativa institucional para a escolha do presidente, existe, no nosso entendimento, certa preponderância de quem ocupa a presidência da república para a escolha de seu sucessor. E isto se justifica, para nós, pela própria hierarquia inerente à estrutura militar.⁶⁰

Foi seguindo esta orientação que coube a Castello Branco a escolha do então ministro da Guerra Costa e Silva para a sua sucessão. E mesmo estando impedido de exercer a presidência, Costa e Silva foi determinante para a escolha de Médici, já que a proximidade histórica entre os dois foi considerada no processo de seleção realizado pelo alto comando. No caso de sua sucessão, o presidente Médici, coerente com a peculiaridade que marcou os primeiros governos, teve, segundo Roberto Médici, além da autonomia na escolha de quem o sucederia, o mesmo discurso de ruptura com o modelo ditatorial.

⁶⁰ Exemplo desse preceito hierárquico está na conduta adotada pela Junta Militar para a transmissão do cargo de Presidente da República para Médici. Segundo Lyra Tavares, coube ao Almirante Augusto H. Grünewald a função de proferir o discurso, tendo em vista “que era o Ministro da Marinha durante o Governo dos Ministros Militares e o mais antigo deles [...]” (TAVARES: 1977, 239)

Minha intenção é pacificar o país e, ao final do meu governo, devolver o poder aos civis. Se isso não for possível, se, ao final de meu mandato, o país ainda estiver no estado de ebulição em que o encontrei ao assumir, só me restará devolver o bastão ao Alto Comando que, seguramente, indicará um general da ativa para me substituir. Se, no entanto, conseguir pacificar, vou trabalhar para fazer um civil meu sucessor. E se as coisas estiverem a meio caminho, vou indicar um general da reserva para fazer a transição a um governo civil.⁶¹

Completando as lacunas daquilo que foi dito por Médici, Ernesto Geisel, apesar de ressaltar a existência de outras versões sobre o fato⁶², pondera sobre a que foi apresentada por João B. Figueiredo. De acordo com Geisel, Figueiredo afirmava que, em reunião sobre o tema, que contou com a participação de Leitão de Abreu, Carlos A. Fontoura e dele próprio, Médici afirmou:

Se o país estivesse inteiramente normalizado, se não houvesse mais nada de subversão, o candidato natural seria Leitão; se o país tivesse problemas graves, envolvendo a área militar, seria o General Adalberto Pereira dos Santos. Como não há nenhum problema grave na área militar, nem o país está suficientemente tranquilo para o governo de um civil como Leitão de Abreu, acho que, para administrar o país e seu desenvolvimento, o melhor nome mesmo é o Ernesto. (D'ARAUJO e CASTRO: 1998, 258)

Ernesto Geisel, que na ocasião presidia a Petrobrás por indicação do próprio Médici, se encaixava no perfil por este traçado para a sua sucessão, ou seja, era general da reserva. Tanto Geisel quanto Roberto Médici procuram deixar evidente que a escolha partiu do próprio presidente, reflexo da autonomia que possuía. Geisel foi, assim, ratificado como candidato e sancionado como presidente da república.

O “último capítulo” da participação de Médici no cenário político não se encerra, no entanto, com a transferência de cargo para Geisel, e isto por consequência das cisões internas ainda existentes no âmbito da elite militar. Segundo Roberto Médici, Emílio Médici demonstrou, posteriormente, um enorme arrependimento por ter passado o comando para Geisel, e isso por

⁶¹ Emílio G. Médici. Citado em (MÉDICI: 1995, 31)

⁶² A de maior repercussão trata da influência que seu irmão, Orlando Geisel, exercia sobre Médici.

dois motivos principais: Golbery e Figueiredo. O primeiro representava as feridas ainda abertas desde a troca de comando no SNI, enquanto o segundo deixava transparecer a idéia de que Geisel não trabalharia para ser o último presidente militar, tendo em vista as fortes ligações com Figueiredo provenientes do que ele denominou como “Clube Inglês”.

Quando Geisel anunciou seu ministério e ele viu o Golbery na Casa Civil, e Figueiredo ao seu lado, como chefe do SNI, ficou imediatamente claro para ele que havia sido traído e que seu projeto político, que visava devolver o poder ao mundo civil, ao final do mandato de seu sucessor, não ia realizar-se. O compromisso de Geisel, como mais tarde se comprovou, era outro: remunerar Figueiredo, seu grande eleitor, com a presidência da república. (MÉDICI: 1995, 34)

5.3.2 Diretrizes políticas e Lei de Segurança Nacional

Em termos das questões de ordem política que marcaram o governo de Emílio Médici, é necessário salientar que aqui iremos tratar dos aspectos relativos à ação política implantada no período. Isso pressupõe, por conseguinte, o estabelecimento de um recorte conceitual capaz de direcioná-los para a especificidade daquilo que aqui nos interessa: o mecanismo “legal” que sustenta a ação política do governo – no caso, a legislação – e tudo que dela resulta, no nosso entendimento, em termos da correlação com o modelo de Estado Burocrático-Autoritário (a supressão das liberdades individuais e coletivas, o mecanismo de representação e o papel destinado às instituições).

Assim, tendo em vista que, no decorrer deste capítulo, apresentamos a legislação pertinente ao que definimos como “primeiros governos militares”, ou seja, a Constituição de 1967, sua reedição de 1969 e os decretos complementares - principalmente o AI-5 - resta-nos, pois, a apresentação daquilo que se constituiu como a normativa de controle social do governo de Emílio Médici: a Lei de Segurança Nacional. Dessa forma, além de dimensionar em termos concretos os aspectos “legais” que sustentaram a ação do governo, podemos entender toda a complexa relação inerente à chamada Segurança

Nacional, principalmente no âmbito das instituições sociais e, dentro dessas, da radiodifusão, objeto central de análise do próximo capítulo.

A Lei de Segurança Nacional

A Lei de Segurança Nacional foi promulgada numa conjuntura de intensas manifestações sociais. Na realidade, as manifestações nunca deixaram de existir, em maior ou menor grau, desde o golpe de Estado de 1964, como comentamos anteriormente. A diferença agora é que elas ocorrem sob uma condição normativa proibitiva, ou seja, a partir da decretação do AI-5 as manifestações de caráter político-contestatório estavam legalmente proibidas. Sendo assim, os grupos de ação política contrários ao autoritarismo militar são forçados a agir na clandestinidade, decorrendo daí ações de maior impacto em termos de confronto, como os assaltos a bancos, os furtos de arsenais bélicos, os atentados e os seqüestros. Destes destaca-se, pela própria divulgação pública exigida, o seqüestro do embaixador americano em 04 de setembro de 1969, promovido pela A.L.N. (Ação Libertadora Nacional) e pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Mesmo contando com determinados decretos que previam o chamado crime político – como o julgamento do processo no âmbito da Justiça Militar, “faltava” ao regime um código específico que abarcasse a nova realidade contestatória, em outras palavras, ampliar e legitimar as ações repressivas no âmbito do controle social. A Lei de Segurança Nacional representa, como veremos, esta amplitude, e se coaduna com o conjunto de normas decretadas pela Junta Militar antes da posse de Emílio Médici. Ela está dividida em quatro capítulos: A Aplicação; Dos Crimes e das Penas; Do Processo e do Julgamento e Do Processo dos Crimes Punidos com a pena de morte e prisão perpétua. O código como um todo reflete o cenário político condizente com o período – como o caso da instauração da pena de morte – e seu estudo é de fundamental importância à compreensão da realidade sociopolítica.

No entanto, no intuito de dinamizar o entendimento sobre a legislação inerente ao governo Médici e dar subsídio à análise do impacto que esta causou sobre os meios de comunicação, optamos por dividi-la em partes

temáticas condizentes com nosso objetivo direto. Assim, direcionamos, nesta unidade, nossa abordagem para os dois primeiros capítulos – Aplicação e Crimes e Penas – e os dividimos de acordo com as áreas de interesses de cada unidade, explorando o conjunto mais amplo das vinculações entre a lei e a sociedade. Por conseguinte, reservamos, para o próximo capítulo, os aspectos condizentes ao funcionamento dos meios de comunicação de massa. A primeira parte se expressa da seguinte forma:

DECRETO-LEI Nº 898, de 29/09/1969⁶³
Da aplicação da Lei de Segurança Nacional

- Art. 1º Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.
- Art. 2º A Segurança Nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.
- Art. 3º A segurança Nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.
- § 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestam ou produzam efeito no país.
- § 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contra propaganda e ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.
- § 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa a conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.
- Art. 4º Este decreto-lei se aplica, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, aos crimes cometidos. No todo ou em parte, em território nacional, ou que nele, embora parcialmente, produziram ou deviam produzir seu resultado.
- Art. 5º Ficam sujeitos ao presente decreto-lei, embora cometidos no estrangeiro, os crimes que, mesmo parcialmente, produziram ou deviam produzir seu resultado no território nacional.
- Art.6º Aplica-se este decreto-lei ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, ressalvadas as disposições de convenções, tratados e regras de direito internacional.
- Art. 7º Na aplicação deste decreto-lei o Juiz, ou Tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores.

⁶³ Texto integral. *In* (COGAN: 1976, 03-10)

Fica evidente, no nosso entendimento, o caráter extremamente genérico da Lei de Segurança Nacional. Ela tenta definir regras que possam reprimir ações contrárias à “ordem nacional” e direcionar seus tentáculos para diversas esferas da organização social. Isto se manifestará ainda mais claramente ao tratarmos, mais adiante, da relação entre as regras e a sociedade. Antes, porém, torna-se necessário a análise de quatro conceitos que, objetiva ou subjetivamente, definem o horizonte ideológico subjacente ao regime: a inspiração da Escola Superior de Guerra, a guerra revolucionária, a ideologia e a influência externa. Juntos, estes conceitos dão o caráter de autenticidade ao autoritarismo militar nacional.

No que tange à influência da ESG, isso se evidencia principalmente pela própria orientação estrutural que lhe é peculiar, visto que o decreto de número 35.187 de 11/03/1954 que a regulamenta, já dispõe em seu artigo primeiro que “A ESG é um instituto de altos estudos destinados a desenvolver e consolidar conhecimentos relativos ao exercício de funções de direção e ao planejamento da segurança nacional.” (COGAN: 1976, X). Esse preceito, por si só, já ratifica a influência determinante deste instituto, como atesta o próprio Ministro da Justiça do governo Médici, Alfredo Buzaid:

A segurança nacional é, como lembra o General Eduardo D. Oliveira⁶⁴, - de resto exprimindo a própria conceituação da Escola Superior de Guerra – “o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado proporciona, em determinada época, à Nação que jurisdiciona, para a consecução ou manutenção dos objetivos nacionais, em fase dos antagonismos existentes”. (BUZAID: 1971, 121-122)

A influência da ESG se manifesta, ainda, no segundo aspecto elencado. Isso porque o texto trata da idéia de “guerra revolucionária” para o âmbito dos conflitos internos. O mesmo artigo terceiro acrescenta ainda a proibição da subversão. Ora, “guerra revolucionária” é uma definição por demais genérica, que pode migrar para vários aspectos e possibilidades, legais ou ilegais (a própria ditadura, auto-definida como revolucionária, atribui-se o caráter legal). Indiferentes aos antagonismos, as Forças Armadas estabeleceram uma definição específica sobre o tema:

⁶⁴ Refere-se a “Eduardo Domingues de Oliveira, *Segurança Nacional*, em Revista Brasileira de Estudos Políticos, vol. 21, pg. 79” In (BUZAID: 1971, 122).

Guerra revolucionária é a guerra interna, de concepção marxista-leninista de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que, - apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior, - visam à conquista do poder, através do controle progressivo, físico e espiritual da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo processo determinado, com a ajuda de técnicos particulares e da parcela da população assim subvertida.⁶⁵

Portanto, o que se compreende por guerra revolucionária, segundo o ponto de vista das próprias Forças Armadas, são ações de grupos politicamente desvinculados da ideologia específica que norteia todo o funcionamento do regime militar. Vinculados a um pressuposto de orientação capitalista, as ações do governo militar nos campos social, político e econômico visam à manutenção e estabilidade desta ordem, como pudemos verificar até aqui. Ademais, a fim de demonstrar um suposto caráter nacional em torno destes princípios, a Lei de Segurança Nacional reitera as influências de forças externas, cooperando e estimulando as ações em desvio.

Logo, podemos aferir que a Lei de Segurança Nacional constitui-se como um instrumento de legitimação de uma ordem autoritária militar de orientação capitalista, visto que cria um arcabouço “legal” de repressão aos grupos vinculados a ideologias divergentes. Não se trata, pois, de separar as ações de controle social do funcionamento econômico e social; pelo contrário. As leis e penalidades relacionadas à LSN têm, no nosso entendimento, o firme propósito de garantir a permanência da ordem capitalista. E, num contexto marcado pela “guerra-fria”, delimitar o campo de combate escolhido pelo regime.

O impacto Sócio-Institucional

O segundo capítulo da Lei de Segurança Nacional tem o objetivo de especificar as regras a que está sujeita a sociedade e as respectivas penalidades condizentes às possíveis transgressões. Através dele podemos aludir mais precisamente sobre o caráter autoritário pertinente ao governo

⁶⁵ PINTO, Bilac. “Guerra Revolucionária” *Estado-Maior das Forças Armadas, FA,E,OI/61*. Revista Forense, 1964. In (COGAN: 1976, 06)

Médici e suas implicações no âmbito da organização social. Por tratar-se de matéria complexa, uma vez que delinea a globalidade daquilo que se entende por Segurança Nacional, fazemos referência aqui a dois grupos de implicações que, agrupados, corroboram a analogia ao modelo burocrático-autoritário apontado por Guillermo O'Donnell: a representação política e as liberdades individuais.

O texto define de maneira extremamente direta o que concerne à relação entre partido político e segurança nacional. Nesta, as organizações partidárias de orientação ideológica divergente do “regime” tornaram-se subversivas, e a tentativa de alavancá-las pressupõe atentado à segurança.

Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso [...] Pena: Reclusão, de 2 a 5 anos.⁶⁶

O mesmo artigo estende a contravenção para o âmbito das “associações” que, de forma genérica, engloba outras formas de representação que não exclusivamente partidárias, como as estudantis e as de trabalhadores, entre outras. Ora, ao limitar a linha de ação no âmbito da representação, a LSN regulamenta o dispositivo constitucional da Carta de 1967 que, como vimos, prevê a pluralidade partidária⁶⁷, e, ao fazê-lo, delimita as opções possíveis nesse sentido, tendo em vista a vigência do bipartidarismo instituído desde o Ato Institucional número 2. Trata-se, pois, de tornar “legítimo” o que, pelo próprio preceito constitucional, se configura como “ilegítimo”. O autoritarismo se consolida, assim, pela supremacia do Ato Institucional sobre a Carta Constitucional.

Em que pese as discrepâncias subjacentes à relação autoritarismo-democracia é necessário ressaltar aqui que o regime militar optou por uma tentativa de manter vivas algumas iniciativas no âmbito político-institucional

⁶⁶ Artigo 43. *In* (COGAN: 1976, 57)

⁶⁷ “Na organização dos partidos políticos serão observados os seguintes princípios: I – Regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e garantia dos direitos fundamentais.” (Artigo 152, Parágrafo 1º). *In* (Constituição da República Federativa do Brasil. 11ª Edição. São Paulo: Atlas, 1978. Pg. 67).

capazes de fomentar uma perspectiva “legítima”. Isso porque, como vimos anteriormente, ele emerge justamente com o discurso de garantia da conservação da ordem legal vigente até meados do golpe. Dessa forma, alguns dispositivos próprios da democracia representativa – como as eleições legislativas e a existência de partidos – convivem com a centralização das decisões políticas no âmbito do Executivo.

No Brasil o Castelismo acreditou ser possível salvar parte das instituições da democracia política; e claro, a dinâmica autoritária da situação levou a caminhos muito diferentes dos previstos por dito grupo, mas ficaram resíduos – o parlamento, os dois partidos oficiais, o chamado de vez em quando a eleições para posições não executivas – que mostraram nos últimos anos o outro lado da questão: a dinâmica própria que contém a postulação da democracia, por mais surrealista que apareça quando é planteada e durante o BA. (O’DONNELL, 1986, 40)

E é esta a realidade que se apresenta durante o governo Médici, ou seja, um sistema representativo proveniente de uma realidade bipartidária definida segundo critérios autoritários. Sua relação com o poder legislativo leva em conta todos estes aspectos, visto que as eleições de 1970 lhe garantiram uma folgada maioria no Congresso Nacional⁶⁸ e a Lei de Segurança Nacional uma relativa tranqüilidade frente a possíveis questionamentos da oposição organizada no MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Decorre daí a instabilidade de ação do poder Legislativo frente ao poder Executivo comandado por Emílio Médici. Segundo Lúcia Klein e Marcus Figueiredo, após a reabertura de 1969, o Congresso procura definir uma linha de ação próxima daquilo que se configurava antes do golpe, ou seja, fazer com que as casas reavivassem a ação em torno do debate político. Esta postura era reivindicada tanto pela oposição quanto pelo próprio partido governista. No entanto o que se viu foi, na verdade, a “condenação” das casas a uma postura eminentemente técnica, sem que pudessem participar das decisões determinantes no âmbito político-administrativo do país. E isso se deve, principalmente, de acordo com Klein e Figueiredo, pela própria natureza do

⁶⁸ Segundo Maria D’Alva Kinzo, um dos fatores responsáveis pela supremacia adquirida pela ARENA foi a excessiva ação conformista do MDB. A derrota foi significativa, já que “naquele pleito, a representação do MDB no Congresso reduziu-se drasticamente, conseguindo eleger apenas 5 das 46 vagas senatoriais disputadas e 28% das cadeiras na Câmara Federal.” (KINZO: 1988, 133-134)

processo, uma vez que o AI-5 se impõe como mecanismo de intervenção revolucionário e paira como uma constante ameaça tanto para a ação coletiva – no caso do funcionamento normal das casas – quanto para as individuais – pelo fato de que não existe imunidade para os “crimes” contra a revolução.

Desde então o Congresso se viu diante do impasse de atuar segundo normas que, além de não especificarem com clareza as suas funções, podem ter sua vigência suspensa de um momento para o outro, sem aviso prévio, na medida em que nunca se sabe quando o Executivo vai agir de acordo com suas prerrogativas constitucionais ou revolucionárias, ou seja, com base em procedimentos legais ou carismáticos. (KLEIN e FIGUEIREDO: 1978, 34)

O papel destinado ao Congresso, que cerceia o debate e limita a ação individual no âmbito político, se coaduna ao conjunto de medidas que atentam contra as liberdades individuais. Este segundo e último conjunto de implicações por nós apontados, dissolve-se sobremaneira no texto da lei de Segurança Nacional, atuando sob diversos adjetivos. Para efeito do entendimento em torno do que aqui nos interessa, separamo-los em dois grupos: o da liberdade de expressão e a o da desobediência civil.

Um texto de cunho autoritário é, por natureza, na nossa interpretação, uma maneira encontrada pelos detentores do poder de autoridade para estabelecer o controle social rígido na sociedade. O controle, por sua vez, não é universal, ou seja, varia em acordo com os princípios ideológicos traçados na esfera do poder e se manifesta como instrumento de garantia ao funcionamento da realidade social condizente. Sendo assim, o que se define como desobediência civil é, no caso da LSN, uma forma de garantir a “ordem” em termos da estrutura sócio-econômica vigente e da submissão frente ao controle político exercido pelas instituições militares. Em suma, “desobedecer” pressupõe discordar da ordem estabelecida, sendo, portanto, passível de punição, como demonstram os Artigos 23 e 39⁶⁹:

⁶⁹ “Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo: *Pena*: reclusão, de 8 a 20 anos. [...] Incitar: I – A guerra ou a subversão da ordem político-social; II – A desobediência coletiva às leis; III – A animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis; IV – A luta pela violência entre as classes sociais; [...] *Pena*: reclusão, de 10 a 20 anos”. Lei de Segurança Nacional. In (RODRIGUES, MONTEIRO e GARCIA: 1971, 47-49)

Ora, é tendo como pano de fundo as legislações aqui analisadas que se desenrolaram as ações de governo de Emílio Médici. E isso em todos os sentidos. Naquilo que nos diz respeito mais enfaticamente, esse conjunto de normas será utilizado na estruturação das políticas específicas que, como veremos a seguir, conduzirão as ações sobre a radiodifusão.

6. A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E A RADIODIFUSÃO

O debate em torno do sistema de comunicação, como pudemos concluir até aqui, desenvolve-se no país desde meados da década de 1930 e sofre variações de acordo com a organização política vigente. Não apenas a legislação e a estrutura político-administrativa, mas também a própria dinâmica do sistema, tendo em vista principalmente as novas técnicas que se fazem presentes e o aumento da “dependência” da sociedade, que propicia, por conseguinte, o aumento da capacidade da programação.

É consensual, para nós, a estreita vinculação existente entre o sistema de comunicação e a ação política, não apenas no âmbito político-administrativo, mas também na consumação de uma matriz ideológica capaz de garantir a “legitimação” de uma organização social. E esta vinculação, vale ressaltar, não é mérito de um ou outro regime político, mas de todos que se caracterizam pela complexidade social promovida pelo modelo de produção industrial. Em outras palavras, a urbanização motivou uma dependência social em relação ao sistema de comunicação, o que, por conseqüência, o transforma em uma das principais – ou talvez a principal – instituição da organização social. Derivam desse fato os diversos esforços no sentido de regulamentá-lo, constituindo aquilo que, para alguns, define-se como política de comunicação.

A legislação que rege os meios de comunicação de massa é composta por leis de diferentes origens que, no seu conjunto, definem a política de comunicações do Estado e o Direito de Comunicação. (ORTRIWANO: 1985, 72)

Restringir a vinculação estabelecida entre o sistema de comunicação e a ação política apenas à legislação que o regulamenta, além de desconsiderar a complexidade inerente a esta vinculação, contradiz a própria essência do termo *política*, com suas nuances e classificações. Isso significa que reduzir *política* ao resultado dos atos legislativos é desconsiderar todo o processo que envolve a estrutura social. E, mais especificamente, sintetizar a classificação *política de comunicação* às leis de regulamentação do setor suscitam o incorreto desmembramento destas com a dinâmica social que lhe é subjacente, seja no

sentido das agências reguladoras ou mesmo, como veremos, da ação concreta que lhe tornou possível.

Portanto, *política de comunicação*, no sentido que aqui lhe daremos, pressupõe não apenas a legislação que regulamenta o sistema de comunicação no país, mas também toda a ação adotada no sentido de legitimar um mecanismo de comunicação condizente com o modelo burocrático-autoritário. Logo, compõem a política de comunicação a legislação, as agências reguladoras, os veículos e a ação concreta em torno deles, a programação e a ação administrativa que possibilita sua expansão.

Dessa forma, este capítulo se propõe a apresentar as bases de nossa classificação. Para tanto, em primeiro lugar, analisaremos a estratégia de desenvolvimento do sistema, que se inicia ainda antes do golpe de Estado de 1964 e tem seu ápice com a ação administrativa correspondente às metas básicas traçadas no governo Médici. Na seqüência, procuraremos demonstrar as iniciativas de organização administrativa do governo, além da legislação específica vinculada a um princípio ideológico de orientação autoritária. Por fim, abordaremos o impacto dessas medidas sobre os veículos que compõem a radiodifusão, a saber, o rádio e a televisão.

6.1 Projeto de integração e Processo desenvolvimentista

Quando assume o comando do poder executivo, em 1969, Emílio Médici defronta-se com uma situação de pleno desenvolvimento no setor de telecomunicações. Já se configurava uma linha de atuação impulsionada por seus antecessores militares em conluio com a estratégia desenvolvimentista de integração nacional, em nome, principalmente, da segurança nacional. Para a pasta do Ministério das Comunicações, Médici convoca Hygino Caetano Coersetti, Coronel do Exército, que fica com a incumbência de estabelecer o plano de desenvolvimento para o setor.

Compreender as metas que serão traças no plano básico criado por Corsetti, assim como a ação que o governo adotou sobre o sistema de comunicação pressupõe, no nosso entendimento, a compreensão dos fatos

que antecedem a realidade por ele encontrada em termos legais e técnicos. Esses fatos dividem-se, como veremos, em dois segmentos: a Política Nacional de Telecomunicações iniciada no começo da década de 1960 e a criação do Ministério das Comunicações, já no regime ditatorial, em 1967.

6.1.1 Política Nacional de Telecomunicações

O crescente desenvolvimento industrial no pós-guerra fez emergir, como já era esperado, o problema da infra-estrutura. A necessidade de novas alternativas estimulou estudos em diversos setores durante a década de 1950, e dentro destes a área das telecomunicações, aqui entendida como a divisão que engloba a telefonia, o rádio, a televisão, o cinema, enfim, todo o processo de transmissão de dados de longa distância que se utiliza de linhas telegráficas, telefônicas, satélites e microondas⁷⁰.

Apesar dos esforços em estabelecer algumas ações concretas, apenas no início da década de 1960 o governo federal tomou para si a responsabilidade de estruturar o setor, incentivando sua regulamentação e fomentando a criação de agências reguladoras e planos de ação, como afirma Gisela Ortriwano:

A efetiva participação do Governo Federal no campo das telecomunicações em geral, começou com a instituição do Código Brasileiro de Telecomunicações, pela Lei nº 4.117, de 27 de Agosto de 1962. A legislação já previa o monopólio governamental nos serviços, mas a primeira consequência da nova lei foi a criação do Contel - Conselho Nacional de Telecomunicações. (ORTRIWANO: 1985, 74)

⁷⁰ A definição “política de comunicações” deve ser compreendida dentro de um contexto determinado, pois se trata de um plano específico elaborado para o setor durante principalmente a década de 1960. É necessário ter claro, entretanto, que a definição “política de comunicação” usada por nós no decorrer do trabalho, não deve ser compreendida de forma desconectada das questões que envolvem a telefonia e outros setores distintos da radiodifusão. Por este prisma, política de comunicação deve ser entendida, aqui, a partir do que Renato Ortiz estabelece como *caráter sistêmico*, ou seja a interligação entre os diferentes pólos de um mesmo processo, relacionados por princípios básicos. “A noção de integração, trabalhada pelo pensamento autoritário, serve assim de premissa a toda uma política que procura coordenar as diferenças, submetendo-as aos chamados Objetivos Nacionais [...] As ações governamentais tendem assim a adquirir um caráter sistêmico, centralizadas em torno de um Sistema Nacional de Cultura (o que não é conseguido) e a efetiva consolidação de um Sistema Nacional de Turismo em 1967, ou de um Sistema Nacional de Telecomunicações.” (ORTIZ: 2006, 82-83)

O tema, que até então era tratado no âmbito dos governos regionais, seja em nível estadual ou municipal, torna-se, a partir do Código, uma pauta nacional. Segundo Euclides Quandt de Oliveira, Capitão da Marinha com destacada participação à frente da presidência do Contel e, posteriormente, na direção da Telebrás e como ministro das comunicações no governo Geisel, o Código Brasileiro de Telecomunicações é resultado de uma ação conjunta de radialistas e de membros do EMFA (Estado Maior das Forças Armadas). Quandt de Oliveira ratifica a idéia de pioneirismo dessa iniciativa como forma de regulamentação dos serviços de telecomunicações no país, marcando os primeiros passos de um projeto mais amplo de unificação nacional:

O Código manteve a jurisdição dos governos estaduais sobre os serviços intra-estaduais e dos governos municipais sobre os serviços locais, porém criou um órgão regulador federal, o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), com poder de baixar normas e diretrizes coerentes entre si e que garantissem correta intercomunicação entre as diferentes redes do país. Até então, as redes locais não atendiam a qualquer especificação nacional, mesmo em nível técnico ou operacional. (OLIVEIRA: 2006, 77)

As deliberações do novo Código são marcantes para a nova fase do sistema de telecomunicações. Segundo Ortriwano, a lei que institui o código é extensa e traz detalhes sobre as atividades oficiais, o que dificulta sua análise mais específica. Além disso, ela é complementada por diversos decretos, leis e resoluções, como o Decreto de nº 52.026, de 20 de maio de 1963, que o regulamenta (ORTRIWANO: 1985, 75). Por esse motivo, e dentro dos objetivos que aqui nos interessam, é necessário frisar três deliberações que decorrem do Código e que terão fundamental importância nos governos que antecedem a posse de Médici: a criação do CONTEL, da EMBRATEL e o estabelecimento do Plano Nacional de Telecomunicações.

A EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações) é constituída a partir da estratégia de conglomerar, em torno de si, todas as empresas regionais, monopolizando principalmente a troca de mensagens entre o Brasil e o exterior - que dependiam das concessionárias - e o desenvolvimento e aprimoramento das técnicas de transmissão. Maria Elvira Federico cita as principais atribuições da Empresa:

Dotar o país de infra-estrutura no campo das telecomunicações; possibilitar serviços de telecomunicações de alta qualidade e confiabilidade em termos de telefonia, telex, fac-símile, transmissão de dados, transmissão de alta fidelidade e de televisão; introduzir sistema de discagem direta à distância nos circuitos interestaduais; implantar sistema internacional de alta confiabilidade mediante participação do País no Sistema Internacional de Comunicações por Satélites e no Sistema Mundial de Cabos Submarinos. (FEDERICO: 1982, 107)

O principal mérito da Embratel era a busca de uma tecnologia que, já realidade em outros países, pudesse melhorar o sistema de comunicação, principalmente a telefonia. Quandt de Oliveira salienta que foi do Presidente Castello Branco a iniciativa de atribuir à empresa a responsabilidade da instalação e exploração da estação terrena que coordenaria as comunicações por satélite.⁷¹ Apesar de alguns contratemplos, que na análise de Oliveira atrasaram o processo, os receptores brasileiros já recebiam, em Março de 1969, as primeiras transmissões televisivas internacionais proporcionadas pela tecnologia de satélite. (OLIVEIRA: 2006, 54)

A estatal atuava de forma intensa no sentido de cumprir as deliberações provindas do Contel. Este, por sua vez, adquiriu poderes extraordinários a partir da instauração do autoritarismo militar. O órgão funcionava como mecanismo de assessoramento direto do Poder Executivo e centralizava as diretrizes acerca das estratégias para a área das telecomunicações. Além do efetivo processo de desenvolvimento tecnológico, cabia ao Contel o controle sobre o funcionamento da estrutura já disponível, principalmente em torno da programação transmitida pelos veículos e da autorização para o funcionamento das estações retransmissoras, como mostra a deliberação de 16 de Agosto de 1965, assinada pelo presidente Euclides Quandt de Oliveira⁷².

⁷¹ Trata-se da “Estação Terrena de Tanguá”; obra realizada pela Hughes Electronics, vencedora de licitação internacional, na área de Tanguá, com duração de, aproximadamente, um ano. (OLIVEIRA: 2006, 52)

⁷² “O Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações, no uso das atribuições que lhe confere o item 8º do Decreto nº 52.026, de 20 de Maio de 1963, que regulamentou a Lei nº 4.117, de 27 de Agosto de 1962. [...] Resolve baixar as Normas Relativas a Programas e Horários da Rádio-difusão, de acordo com o decreto nº 56.552, de 8 de Julho de 1965 [...] 1. As presentes normas visam à reunião, em um único documento, da legislação que regula a organização e a censura dos espetáculos e diversões públicas por meio dos serviços de radiodifusão, sonora e de sons e imagens. 2. Tratarão, também, da aplicação, fiscalização e controle dos dispositivos legais acima referidos. 3. Os programas de radiodifusão devem ser organizados em obediência às próprias finalidades da radiodifusão, isto é, devem ser educativos e culturais, mesmo em seus aspectos informativos e recreativos. 4. Os serviços de radiodifusão são considerados de interesse nacional, em que não prejudiquem esse interesse e às suas próprias finalidades

As funções de controle estabelecidas pelo Contel foram executadas de forma intensa. Data desta fase, dentre outros, o fechamento da tradicional emissora de rádio da capital carioca, Mayrink Veiga. Segundo Sônia V. Moreira, o presidente Castello Branco determinou seu fechamento no dia 26 de Julho de 1965. Moreira defende a tese de que o fechamento da Mayrink Veiga seguiu orientações políticas, com o propósito de satisfazer os interesses de grupos econômicos e governamentais. Analisaremos, mais adiante, o impacto da legislação sobre os veículos, contudo, sobre este fato, vale aqui ressaltar a ação do Contel como organismo de controle, apontado por Moreira como o responsável pela execução do processo.

Apesar de toda a discussão em torno da legalidade e oportunidade da medida governamental, no dia 3 de novembro de 1965 os transmissores da Mayrink Veiga no bairro de Brás de Pina foram lacrados por dois funcionários do Departamento dos Correios e Telégrafos, obedecendo ordem do Conselho Nacional de Telecomunicações. Naquele dia, a emissora saiu em definitivo do ar. (MOREIRA: 1998, 70)

No plano de desenvolvimento tecnológico e do sistema de integração, coube ao Contel a implantação do que foi denominado como Plano Nacional de Telecomunicações. Aprovado em 1963, ele previa a transferência das responsabilidades logísticas para a Embratel. Além disso, previa um processo de integração através de um sistema básico de microondas, seguindo uma hierarquia previamente estabelecida.

Ao passo que as etapas fossem sendo concretizadas, novos estudos de viabilidade analisariam os passos complementares, tendo em vista que o Plano, de acordo com Oliveira, interligava, num futuro próximo, todas em rede. Apesar dos inconvenientes provenientes da lentidão que, segundo ele, caracterizaram a ação da Embratel em um primeiro momento, o Plano pode, finalmente, ser iniciado no ano de 1967 com a assinatura dos primeiros

[...]; Das Penalidades: 47. Por inobservância destas normas, as entidades permissionárias ou concessionárias de serviço de radiodifusão, sonora e de sons e imagens, estarão sujeitas às seguintes penas: a) multa; b) suspensão; c) cassação. [...] Da competência para aplicação de Penas: 50. De acordo com o estabelecido no Capítulo III, do Título XVI. Do regulamento dos Serviços de Radiodifusão, são competentes para aplicação de penas decorrentes do não atendimento das determinações constantes da legislação específica e das presentes normas: a) o Ministro da Justiça; b) a Justiça Eleitoral; c) o Conselho Nacional de Telecomunicações. [...]”. *Normas Relativas a Programas e Horários da Radiodifusão*. Portaria 312. In (RODRIGUES, MONTEIRO e GARCIA: 1971, 224-236).

contratos de microondas e encerrado cinco anos depois, em 1972, já sob a égide do governo Médici. Portanto, o plano que se inicia sob controle do Contel se encerra sob a tutela do ministério das comunicações, já que, como veremos, as funções da agência foram absorvidas pelo no órgão.

A primeira fixação de conceitos gerais foi feita pelo Código Brasileiro de Telecomunicações e complementada pelo Contel, trabalhando em vários setores sob sua responsabilidade. O Plano Nacional de Telecomunicações, aprovado em 1963, e os regulamentos e as normas baixados em seguida representaram a primeira fase de uma política nacional e constituíram uma sólida base, sobre a qual foi construída, pela Embratel, a parte interestadual do Sistema Nacional de Telecomunicações. (OLIVEIRA: 2006, 78)

6.1.2 Ministério das Comunicações

Os constantes decretos, portarias, leis, dispositivos e diretrizes emitidos durante o regime autoritário militar causaram um enxame normativo que, no intuito de legalizar a estrutura “repressora-administrativa” acabaram por demonstrar, no nosso entendimento, frágil capacidade em lidar com a demanda que envolve os vários setores do estado brasileiro. Já apontamos anteriormente que um dos motivos da constante mudança de posição é a ausência de unicidade proporcionada pelas cisões internas das forças armadas. Os desacordos entre o “palácio e a caserna”, no sentido dado por João Roberto Martins Filho (MARTINS FILHO: 1996)

Mostramos anteriormente que no âmbito do sistema de comunicação esta realidade não é diferente. Aliás, levando-se em consideração a perspectiva estratégica que lhe é dada na formação dos mecanismos de controle que sustentam a segurança nacional, o sistema de comunicação é um dos setores que mais sofreram com as normas impostas. Por este motivo, mesmo tendo tentado, no conjunto do trabalho, separar as ações legislativas das demais ações que compõem a política de comunicação, somos obrigados, por força da melhor elucidação do objeto, a citar constantemente tais normas em consonância com as fases adjacentes ao seu desenvolvimento. Prova disso é o surgimento do Ministério das Comunicações.

Para que possamos ter uma idéia mais clara da complexidade do autoritarismo, vale frisar que este ministério surge no bojo de uma reforma administrativa promulgada ainda no governo do Marechal Castello Branco. A Reforma Administrativa, decorrente do Decreto-Lei nº 200, foi publicada no Diário Oficial de 27 de Fevereiro de 1967, com início de aplicação previsto para 15 de Março de 1967. As datas subsidiam nossa afirmação, já que esta Reforma foi criada para entrar em vigor durante o governo de Costa e Silva e pouco tempo depois da promulgação da Constituição de 1967 (24 de janeiro). Não por acaso a Carta Constitucional terá uma nova versão em 1969 e a Reforma precisará de outros decretos para se estruturar, como no caso do próprio Ministério das Comunicações⁷³.

A criação do Ministério objetiva a centralização das ações em torno das telecomunicações. Assim, o Contel e o Dentel deixam de existir como órgãos deliberativos e passam a submeter-se à norma imposta pelo Ministério. Pode-se atribuir a criação deste ministério ao fato da crescente importância que o sistema de comunicação passa a adquirir com os constantes avanços tecnológicos, não apenas no Brasil, mas em todos os países industrializados. Outra possibilidade que na nossa concepção é menos plausível condiz com a busca da eficiência na implantação do sistema, fato que pressupõe uma estrutura administrativa mais planejada e coesa, que é negado pelo imediatismo das constantes normas e diretrizes.

⁷³ “O conselho Nacional de Telecomunicações, cujas atribuições, organização e funcionamento serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo, passará a integrar, como órgão normativo de consulta, orientação e elaboração da política nacional de telecomunicações, a estrutura do Ministério das Comunicações, logo que este se instale, e levará a seguinte composição: I – Presidente, Secretário-Geral do Ministério das Comunicações; II – Representante do Estado-Maior das Forças Armadas; III – Representante do Ministério da Educação e Cultura; IV – Representante do Ministério da Justiça; V – Representante do Ministério do Interior; VI – Representante do Ministério da Indústria e Comércio; VII – Representante dos Correios e Telégrafos; VIII – Representante do Departamento Nacional de Telecomunicações; IX – Representante da Empresa Brasileira de Telecomunicações; X – Representante das Empresas Concessionárias de Serviços de Telecomunicações. Parágrafo único. O Departamento de Telecomunicações passa a integrar, como órgão central (art. 22, inciso II), o Ministério das Comunicações. Art. 166. A exploração dos troncos interurbanos, a cargo da Empresa Brasileira de Telecomunicações, poderá, conforme as conveniências econômicas e técnicas do serviço, ser feita diretamente ou mediante contrato, delegação ou convênio. Parágrafo único. O Departamento Nacional de Telecomunicações poderá ser acionista de qualquer das empresas com que tiver tráfego-mútuo. Art. 167. Fica o Poder Executivo autorizado a transformar o Departamento dos Correios e Telégrafos em entidade de Administração Indireta, vinculada ao Ministério das Comunicações.” *Decreto 200*. Trata do aspecto da estruturação básica do ministério das comunicações. In (RODRIGUES, MONTEIRO e GARCIA: 1971, 96-101)

Longe de descartar por completo tais possibilidades, a criação do Ministério das Comunicações tem, no nosso ponto de vista, a prioritária finalidade de centralizar o controle sobre o sistema de comunicação em todos os âmbitos, seja no desenvolvimento técnico, nos profissionais ou, principalmente, na programação. Atrelar a estrutura das comunicações a um ministério representa, em termos de analogia, levar para o gabinete presidencial as decisões sobre os serviços e a programação a ser transmitida. Mesmo a estrutura do Contel sendo em partes mantida no interior do ministério, o fato é que sua autonomia foi limitada em função de uma nova ordem hierárquica. No sentido que é dado por Guilherme O'Donnell, representa a clara manifestação de implementação de uma burocracia, de perfil autoritário, com vistas ao controle social. Em suma, não se coaduna a uma decisão de perfil exclusivamente administrativo, mas, e principalmente, de evidente estratégia política.

E isso se manifesta claramente pela própria análise feita por Euclides Quandt de Oliveira, então presidente do Contel. Segundo Oliveira, os membros do Contel discordaram da criação de um ministério com funções exclusivas de controle sobre as comunicações e chegaram a tentar intermediar a tomada de decisão do presidente “eleito” Costa e Silva:

O tema foi bastante discutido, e o Plenário do Contel julgou apropriado apresentar ao presidente eleito Costa e Silva, que assumiria em Março de 1967, sugestão de sustar por seis meses o preenchimento do cargo de ministro das comunicações e atribuir ao Conselho a tarefa de, nesse período, estudar e propor a organização e a estrutura administrativa para o novo ministério. (OLIVEIRA: 2006, 28)

A idéia a princípio era, segundo Oliveira, trazer para o âmbito do Contel a organização do novo ministério. Para tanto, seria necessário um período de seis meses para os estudos e, para que o novo ministério não ficasse sem representação, o presidente do Contel acumularia o cargo de Secretário Geral do Ministério. É interessante perceber que este fato remonta às duas teses por nós já defendidas: a da ineficiência administrativa, pelo fato de que a reforma administrativa, feita às pressas e sem planejamento, cria uma situação inusitada até mesmo para os membros do Contel e os conflitos internos, tendo

em vista que o mesmo Contel é composto por diversos membros das Forças Armadas, dentre os quais o próprio Quandt de Oliveira, que presidia o órgão. De qualquer maneira, segundo Oliveira, Costa e Silva aceitou, de início, a sugestão, o que, no entanto, não foi suficiente para concretizar o projeto:

Desse modo, a experiência do Contel seria usada para a montagem da nova organização, e esperava-se que fossem evitados conflitos de poder durante o período de transição. Entretanto, premido por injunções políticas, dois dias antes de sua posse Costa e Silva voltou atrás e convidou Carlos Furtado Simas para ocupar o cargo de Ministro das Comunicações. (OLIVEIRA: 2006, 28)

Dessa maneira o ministério começou a operar, efetivamente, a partir da posse de Costa e Silva e teve como primeiro mandatário Carlos Furtado Simas. Sua atuação a frente do ministério foi criticada por Oliveira, principalmente pela demora na aplicação e conclusão do projeto já traçado em torno do desenvolvimento do sistema. Além disso, algumas divergências entre membros do ministério e da Embratel são narradas por Oliveira, culminando com o desligamento de Pedro Schneider, militar vice-presidente do Contel (da Secretaria Geral do Ministério).

Outros fatores que contribuíram para os desencontros dos primeiros meses de atuação do ministério foram a lenta transferência de sua estrutura burocrática para Brasília, o que o dividia também com o Rio de Janeiro, e a lenta formalização das diretrizes responsáveis pela regulamentação do órgão, mais uma vez ratificando a idéia do aventurismo administrativo.

Simas assumiu o cargo de 15 de Março de 1967. Em 20 de Junho, o Decreto nº 60.876 do presidente da república aprovou as linhas mestras para a elaboração da organização do Ministério das Comunicações, e o Decreto nº 60.900 lhe vinculou a Embratel. Dez meses após a posse, em 8 de Fevereiro de 1968, o Decreto nº 62.236 aprovou a estrutura básica e a organização efetiva do Ministério. Em 3 de Março de 1968, ele começou a emitir portarias reguladoras, iniciando pela de número 643, referente às comunicações na Amazônia. (OLIVEIRA: 2006, 30)

Por esse motivo, o Contel, segundo Oliveira, não deixou de existir na prática, tampouco suas funções. Ele afirma que, apesar de vinculado organicamente ao ministério, ele continuou a encaminhar os assuntos relativos

à radiodifusão e ao planejamento, principalmente porque o Dentel trabalhou, em 1968, com a pauta de atividades definida pelo Contel em 1967. Em verdade ele deixa de existir, efetivamente, de acordo com Oliveira, em 20 de Novembro de 1968, com a decretação da Lei nº 5.535, que modificou o Código Brasileiro de Telecomunicações, vinculando o Contel ao que ele denomina como órgão deliberativo de categoria A. De acordo com Quandt de Oliveira, “todos os seus membros foram exonerados, e ele passou a existir apenas nominalmente, pois não tenho conhecimento de que tenham sido nomeados novos titulares.” (OLIVEIRA: 2006, 30)

É exatamente com uma situação de maior concentração de poderes que o ministro seguinte se deparou. Ou seja, sob o governo de Emílio Médici, o Coronel Hygino Caetano Corsetti assume o Ministério das Comunicações e, com total concentração das ações em torno das comunicações, ele será o responsável pela definição da política de comunicação do governo Médici.

6.1.3 Desenvolvimento técnico e estrutura básica

A atuação de Hygino Corsetti a frente do Ministério das Comunicações seguiu estreita relação com o chamado “plano de metas básicas para a ação do governo”. Elaborado pela equipe técnica de Emílio Médici, o documento apresentava os eixos básicos do que vieram a ser as metas de seu governo em todos os âmbitos. No caso da área de telecomunicações, o documento refletia um estudo anterior apresentado pela equipe de Corsetti sobre os problemas prementes da área.

Em linhas gerais, segundo Quandt de Oliveira, o relatório apresentado à Médici abordava a falta de planejamento existente nas atividades do ministério, principalmente porque havia uma dispersão de sua estrutura entre o Rio de Janeiro e Brasília, já que a transferência definitiva ainda não se concretizara. A falta da sede contribuía, por conseguinte, com a falta de mão-de-obra necessária para a execução das atividades. Somava-se a isso o fato de que as empresas vinculadas ao ministério (ECT, Embratel e CTB) não possuíam estrutura compatível com as necessidades que lhes eram atribuídas (OLIVEIRA: 2006, 79). Esse Quadro negativo, que motivava certo marasmo de

ação já enfatizado anteriormente, serviu de base para a criação daquelas que seriam as metas básicas para as telecomunicações, que segundo Oliveira, apresentavam cinco pontos:

“Integração operacional de empresas telefônicas: A multiplicidade de empresas operadoras de telefonia constituía um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento do setor, pois eram raras as que possuíam condições técnicas, financeiras ou mesmo administrativas para promover as expansões e modernização que se faziam necessárias [...] *Formação de Pessoal:* Em virtude do volume de pessoal técnico necessário aos programas de telecomunicações, o Ministério deveria promover a criação de centros de treinamento nas principais operadoras, em especial nas de âmbito nacional, e dar apoio às escolas técnicas existentes para a formação de especialistas em telecomunicações. *Indústria de telecomunicações:* O ministério pretendia incentivar as atividades da indústria de telecomunicações existentes no país, visando à criação de novos empregos, uma eventual padronização de equipamentos e uma substancial redução de preços. *Legislação:* O Ministério das Comunicações retomaria o trabalho de planificação das telecomunicações, procuraria consolidar e atualizar as regras de normas para o setor e efetuar uma revisão das leis, visando atualizá-las com a situação das comunicações.[...] *Participação Internacional:* O Ministério das Comunicações, por meio de seu pessoal e de integrantes das empresas operadoras, ativaria a participação nos organismos internacionais de telecomunicação⁷⁴ [...] (OLIVEIRA: 2006, 79-80)

Concluída a análise sobre os empecilhos que travavam os trabalhos do Ministério e as metas básicas pelas quais a política de telecomunicações deveria se pautar, a equipe de Corsetti iniciou o processo de detalhamento e de organização das diretrizes, fundamentadas, necessariamente, nas premissas do Executivo. Após idas e vindas no contexto do cumprimento dos trâmites burocráticos, principalmente porque o projeto agregava diversos interesses técnicos e de controle que dependiam do aval de outros segmentos

⁷⁴ Grifos nossos.

do governo, a diretriz pode aqui ser sintetizada em dois procedimentos: os níveis básicos de fundamentação e o texto final aprovado.

No que se refere à fundamentação concluiu-se, segundo Oliveira, que a política de telecomunicações, que deveria cobrir os serviços públicos de telecomunicações, os postais e a radiodifusão (que agrega o rádio e a televisão) se fundamentaria em três princípios básicos: o dos objetivos, das metas e das políticas setoriais. No primeiro caso, a política de comunicações deveria objetivar a questão da integração nacional, com a criação de uma rede básica que interligasse todos os estados e territórios; a necessidade do desenvolvimento nacional, com a expansão das redes de comunicações para facilitar a interligação entre as pessoas e o desenvolvimento; a difusão da educação e da cultura, com o aumento de meios destinados a este fim - principalmente no âmbito das telecomunicações - e a segurança nacional, tendo em vista que o planejamento das comunicações deveria reforçar a estrutura política, facilitando a interligação entre o indivíduo, o estado e as forças de segurança. O segundo refere-se à necessidade de garantir acesso a toda nação, com o principal intuito de manutenção da ordem. Por fim, no caso do terceiro nível de fundamentação, o objetivo foi de criar uma estrutura legislativa capaz de colocar em prática e dar suporte legal às metas definidas. Ou seja, pressupõe a implantação das chamadas políticas setoriais (OLIVEIRA: 2006, 81-84).

Aprovados os princípios básicos que norteariam a nova legislação das telecomunicações, o Ministro Hygino Corsetti se dedicou à elaboração daquela que viria a ser a complementação do Código Brasileiro de Telecomunicações, ou seja, a Lei 5.792, de 11 de Julho de 1972. A nova lei foi significativa na implementação de ações concretas em todos os níveis das telecomunicações. Dessas ações torna-se necessário, aqui, ressaltar duas intervenções diretas do Ministério das Comunicações do governo Médici, que se coadunam com o objetivo central de nosso trabalho.

Em primeiro lugar, no âmbito da telefonia, foi o decreto 5.792 quem iniciou o processo de criação da Telebrás (Telecomunicações Brasileiras S/A). Este projeto é significativo, pois representa mais uma das iniciativas do autoritarismo em firmar um monopólio que garanta não apenas uma forma de

controle em setor estratégico, mas também a ratificação da intervenção econômica na estrutura social, como afirma Quandt de Oliveira:

O monopólio de exploração dos serviços públicos de telecomunicações criou uma situação de mercado monopsônico, com um único comprador, representado pelo Sistema Telebrás. Vale ressaltar que, enquanto outros ramos industriais disputavam um mercado incerto e desigual, em âmbito não só nacional, como até local, o mesmo não aconteceu em telecomunicações [...] Ela controlaria todas as estatais do setor, teria a responsabilidade de fixar as metas a serem por elas cumpridas e coordenaria a execução dos programas e a obtenção e a distribuição dos recursos financeiros necessários [...] (OLIVEIRA: 2006, 99;103)

Já no tocante à radiodifusão, a ação do Ministério possibilitou diversas modificações. Mais adiante vamos nos referir de forma mais direta a este tema. Entretanto é necessário salientar aqui o investimento tecnológico neste setor, motivado pela estratégia desenvolvimentista traçada pela política de comunicação.

Muito dos esforços em estabelecer um processo de alcance mais amplo já vinham sendo traçados desde a década de 1960. Já estavam em operação o satélite, que permitia as transmissões internacionais, e as redes interligadas, que se iniciaram em 1968 com a elaboração de projetos e contratos para implantação de centros de TV em 27 cidades, que de acordo com Oliveira eram encabeçados pela Embratel e possibilitaram um acréscimo significativo no sentido da qualidade, contribuindo para a eliminação das resistências em torno do projeto.

O sistema de transmissão da Embratel e seus centros de TV possibilitaram a criação de redes verdadeiramente nacionais, com melhor qualidade e custos mais baixos. As emissoras passaram a utilizar o serviço desses centros e, em pouco tempo, abandonaram seus próprios circuitos e passaram a propugnar pela ampliação da cobertura para todo o país. (OLIVEIRA: 2006, 70)

Outras medidas de ordem técnica, como a aceleração da transferência da estrutura do ministério para Brasília; o início das transmissões em cores pela TV; a ampliação da capacidade de alcance do sistema de rádio - principalmente na Amazônia - e a interligação de todas as unidades federativas ao Sistema Nacional de Telecomunicações são manifestações concretas do

determinado empenho do governo em unificar o sistema de comunicação nacional, mas – e sobretudo – manter sob domínio a tecnologia e o controle, mesmo que o discurso, por vezes, a traduza como busca da qualidade, como afirma o próprio ministro Hygino Corsetti:

O nosso programa com relação à TV – na área específica do Ministério das Comunicações – abrange dois itens fundamentais. Primeiro, promover a ampliação da área de cobertura da televisão nacional, com a criação de redes e instalação de novas estações. Segundo controlar e fiscalizar a qualidade técnica dos serviços, mantendo a nossa TV num alto nível de tecnologia.⁷⁵

As afirmações de Corsetti sintetizam uma parte daquilo que aqui definimos como política de comunicação, ou seja, o desenvolvimento técnico que, no nosso ponto de vista visa, em última análise, o controle social e a conseqüente legitimação do autoritarismo. Atrelado ao esforço de aprimoramento tecnológico estão, como veremos a seguir, as diretrizes específicas de funcionamento do sistema. Essas se caracterizam pelo viés repressor pautado na segurança nacional, tendo o claro objetivo de introduzir, com o suporte do sistema de comunicação, os preceitos da ideologia autoritário-militar.

6.2 Em nome da Segurança Nacional

Como vimos no capítulo anterior, as bases de legitimação do sistema ditatorial militar brasileiro foram plantadas logo após a consolidação do golpe, tendo em vista a adoção de medidas legislativas específicas no contexto do controle social. Tais medidas objetivaram a interferência do poder estatal em diferentes esferas da organização social, principalmente no âmbito da administração burocrática direta, como no caso da criação do SNI (Serviço Nacional de Informação). Contudo, foi a partir da criação da denominada Lei de Segurança Nacional que a organização autoritário-burocrática definiu as bases de atuação dos agentes no interior da sociedade, ou seja, estabeleceu os

⁷⁵ Entrevista concedida à Revista Veja, Nº 175 (Ed. Abril; 12/01/1972, p. 49)

papéis sociais específicos que serviram de instrumento na busca da legitimação do novo regime.

No que se refere à situação dos mecanismos de comunicação pudemos perceber, já neste capítulo, o esforço do governo militar em tentar estabelecer os parâmetros estruturais aos seus funcionamentos, tendo sido a criação do Ministério das Comunicações a primeira “grande” medida nesse sentido. Logo, já claramente cientes da importância desse sistema para a organização e controle social, promoveu seu entrelaçamento com a Lei de Segurança Nacional, o que tornou possível a adoção de medidas específicas com o claro objetivo de destinar ao sistema a conotação de função estratégica, como afirma Sérgio Caparelli:

Sendo o inimigo – meios de comunicação – tão sutil, tão insidioso para por em operação a rendosa tática de explorar a mistificação do povo, o Governo toma uma série de esforços, a princípio esparsos numa legislação fragmentada, e que já toma corpo em 1968. A intenção era clara: enquadrar os meios de comunicação e, em especial, a televisão dentro dos objetivos nacionais. (CAPARELLI: 1986, 27)

Desse entrelaçamento resultaram leis específicas que se destinaram a regulamentar as ações dos agentes de comunicação e que, segundo nosso entendimento, podem ser analisadas em três diferentes níveis: o da ofensa moral, da incitação a crimes e da ação subversiva. E considerando que se vinculam, como veremos, a ações diferenciadas, optamos por apresentá-las, a seguir, de forma separada.

1- Ofensa Moral: Basicamente o código de segurança direciona a questão da ofensa moral para o âmbito das autoridades constituídas, ou seja, das ofensas que atingem o grupo político dirigente. Esse grupo de ofensas se diferencia de acordo com o tipo de ação possível aos meios de comunicação: a deturpação dos fatos com vistas a uma recepção pré-estabelecida e a ação direta, vinculada à criação do fato. No primeiro caso, o Artigo 16 se apresenta da seguinte maneira:

Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa, ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas:
Pena: detenção de seis meses a dois anos.

§ 1º Se a divulgação provocar perturbação da ordem pública ou expuser a perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil:

Pena: detenção de dois a cinco anos.

§ 2º Se a responsabilidade pela divulgação couber a diretor ou responsável pelo jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, será, também, imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente na localidade, à época do fato, elevada ao dobro, na hipótese do parágrafo anterior.

§ 3º As penas serão aplicadas em dobro, em caso de reincidência.”⁷⁶

É evidente, neste caso, como já afirmamos anteriormente, o entendimento, por parte do grupo dirigente, do papel estratégico que exercem os meios de comunicação para a organização social e, mais adiante, da própria dinâmica do seu funcionamento, já que o código cita possível punição para a forma pela qual a notícia pode ser transmitida, ou seja, procura se precaver contra possíveis transformações do fato, numa clara referência aos preceitos levantados por Walter Benjamin. Nesse sentido, as versões que daí decorresse poderiam colocar em risco a ordem social, uma vez que, segundo a interpretação que aqui podemos fazer, o propósito final seria a repercussão no povo, atrelado às vinculações ideológicas expostas nos parágrafos seguintes.

Além daquilo que se pode fazer para a transformação do fato, as normas burocrático-autoritárias procuram também dar conta de outra possibilidade condizente às funções dos meios de comunicação: a criação de fatos. Aqui, a preocupação se direciona para a ação mais direta que esses veículos podem exercer, uma vez que os “fatos” e as “verdades” podem ser criados independentemente da relação que possam ter com a veracidade. Em outras palavras, existe uma preocupação quanto à possível criação de fatos que, não vinculados à realidade, colocam em risco a harmonia na relação governo-povo, como demonstram os Artigos 34 e 36:

Ofender moralmente quem exerça autoridade, por motivo de faccionismo ou inconformismo político-social:

Pena: reclusão de 2 a 4 anos.

⁷⁶ “Da Aplicação da Lei de Segurança Nacional”, *In* (COGAN: 1976, 25)

Parágrafo Único: Se o crime for cometido por meio de imprensa, rádio ou televisão, a pena é aumentada de metade.⁷⁷ [...]

Ofender a honra ou a dignidade do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado, de Governadores de Estado ou Territórios e do Prefeito do Distrito Federal:

Pena: reclusão de 2 a 6 anos.

Parágrafo Único: Se o crime for cometido por meio de imprensa, rádio ou televisão, a pena é aumentada de metade, além da multa de 50 a 100 vezes o valor do salário mínimo vigente no país, se a responsabilidade couber a diretor ou responsável por tais órgãos de imprensa, escrita ou falada.⁷⁸

Nota-se que, naquilo que tange à questão moral, os artigos são abrangentes sobre a possibilidade da ofensa, o que significa que regulamentam a ofensa em todos os níveis e situações. No entanto, em se tratando dos veículos de comunicação, as penalidades são maiores e procuram punir, principalmente, seus responsáveis legais. Ora, formatados desta maneira, os artigos 34 e 36 possuem, a nosso ver, o claro objetivo de transferir a função fiscalizadora para os próprios veículos, forçando-os a corroborar uma ação de controle que, em última instância, pertence ao próprio estado. A ação repressora inerente ao modelo burocrático-autoritário é imposta aos responsáveis legais dos veículos de comunicação, visto que as penalidades pelas transgressões recaem muito mais acintosamente sobre eles.

2 – *Incitação a Crimes:* Também neste caso, a tentativa em estabelecer uma ação de controle burocrática a partir dos próprios veículos se evidencia. Nos artigos 39 e 47 estão presentes aquilo que o sistema considera como crimes. Naturalmente, como o objetivo da Lei de Segurança Nacional é traçar as bases de manutenção do modelo autoritário-militar, a definição de “crimes” leva em consideração as matrizes que o sustentam, como as Forças Armadas e as classes sociais:

Incitar:

- I – À guerra ou a subversão da ordem político-social;
- II – À desobediência coletiva às leis;
- III – À animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;

⁷⁷ Artigo 34, Idem, p. 45

⁷⁸ Artigo 36. Idem, p. 49

IV – À Luta pela violência entre as classes sociais;
V – À paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais;
VI – Ao ódio ou à discriminação racial;
Pena: reclusão de 10 a 20 anos
§ 1º. Se os crimes previstos nos itens I a IV forem praticados por meio da imprensa, radiodifusão ou televisão:
Pena: reclusão de 15 a 30 anos
§ 2º. Ressalvados os crimes de que tratam os itens V e VI, se, do incitamento decorrer morte:
Pena: Morte
§ 3º. Se a responsabilidade pela incitação couber a diretor ou responsáveis de jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, além da pena privativa da liberdade será imposta multa de 50 a 100 vezes o valor do maior salário mínimo vigente à época do delito. [...]”⁷⁹
Incitar à prática de qualquer dos crimes previstos neste capítulo, ou fazer-lhes apologia ou a de seus autores, se o fato não constituir crime mais grave.
Pena: reclusão de 2 a 5 anos
§1º. A pena será aumentada de metade, se o incitamento, publicidade ou apologia for feito por meio da imprensa, radiodifusão ou televisão.
§2º. Se a responsabilidade pelo crime couber a diretor ou responsável de jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, além da pena privativa da liberdade será imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente na localidade à época do delito.”⁸⁰

Mesmo considerando nossa tentativa em separar os códigos em três diferentes níveis, a questão da ordem político-social, que analisaremos mais detalhadamente no próximo item, aparece também neste ponto como um dos temas passíveis de punição, caso haja incitação ao seu descumprimento. Isso significa que os indivíduos, grupos ou instituições que praticarem o ato de incitação à desobediência da ordem imposta pelo sistema cometem crime penal, podendo ser processados e punidos, inclusive com a pena de morte para alguns casos.

Vinculada à questão da desobediência em um nível mais generalizante, chamam a atenção, aqui, outras duas referências: as Forças Armadas e as classes sociais. A lei prevê punição para aqueles que incitarem a luta pela violência no caso das classes sociais, o que demonstra uma clara postura no sentido do reconhecimento das classes, por um lado, e de suas desigualdades – que podem gerar conflito –, por outro.

⁷⁹ Artigo 39. *Ibidem*, p. 51-52

⁸⁰ Artigo 47. *Ibidem*, p.66-67

Além disso, a instituição responsável pela implantação do regime ditatorial brasileiro torna-se “inatingível”, isso porque qualquer ação que coloque em “desarmonia” a relação destes com a sociedade tornou-se crime. É evidente a intenção de proteger a imagem e resguardar sua “aura” autoritária. Entretanto, à luz das rupturas internas já anteriormente analisadas, o código prevê ainda punição para a incitação às desavenças internas, de militar para militar, de Armada para Armada. Mesmo considerando a possibilidade de que situação semelhante poderia também ocasionar punição em outros regimes, o fato é que, ao criar um item específico para tratar do tema, o regime expõe, segundo nosso entendimento, suas controvérsias.

Neste turbilhão, os meios de comunicação são citados como a expressão maior do ato de incitar. Para as ações descritas no código, a participação dos veículos de comunicação aumenta ainda mais o sentido da gravidade do ato em desvio, justificando, assim, o aumento das penas para seus responsáveis. Esta forma burocrático-autoritária de controle se manifesta notadamente também nos casos de subversão através daquilo que, do ponto de vista da essência dos mecanismos de comunicação inseridos na realidade capitalista, é a sua maior representação: a propaganda.

3 – *Ação Subversiva*: É na questão da propaganda que os meios de comunicação são citados com maior ênfase no que tange à questão política, isso porque sua possível contribuição ao desgaste do sistema no seio da população sempre foi uma possibilidade, o que, para o autoritarismo, justifica ações de controle, seja no âmbito mais geral da LSN, ou de forma mais específica, como veremos mais adiante, no caso da censura. Assim, são os artigos 33, 45 e 53 os responsáveis pela formatação das restrições aos meios de comunicação, se apresentando, para tanto, da seguinte maneira:

Escrever violência, por motivo de faccionismo ou inconformismo político-social, contra quem exerça autoridade:

Pena: reclusão de 8 a 15 anos

§ 1º. Se da violência resultar lesões corporais:

Pena: reclusão de 12 a 30 anos

§2º. Se da violência resultar morte:

Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.⁸¹
[...]

Fazer propaganda subversiva:

I – Utilizando-se de quaisquer comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva;

II – Aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

III – Realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata;

IV – Realizando greve proibida;

V – Injuriando, caluniando, ou difamando, quando o ofendido por órgão ou entidade que exerça autoridade pública ou funcionário, em razão de suas atribuições.

VI – Manifestando solidariedade a qualquer dos atos nos itens anteriores;

Pena: Reclusão de 1 a 3 anos

Parágrafo Único: Se qualquer dos atos especificados neste artigo importar ameaça ou atentado à segurança nacional:

Pena: reclusão de 2 a 4 anos.⁸² [...]

Se a responsabilidade pela propagando subversiva couber a diretor ou a responsável de jornal ou periódico, o juiz poderá, ao receber a denúncia, impor a suspensão da circulação deste até trinta dias, sem prejuízo de outras comunações previstas em lei.

Parágrafo Único: Em se tratando de estação de radiodifusão ou televisão, a suspensão será importa, nas mesmas condições, pelo presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações.⁸³

Em que pese à ampla conotação dada pela lei à questão da propaganda política e subversiva, que abrange possibilidades como comícios, reuniões públicas ou manifestações públicas, as atenções centram-se para as atividades possíveis em torno dos veículos de comunicação. E isto tendo como parâmetro as suas diversas manifestações, escrita, televisiva, e radiofônica. A par disso, vale enfatizar aqui o que se entende por “atitude subversiva” no âmbito da Segurança Nacional. Arthur Cogan, em sua análise sobre a LSN esclarece: “Em várias disposições visa a lei impedir que, usando dos mais variados métodos, possa ser feita propaganda subversiva, ou seja, contrária à ordem política estabelecida no país.” (COGAN: 1976, 60)

Nesse sentido, segundo as diretrizes impostas pelo autoritarismo militar, quaisquer manifestações públicas que visem propagandear preceitos contrários ao regime ditatorial imposto a partir do golpe de 1964, são nocivos à manutenção do controle social e, por conseqüência, passíveis de punição. E

⁸¹ Artigo 33. *Ibidem*, p. 47

⁸² Artigo 45. *Ibidem*, p.60.

⁸³ Artigo 53. *Ibidem*, p. 74

isso enquadra fundamentalmente os veículos de comunicação em todas as suas manifestações possíveis. Fica evidente, apesar da citação acerca das diversas possibilidades de manifestação pública, que os veículos de comunicação têm, por parte da legislação autoritária, um maior controle, que se evidencia nitidamente com as severas punições a que ficam sujeitos os responsáveis “indiretos” pela transmissão.

O conjunto de normas que compõe a Lei de Segurança Nacional serve como base, portanto, para a definição da política de comunicação traçada durante o governo Médici. Além de enquadrá-la no contexto penal, a burocracia traçou, como veremos a seguir, parâmetros específicos para conduzir os trabalhos de transmissão de mensagens, principalmente através da censura.

Durante o período compreendido entre 1968 e 1979 os veículos brasileiros operavam sob as restrições do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, o qual concedia ao Poder Executivo Federal o direito de censurá-los, além de estimular a prática da autocensura, evitando assim qualquer publicação ou transmissão que os pudesse levar a ser enquadrados e processados pela Lei de Segurança Nacional [...] (MATTOS: 2005, 18)

Censura como ação direta

As diversas normativas específicas criadas pelo autoritarismo no bojo da Lei de Segurança Nacional procuraram cumprir a função burocrática de regulamentar e dinamizar a ação de controle. Sua mais expressiva manifestação ocorreu com a publicação do Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de Janeiro de 1970, que, em linhas gerais, estabelece os critérios da ação censora às publicações que investem, na ótica dos órgãos responsáveis pela análise, contra os chamados valores de moral e bons costumes da sociedade.

Tanto a análise deste decreto, quanto as portarias e instrução que lhe são decorrentes, nos servem de subsídio à compreensão dos valores intrínsecos ao centralismo autoritário e seu objetivo ideológico. Por se tratar de conteúdo central à análise desenvolvida nesta unidade, reproduzimos abaixo, na íntegra, o Decreto nº 1.077.

Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição; e

Considerando que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º, dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes;

Considerando, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

Considerando que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

Considerando que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade brasileira;

Considerando que o emprêgo dêesses meios de comunicação obedece a um plano *subversivo*⁸⁴, que põe em risco a segurança nacional, decreta:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de Portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º dêste Decreto-Lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos após a verificação prevista neste Decreto-Lei, sujeita os infratores independentemente da responsabilidade criminal:

I – A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II – A perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados à sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juízes de Direito para adoção das medidas previstas nos artigos 61 e 62 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º dêste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os Juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Êste Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

⁸⁴ Grifo nosso

Brasília, 26 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.⁸⁵

O decreto se destina, como podemos observar, a todas as manifestações de caráter público que se utilizam dos meios de comunicação. Por este motivo, incluem-se no conjunto da diretriz os livros e periódicos, o rádio e a televisão. Ele procura, ainda, determinar as publicações que não podem ser autorizadas, a forma de implementação burocrática do processo, as punições e o seu alcance. Tendo em vista o objetivo que aqui nos interessa, a análise da diretriz pode, no nosso ponto de vista, se enquadrar em duas linhas: a da aplicação – que por sua vez subdivide-se entre os organismos burocráticos de controle e a definição do material condizente – e a classificação do fator “subversivo”, vinculado ao preceito ideológico do sistema.

Em primeiro lugar, o Decreto-Lei 1.077 é complementado, como afirmamos, de normas de regulação e implementação. A Portaria nº 11-B, de 6 de Fevereiro de 1970, destina-se a formalizar o procedimento burocrático sobre a análise do material a ser divulgado e as funções que devem exercer os responsáveis. Em síntese, demonstra que a função de controle centraliza-se na Polícia Federal e que um autor ou editor não pode, sob risco de punição, divulgar qualquer material que não tenha passado sob o crivo dos censores.

A divulgação de livros e periódicos no Território Nacional fica subordinada à verificação prévia da existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes.⁸⁶ [...]

Compete aos delegados Regionais do Departamento da Polícia Federal proceder ao exame dos livros e periódicos, para o fim do artigo anterior.⁸⁷ [...]

O autor, editor, distribuidor ou responsável, não divulgará a publicação, enquanto a autoridade competente não a houver liberado.⁸⁸ [...]

O autor, editor, distribuidor ou responsável, antes da divulgação do livro ou periódico, apresentará ao Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal, três (3) exemplares da publicação ou três (3) cópias autênticas dos seus originais.⁸⁹

⁸⁵ Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de Janeiro de 1970 – Dispõe sobre a execução do Artigo 153, § 8º, Parte Final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Publicado no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 1970. *In* (RODRIGUES, MONTEIRO E GARCIA: 1971, 144-145)

⁸⁶ Artigo 1º Portaria / nº 11-B, de 6 de Fevereiro de 1970. *In* (RODRIGUES, MONTEIRO E GARCIA: 1971, 146)

⁸⁷ Artigo 2º. *Idem*

⁸⁸ Artigo 3º. *Ibidem*

⁸⁹ Artigo 4º. *Ibidem*

Essas diretrizes configuram um cenário de intensa centralização da informação que a sociedade tem – ou pode ter. O autoritarismo, em nome daquilo que considera “defesa da moral e dos bons costumes” passa a ter acesso às publicações e, por conseqüência, aquilo que a sociedade pode ter como fonte de informação. Por outro lado, a Portaria 11-B não especifica o tipo de material que deve submeter-se à análise, forçando, para tanto, a decretação de uma portaria por parte do Ministério da Justiça – Instrução nº 1-70, de 24 de Fevereiro de 1970 – para abordar o tema. Sobre esta, vale ressaltar que em função das diversas controvérsias geradas pela interpretação das regras de censura - resultado da própria confusão que, como podemos observar, se manifesta no texto - a Instrução faz referência a este fato, esquivando seus autores da responsabilidade e, por conseqüência, lhe atribuindo um caráter de má interpretação.

Considerando que a má interpretação da Portaria deu lugar à dúvidas e críticas absolutamente infundadas;

Considerando que convém pôr cõbro a essas incompreensões, interpretando e ressaltando o verdadeiro âmbito da Portaria 11-B, resolve expedir a seguinte Instrução:

Art. 1º Para os fins da Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes[...]⁹⁰

Esta Instrução denota, no nosso ponto de vista, a clara estratégia de controle adotada pelo autoritarismo burocrático do governo Médici: trabalhar com normas que possam abrir um leque de abrangência superior ao que, a princípio, se imagina. Ora, como determinar, de antemão, o que fere ou não os códigos morais da sociedade? Não existe uma cartilha que interceda nesse sentido. Sabemos que moral e bons costumes estão vinculados a parâmetros genéricos; logo, seu conteúdo pode expressar-se em diversas situações, seja em periódicos sobre esporte, cultura, lazer, economia, entretenimento ou mesmo em livros de romance, policiais, religiosos e sobre variedades. Em suma, estimular uma criança a uma visão crítica sobre o consumo em uma

⁹⁰ Instrução nº 1-70. Instrução datada de 24 de Fevereiro de 1970, assinada pelo então ministro Alfredo Buzaid e publicada no Diário Oficial da União em 24 de Fevereiro de 1970. In (RODRIGUES, MONTEIRO e GARCIA: 1971, 148)

sociedade capitalista pode ser considerado ofensivo aos valores “morais” da família.

A abrangência proposital da diretriz com fins de controle, e que, por conseqüência, gera a “confusão de interpretação” pode ser comprovada por manifestação do próprio Ministro da Justiça. Em citação que objetivava justificar a Lei nº 1.077, Alfredo Buzaid ratifica o que aqui procuramos demonstrar sobre a exagerada abrangência subjacente à lei, confundindo conhecimento técnico com valores morais:

É contra esse esquema de publicidade que se volta o Decreto-Lei, proibindo que se escancarem as exibições que devem ficar no mais recôndito da vida interior. E se alguns médicos pretendem dar lições públicas de sexologia, seu procedimento é ilegal e moralmente reprovável, pois elas ofendem o Código de Ética. Os conselhos de Medicina condenam tal pedagogia.⁹¹

A afirmação de Buzaid, além de reiterar nossa afirmação sobre a simbiose criada entre as classificações genéricas e a estratégia de controle, serve de parâmetro à exploração da segunda linha de raciocínio em torno do Decreto 1.077. Isso porque esta mesma configuração contrastante de definições se apresenta em torno daquilo que pelos órgãos de segurança se compreende como subversivo.

Segundo Buzaid – e isso também se manifesta na diretriz – o atentado à moral e aos bons costumes representa, por conseqüência, atentado à segurança nacional. Essa relação tem respaldo na associação teórica que o autoritarismo estabeleceu entre a afirmação de Wladimir Lênin sobre a moral e as supostas conseqüências que determinadas publicações podem gerar. Isso porque, de acordo com Buzaid, Lênin, ao afirmar “desmoralizem a juventude de um país e a revolução está ganha”⁹² teria direcionado à manutenção dos valores morais um dos alicerces do capitalismo, ou seja, ao desmoralizar os mais jovens, o êxito da revolução comunista estaria garantido. E assim se expressa, na perspectiva de Buzaid, o risco iminente que o atentado à moral e aos bons costumes representa à segurança nacional.

⁹¹ “Em defesa da moral e dos Bons Costumes.” Palestra proferida em 1 de Abril de 1970, acerca das comemorações do sexto aniversário do golpe de 31 de Março de 1964. *In* (BUZAID: 1971, 60).

⁹² Alfredo Buzaid sustenta seu argumento citando reportagem do jornal O Globo, de 19 de Fevereiro de 1970. *In* (BUZAID: 1971, 37)

Alguns escritores manifestaram inquietações quanto aos efeitos do Decreto-Lei nº 1.077 e da Portaria 11-B, que organiza o serviço de verificação prévia, arguindo que se inaugura contra o mundo da inteligência uma nova forma de autoritarismo, que repugna à formação democrática do povo brasileiro. Essa objeção é de todo desarrazoada. Os referidos documentos legais criam uma forma de serviço, a fim de preservar a integridade da família brasileira e a sua moralidade tradicional, combatendo destarte o comunismo internacional, que insinua o amor livre para dilacerar as resistências morais da nossa sociedade. (BUZAID: 1971, 59)

Mesmo não sendo objeto direto de nosso trabalho, vale ressaltar aqui a compilação de fatores produzidos pelo sistema autoritário a fim de justificar ações de cunho exclusivamente político. A literatura específica, os documentos, os vestígios e as declarações mostram que muitas pessoas foram censuradas, torturadas e até mortas por motivos dos mais variados. Artistas, jornalistas, professores, trabalhadores, estudantes, padres, enfim, uma variedade de pessoas que, acusadas de atentado às normas, sofreram terríveis conseqüências.⁹³

Por último, é importante salientar o papel de outra Portaria regulamentadora: a nº 13/70. Ela estabelece regras específicas de conduta para o setor televisivo. Dentre outras deliberações, obriga um ensaio geral antes da transmissão de programas ao vivo, com a finalidade de propiciar aos censores uma prévia daquilo que será transmitido. Já no caso dos programas gravados, obriga a uma apresentação prévia de 72 horas da versão original, com a descrição do cenário, a marcação das cenas e a marcação dos planos das tomadas e de seus objetivos.⁹⁴

⁹³ Prova do aspecto generalizante das regras de censura, que colocam em xeque não apenas os equívocos que o aspecto generalizante da diretriz proporciona, mas também a lisura de sua interpretação, pode ser encontrada no estudo do grupo Brasil Nunca Mais. Ressaltando, assim como o fizemos, o aspecto generalizante do que se entende por “propaganda subversiva”, apresenta o caso de três inquéritos sobre a edição de livro científico, exatamente aquele tipo de material que a Portaria 11-B insistiu em declarar sem vistoria prévia: “Em julho de 1969, o DOPS do Rio de Janeiro iniciou três inquéritos que redundaram em três ações penais distintas, contra editores de livros. No primeiro deles, a publicação dos ‘Fundamentos de Filosofia’, do russo Victor G. Afanássiev, deu pretexto ao enquadramento de quatro cidadãos acusados de ‘propaganda subversiva’. Dois deles são responsabilizados por terem lançado a primeira tradução da obra, em 1963 (seis anos antes!), através da Editora Vitória Ltda. O terceiro era o conhecido editor Ênio Silveira, responsável pela Editora Civilização Brasileira, que reeditou o livro em 1968. O último réu foi o responsável pela impressão gráfica.” *In* (Mitra Arquidiocesana de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1988, 161)

⁹⁴ “Diretrizes para Cumprimento do Decreto-Lei 1.077 – Portaria nº 13/70”. *In* (RODRIGUES, MONTEIRO e GARCIA: 1971, 258-259).

Como a diretriz se destina a todos os veículos de comunicação, é natural que todos viessem a sofrer interferências no trabalho diário. Por esse motivo, tornou-se comum a presença de agentes censores em redações de jornais e estúdios de gravação de rádio e televisão. Além disso, o impacto das leis causou, como veremos na próxima unidade, conseqüências ainda mais graves, como o fechamento de rádios, a cassação e processos contra profissionais e a utilização política dos veículos. E tudo isso em nome daquilo que Alfredo Buzaid considerou nocivo à segurança nacional: a corrupção dos valores morais e a conseqüente passividade da sociedade:

Quem estudou a teoria da informação sabe que os periódicos, o rádio e a televisão constituem, nos nossos dias, os meios mais eficazes para dirigir a opinião pública. É por meio deles que o comunismo internacional atua sobre o povo, invadindo sub-repticiamente os lares. E os seus agentes, adrede preparados, se infiltram em todos esses meios de comunicação para transmitirem suas idéias dissolventes. (BUZAID: 1971, 42)

6.3 A radiodifusão sob o prisma do autoritarismo

A decisiva investida do sistema para o âmbito das comunicações reflete-se, sobremaneira, na perspectiva de Buzaid. Soma-se a isso o decisivo trabalho desenvolvido no ministério das comunicações e teremos, em linha gerais, o conjunto de fatores que subsidiam a linha de raciocínio e a estrutura metodológica que tentamos implantar neste capítulo.

[...] quero dizer que essa minha interferência é feita com o conhecimento e recomendação do presidente Médici. Confesso que a qualidade do que se faz na TV brasileira já me preocupa tanto quanto a extensão das redes e a qualidade das imagens, que deveriam resumir a atenção do ministro das comunicações [...]⁹⁵

Entretanto Corsetti acrescenta um fator novo no âmbito daquilo que já definimos como política de comunicação: a intervenção na programação. Portanto, à tríade conceitual que até aqui analisamos em torno desta política (o desenvolvimento, a atuação administrativa e a legislação) incorpora-se um fator

⁹⁵ Entrevista do Ministro das Comunicações Hygino Corsetti. Revista Veja, Editora Abril, Número 175 de 12/01/1972. p. 49-50.

determinante que, por sua vez, constitui-se como objeto de análise desta unidade.

A ação estatal sobre a programação foi determinante na definição dos rumos a serem tomados pelos veículos. As intervenções variaram de acordo com as especificidades de cada um, considerando, principalmente, o tipo de mensagem e a sua forma de transmissão.

E é por isso que optamos por um tipo de abordagem que leve em consideração tal especificidade. Assim, analisamos, a seguir, o rádio e a televisão de forma separada, considerando, evidentemente, possíveis vinculações entre ambos e entre estes e as demais formas de comunicação de massa, na medida em que se fizerem necessárias.

6.3.1 O impacto no rádio

O rádio, como veículo de comunicação, vem se concretizando na realidade social brasileira, como mostramos no início, desde meados da década de 1930. Neste processo, atravessou diversas fases: as primeiras rádios educativas; a introdução do aspecto comercial; as primeiras formas de uso político e regulamentação; o projeto de nacionalização e a chamada “era do rádio”. De peculiar todas essas fases denotam uma guinada do rádio rumo a um perfil “democrático”, tendo em vista as novas técnicas de transmissão e, principalmente, de recepção, com o incentivo à instalação de aparelhos domésticos.

Com o surgimento da televisão a partir da década de 1950 – definida por alguns como “fase de decadência” – o rádio viu o seu papel como veículo de massa sendo colocado em questão, ou seja, a televisão iria relegá-lo a um papel bem inferior ao que, na realidade, se comprovou posteriormente.

No Brasil, como em outros países, o surgimento da televisão constituiu-se no grande fator de decadência do rádio espetáculo. O pequeno número de emissoras de TV e o alto custo dos receptores, inicialmente escassos, garantem uma sobrevivência para a era dos auditórios, humorísticos e radionovelas. (FERRARETTO: 2001, 135)

De certo, houve impacto no tocante ao surgimento da televisão, principalmente durante a primeira metade da década de 1960. Mas como

aponta Ferraretto, o custo elevado dos aparelhos receptores e a pequena quantidade de emissoras contribuíram para que o rádio permanecesse com sua inserção garantida no conjunto da população, principalmente com as programações voltadas ao entretenimento. Acrescenta-se a isso o fato de que, como toda inovação tecnológica, a televisão ainda carecia de profissionais especializados que pudessem lidar com a especificidade do veículo, tanto das questões técnicas como das artísticas, o que a tornava refém de improvisações e da migração dos profissionais do rádio. Esta prática, talvez como premonição da realidade que iria encontrar, foi adotada por Assis Chateaubriand já na criação da primeira emissora de televisão do país:

A agitação da montagem da televisão tomou conta do Diários Associados em São Paulo, cidade que Chateaubriand decidira instalar o primeiro canal brasileiro. Quando venciam os contratos de trabalho, nas emissoras Associadas, os funcionários encontravam nos instrumentos de renovação uma cláusula nova segundo a qual o empregado se obrigava “a prestar serviços, em sua especialidade, em rádio e televisão”. (MORAIS: 2004, 497)

Do surgimento da primeira estação televisiva, em 1950, ao início do governo Médici, em 1969, transcorreram quase vinte anos de inserção da televisão no contexto nacional. Novas emissoras foram criadas e a dinâmica específica do veículo proporcionou uma mudança cultural bastante significativa no âmbito do entretenimento, em especial pela introdução das telenovelas. Essa nova realidade ocasionou, evidentemente, um rearranjo das estruturas adjacentes ao funcionamento dos meios, principalmente por parte dos patrocinadores⁹⁶, que motivados pela perspectiva de crescimento do modelo televisivo, passaram a nele apostar em termos de investimento publicitário, interferindo diretamente nas receitas das emissoras de rádio.

O setor radiofônico se viu, assim, obrigando a modificar sua estratégia de abordagem e método de divulgação das mensagens para poder enfrentar esta nova realidade. Maria Elvira Federico afirma que uma das estratégias

⁹⁶ Em trabalho publicado sobre a Rádio Nacional, Luiz C. Saroldi e Sônia V. Moreira salientam que, apesar do deslumbramento inicial causado pela televisão em artistas e administradores, muitos se preocupavam com o impacto do novo veículo sobre o rádio. Dentre as principais dúvidas, havia a interrogação sobre a reação das donas de casa que, até então eram as principais ouvintes das radionovelas e “até quando os patrocinadores continuariam a investir no rádio os anúncios que chegavam a 24% do volume total das verbas publicitárias”. (SAROLDI e MOREIRA: 2005, 148-149)

adotadas foi modificar a programação artística e comercial, substituindo longas seqüências de anúncios por intervalos de longa duração musical (FEDERICO: 1982, 86). Determinar um perfil específico, e portanto, uma característica própria, tornou-se um claro objetivo durante o período. Para tanto, o desenvolvimento técnico do sistema de transmissão contou com o surgimento do transistor, mecanismo responsável pela transmissão em ondas sem a ajuda de fios, ou seja, a partir do início da década de 1960 as emissoras de rádio podiam chegar a aparelhos receptores portáteis, que utilizavam pilhas como fonte de energia. Isso, na prática, significava duas grandes possibilidades de crescimento para o setor: o público que residia em locais não abastecidos pela rede elétrica e o público em constante movimento.

Mas é na área da eletrônica que o rádio encontra seu mais forte aliado, que vai permitir que ele explore plenamente seu potencial: o transistor começa a revolucionar o mercado [...] Das produções caras, com multidoes de contratados, o rádio parte agora para uma comunicação ágil, noticiosa e de serviços. Aliado a outros avanços tecnológicos, o transistor deu ao rádio sua principal arma de faturamento: é possível ouvir rádio a qualquer hora e em qualquer lugar, não precisando mais ligá-lo às tomadas. (ORTRIWANO: 1985, 22)

O que para alguns autores se define como fase de decadência do rádio configura-se, no nosso entendimento, como um período de reestruturação, dada às circunstâncias que cercam a realidade do veículo. E estas circunstâncias não se limitam apenas às inovações tecnológicas ou à concorrência com a televisão. Há outro fator que, mesmo constando da maioria das análises sobre o rádio, é tratado de forma superficial: o fator político.

Ora, as vinculações entre o sistema de comunicação e o governo não podem se limitar às ações políticas isoladas, tampouco às eventuais investidas das instituições políticas na programação ou regulamentação do funcionamento dos meios de comunicação. É necessário pensá-la de forma global, atribuindo-lhe importância mais ampla no sentido da consolidação de todo o mecanismo que envolve o processo de comunicação de massa. E isto se justifica porque, no nosso entendimento, não existe sistema de comunicação capaz de funcionar de forma isolada da estrutura política, já que seu papel estratégico para a organização social requer, assim como o sistema educacional, uma

intervenção direta do poder público. Logo, compreender as ações de caráter político sobre o sistema é de fundamental importância, mas compreender as vinculações entre ambos e seu grau de dependência é crucial se objetivarmos o entendimento sobre a estruturação dos veículos, sua dinâmica e seu papel social.

Embasados por tal prisma, é irrevogável que aqui façamos duas conclusões a este respeito. Em primeiro lugar, como já afirmamos, o que se denominou como “decadência” do rádio trata-se, na realidade, de uma redefinição de seu papel, motivada pelo surgimento da televisão e das novas possibilidades que se apresentam com as inovações tecnológicas. Em segundo lugar, a redefinição deste papel não se limita a uma ação isolada do veículo, tendo em vista o viés político que influencia o processo. Nesse sentido, é necessário considerar que com a ruptura política proporcionada pelo golpe de 1964, a dinâmica desta redefinição passa agora a ser influenciada – ou até determinada – por uma nova diretriz ideológica que, conforme mostramos anteriormente, pauta-se em um preceito autoritário acerca do funcionamento das instituições sociais, principalmente das que se direcionavam às transmissões de informações.

Existia, é certo, uma situação de guerra; em tempos de paz, porém, o modelo autoritário faz com que os meios de comunicação sejam parte deste esforço para chegar ao conhecimento e objetivos traçados pelo Estado para a maioria da população, tratada muitas vezes como incapaz e que precisa ser guiada. [...] A comunicação é transformada em instrumento dos governantes para atingir objetivos predeterminados e, submetida às pressões de todos os tipos, tem sua função dirigida pelo poder. (CAPARELLI: 1986, 78)

E diferente daquilo que poderia se prever na análise das prerrogativas do autoritarismo, o empenho do governo após o golpe não foi o de cerceamento dos projetos desenvolvimentistas, pelo contrário. Mostramos anteriormente que a organização ditatorial militar agiu no incentivo à ampliação das telecomunicações, tornando-a uma das prioridades de seu projeto desenvolvimentista. No caso do rádio, este projeto se inicia com as primeiras regulamentações da década de 1960, passa pela criação e desenvolvimento da Embratel, pela ampliação da frequência modulada (FM), pelo incentivo à

indústria de aparelhos receptores e tem seu ápice, já no governo de Ernesto Geisel, com a criação da Radiobrás, 1975:

Quanto às emissoras de rádio e televisão operadas por entidades oficiais diversas, a prudência recomendou submetê-las ao controle de um único organismo, a exemplo do que fora feito no campo das telecomunicações com a formação da Embratel. Daí surgiu a Radiobrás – Empresa Brasileira de Radiodifusão -, vinculada ao Ministério das Comunicações. A Radiobrás foi criada pela Lei nº 66.301 de 15 de Dezembro de 1975, visando unificar o comando operacional das emissoras do governo federal e atender com prioridade as regiões de baixa densidade demográfica e reduzido interesse comercial. (SAROLDI e MOREIRA: 2005, 179)

Naquilo que concerne ao nosso objeto de análise central, o período que corresponde ao governo de Emílio Médici foi marcado por diversas ações diretas no âmbito do rádio. Dessas ressaltam-se duas iniciativas intrinsecamente vinculadas ao modelo de ação política acima descrito, que ilustram a estratégia autoritário-burocrática adotada no período: o incentivo ao desenvolvimento da frequência modulada e suas conseqüências e a intervenção na programação.

O ministério das comunicações comandado por Hygino Corsetti se defrontou com uma situação bastante inusitada no campo da radiodifusão. Apesar dos esforços advindos da Embratel, boa parte do país ainda não contava com cobertura do sistema radiofônico, o que abria espaço para a ação de estações estrangeiras – principalmente na Amazônia - com uma grande variedade de programação. Apesar da intenção em implantar um sistema de cobertura nacional, pesava para o governo o fato de que ali o espaço estava livre para intervenções político-ideológicas contrárias ao regime, colocando em risco a ordem estabelecida na região. Por este motivo, segundo Nélia R. Del Biando, a ação do governo foi decisiva para criar uma alternativa de intervenção:

Para impedir a 'invasão de emissoras estrangeiras' o governo criou em 1971 a Rádio Nacional da Amazônia. No ano seguinte, a Nacional de Brasília teve sua potência aumentada e passou a transmitir programas em inglês para a Europa Ocidental. (DEL BIANCO: 1993, 144)

Por conseguinte, a estratégia de se consolidar de forma mais densa no território nacional culminou com o incentivo à utilização da frequência modulada e o modelo mais regionalizado que esta propicia. Del Bianco afirma que algumas estações já funcionavam de forma irregular no início da década de 1970 e o sistema de “AM’s” não possuía um plano básico que fosse capaz de reestruturar o setor, ou seja, a grande maioria não conseguia cobrir o território nacional (DEL BIANCO: 1993, 139)

Esta realidade motivou o governo a investir na concessão dos canais de FM. Com isso, para normalizar o processo, publicou uma portaria em 1972 (nº 333) garantindo a prioridade para os pedidos de instalação de emissoras FM. Este fato, por sua vez, carrega consigo duas conseqüências básicas: a primeira, de cunho econômico, diz respeito ao incentivo que a norma trouxe para o campo da produção de aparelhos receptores, visto que as indústrias iniciaram um processo de produção mais dinâmico, estruturando os aparelhos com as faixas AM e FM. A segunda, de perfil político, condiz com a tese de que o sistema mais regionalizado que decorre da FM facilita a ação de controle – pela limitação de alcance – e se coaduna com a doutrina de segurança nacional. Ou seja, assim como defende Sônia V. Moreira, a inserção da FM é, também, uma forma de controle social:

O incentivo às emissoras FM no Brasil foi taticamente planejado pelos militares porque esse tipo de rádio – de baixa potência e alcance geográfico reduzido – se encaixa na política de ‘segurança nacional’ explicitada pelo General Golbery. As FMs eram mais fáceis de controlar e, portanto, menos ‘perniciosas’ no entender do governo. Além disso, a expansão da frequência modulada resultou no fortalecimento da indústria nacional de equipamentos eletrônicos de radiodifusão, que no começo dos anos 70 estava à beira de um colapso. (MOREIRA: 1998, 79)

Longe de discordar completamente que o incentivo ao modelo FM tem por trás uma estratégia de controle – até porque, para nós, todas as ações decorrentes da burocracia autoritária possuem, implicitamente, uma conotação de consolidação do regime -, o fato é que, ao direcionar uma perspectiva totalmente centrada neste objetivo, cria-se uma contradição com o que até aqui descrevemos em torno do objetivo central da política de comunicação. Isto porque as ações desenvolvimentistas e de regulamentação priorizam uma

política de ação integradora, isto é, de utilização do sistema de comunicação para o estabelecimento de uma realidade nacional específica. Ora, se a intenção é regionalizar, porque o empenho da criação de redes nacionais de televisão, como veremos na próxima unidade? Além disso, é necessário ter claro que, naquilo que concerne à ação de controle, o trabalho se traduz de forma mais eficaz se a fiscalização centrar-se em uma única base que transmite para toda a nação. Multiplicar o processo a partir da regionalização da transmissão pressupõe, a seguir, tornar complexo e ainda mais árduo o controle, como demonstra a gama de estações estrangeiras que transmitiam suas programações para a Amazônia, como demonstrou Del Bianco.

Portanto, no que tange ao sentido de controle possível na proliferação do modelo FM, ele se concentra, a nosso ver, em duas possibilidades: a da limitação de alcance geográfico, que, no pior dos cenários, causa um “dano” limitado a este espaço, e a manutenção do direito legal de concessão nas mãos do governo em uma promissora conjuntura de investimentos. Mesmo não explorando neste trabalho essas duas hipóteses, vale salientar que as estações “FM’s” oferecem uma nova possibilidade de investimento publicitário, vinculada às características que a programação desta modalidade irá adquirir. Outro fato a se considerar é que o maior empenho à legalização deste modelo ocorre durante o governo de Ernesto Geisel, que já anunciava a intenção de retorno à democracia representativa, o que, em última análise, propicia a transformação dessas concessões em moeda de troca para um provável apoio político.

Por fim, é necessário salientar que o impulso dado pela abertura do modelo FM foi fundamental para a manutenção do rádio como alternativa no processo de comunicação de massa. Serviu sobremaneira para a redefinição do papel que lhe foi destinado após a década de 1960. E mesmo sofrendo quedas acentuadas de verbas publicitárias na comparação com a televisão, manteve-se em acentuado crescimento no conjunto da população durante toda a década de 1970, como mostram os dados abaixo:

TOTAL DE VEÍCULOS POR DOMICÍLIO			
	1970	1980	% de Crescimento
Total de Domicílios	17.628.699	26.436.516	49,96%
Aparelhos de Rádio	10.386.763	20.027.948	98,75%
Aparelhos de TV	4.250.404	14.518.877	241,58%

Fonte: IGBE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁹⁷

GRAU DE DEPENDÊNCIA (em percentagem)			
	1970	1980	% de Crescimento
Total de Domicílios	17.628.699	26.436.516	49,96%
Aparelhos de Rádio	58,92%	75,76%	17,84%
Aparelhos de TV	24,11%	54,92%	30,81%

6.3.2 O impacto na TV

Mesmo mantendo certa diferença em termos do número de aparelhos em relação ao rádio – principalmente pela variação de possibilidades que este

⁹⁷ Citado em “Situação da Radiodifusão” (ORTRIWANO: 1985, 45-46)

apresenta – a televisão consolidou-se, durante a década de 1970, como o principal veículo de comunicação de massa da sociedade brasileira. A inusitada mistura de som e imagem, com transmissões ao vivo – ou não – logo caiu no gosto da cultura de massa, tornando-se forte instrumento de entretenimento e informação.

A implementação do satélite durante a última metade da década de 1960 foi fundamental para o desenvolvimento do veículo. Com ele o setor televisivo ganhou não apenas a condição técnica de avançar a cobertura dentro do território nacional, mas também de captar transmissões internacionais e, por consequência, transmitir ao público externo as produções locais. A esse respeito, Sérgio Mattos ressalta a importância da ação estatal para o desenvolvimento do setor televisivo durante a década de 1960.

[...] as grandes redes de televisão do Brasil começaram a produzir programas e a exportá-los. No final daquela década, graças à inauguração da estação de rastreamento de Itaboraí, o país pôde assistir, via televisão, à descida do homem na Lua. No início dessa mesma década, a construção da Rede Nacional de Televisão, da Embratel, forneceu o suporte necessário para que os programas chegassem a uma parte do território e as redes passassem a ter características nacionais. Em 1972, a Festa da Uva, em Caxias do Sul, foi palco da primeira transmissão oficial em cores na televisão brasileira. [...] (MATTOS: 2005, 153-154)

A tecnologia televisiva, como mostra Mattos, desenvolve-se muito rapidamente no contexto nacional, mesmo que ainda dependente da produção externa. De 1950, quando ocorre a inauguração da primeira emissora nacional, a 1972, com a primeira transmissão em cores, passam-se vinte e dois anos de intensa inovação, sendo que destes, oito ocorreram sob a tutela do regime autoritário militar, o que comprova, mais uma vez, o claro envolvimento do regime com o setor.

A consolidação do modelo televisivo denota clara discrepância em relação ao setor radiofônico. Como demonstram os dados apresentados, a inserção da televisão no contexto social é mais significativa se comparada ao rádio. Isso porque, mesmo em se considerando o crescimento populacional, o desenvolvimento da televisão foi superior a 240%, enquanto o do rádio girou em torno de 100%. Apesar de termos clareza sobre a dificuldade em contrastar tais dados, torna-se necessário, no entanto, duas considerações. Em primeiro

lugar, é importante ter claro que o sistema de transistor e a proliferação do modelo FM impulsionaram um maior consumo de aparelhos que, motivados pela aceleração industrial, tornaram-se mais acessíveis. E, atrelado a isso, está o fato de que pela própria essência do rádio – que pode ser ouvido em diferentes circunstâncias – existe uma maior propensão para que um mesmo domicílio abrigue maior quantidade de aparelhos radiofônicos.

Esta análise é importante para ratificar a premissa de que o crescimento da TV foi bem mais significativo. E a maior evidência para esta constatação não está no percentual de crescimento dos veículos entre os anos de 1970 e 1980, mas no grau de dependência destes em relação aos domicílios. Ou seja, enquanto a quantidade de aparelhos de rádio por domicílio representava 58,92% em 1970, a de televisores não ultrapassava um quarto (24,11%). Já na década seguinte, o rádio passou a figurar em 75,76% dos domicílios pesquisados, cabendo à TV um total de 54,92%. Isso significa que a TV cresceu, em termos de inserção nos domicílios, 30,81% em dez anos, enquanto o rádio apenas 17,84%.

O impacto da televisão no país se intensificou a partir de 1969, quando tiveram início as primeiras transmissões em rede pela Globo, tendo recebido novo impulso em 1972, com a introdução da televisão em cores. Aliás, os televisores em cores foram os únicos aparelhos eletrodomésticos de lazer que superaram a elevada marca alcançada em 1980, tendo passado de 1,23 milhão para 1,543 milhão em 1985, enquanto declinavam as vendas dos demais aparelhos domésticos de lazer durante os piores anos da recessão no início dos anos 80. [...] (MICELI: 2005, 253)

A televisão se consolida, assim, como o veículo de comunicação de massa com crescimento mais acentuado durante toda a década de 1970 e, principalmente, durante o governo de Emílio Médici. E a que se deve esta realidade? Sérgio Miceli, como podemos constatar, aponta o início das transmissões em rede pela emissora Rede Globo como fator preponderante. Essa perspectiva, na nossa visão, constitui uma das pilastras de sustentação de um raciocínio mais complexo, ou seja, no nosso entendimento, as transmissões em rede fazem parte de uma questão mais ampla, condizente com a especificidade do veículo. Trata-se de uma definição da área de atuação da TV em contraposição aos demais veículos. Em uma palavra, é uma questão

relacionada ao *campo* de atuação, dentro da conceituação apresentada por Pierre Bourdieu:

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias. [...] (BOURDIEU: 1997, 57)

Segundo Bourdieu, o campo comporta as forças que se opõem em seu interior, seja no sentido de legitimá-lo ou mesmo de legitimar a própria existência do campo. Estes, por sua vez, constituem uma relação de dependência na medida em que são forças determinantes e determinadas dentro do processo social, constituindo assim uma relação estrutural permanente. No interior do campo, explica Bourdieu, a concorrência se estabelece pela legitimação de uns sobre os outros, motivados por fatores de ordem econômica ou simbólica. Nesse sentido, para entender a posição a ser adotada por uma das forças, basta compreender seu papel no interior do campo. A esse respeito, o campo jornalístico serve como exemplo:

[...] Em outras palavras, se quero saber o que vai dizer ou escrever tal jornalista, o que ele achará evidente ou impensável, natural ou indigno dele, é preciso que eu conheça a posição que ele ocupa nesse espaço, isto é, o poder específico que possui seu órgão de imprensa e que se mede, entre outros indícios, por seu peso econômico, pelas fatias de mercado, mas também por seu peso simbólico, mais difícil de quantificar. [...] (BOURDIEU:1997, 58)

É com ênfase neste preceito que, no nosso entendimento, podemos melhor compreender o acentuado desenvolvimento da televisão. Ou seja, através da compreensão do papel exercido pela televisão no interior do campo da comunicação de massa. E é possível admitir o sistema de comunicação como campo porque os fatores determinantes – que deflagram o conflito entre os agentes – são os mesmos em seu interior: o entretenimento, a informação e o serviço. Nesse campo, o rádio e a televisão concorrem e criam suas

estratégias motivados pelo peso econômico que a fatia do mercado pode proporcionar,

Sendo assim, na busca de uma melhor elucidação dos motivos que contribuíram para a supremacia da televisão, torna-se necessária a verificação das estratégias que por ela foram adotadas. E isso nos leva à constatação de que ao oferecer uma gama de possibilidades em torno do entretenimento, a televisão marca definitivamente seu papel no campo, sobressaindo-se, por este motivo, na concorrência com o rádio.

Essa “estratégia” se configura com a análise da audiência dos programas televisivos, principalmente no início da década de 1970, quando a TV procura sua consolidação no campo. Sérgio Miceli, acerca desses dados, demonstra que, entre os programas de maior audiência analisados durante o segundo semestre de 1971, a maioria esmagadora foi de programações destinadas ao entretenimento. A pesquisa⁹⁸ mostra dois cenários distintos: no primeiro, o autor publicou o resultado de quatro semanas de pesquisa, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, distribuídos no horário noturno (20:00 às 23:00h); o segundo é destinado à verificação da audiência pelas emissoras. Em ambos os cenários, os programas dedicados ao entretenimento (auditório, esporte e telenovela) se sobressaíram com índices de audiência acima de 30%. No caso do primeiro, que apresentou os dez mais assistidos, apenas um dedicava-se à informação jornalística.

Portanto, existe por parte da televisão uma clara opção pelos programas de entretenimento já que estes encontram eco na população, que responde com altos índices de audiência. Ora, é esta programação, identificada pelo entretenimento, que constitui o principal diferencial com os programas de rádio, que mesmo mantendo uma programação variada, sucumbe-se à limitação do som, e é obrigado a adotar uma estratégia diferenciada, voltada para questões locais e, por consequência, para um público local. Eis aí o vão que separa os dois veículos: por um lado, a televisão, que, com sua programação voltada para o entretenimento, cria as bases necessárias para a constituição de uma identidade de perfil nacional entre os telespectadores e, por outro, o rádio, que

⁹⁸ Pesquisa de audiência realizada em 1971, com dados fornecidos pelo IBOPE, nas seguintes semanas: 19 a 25 de Julho; 09 a 15 de Agosto; 13 a 19 de Setembro e 20 a 26 de Setembro. (MICELI: 2005, 120-124)

adota uma programação variada de perfil regional. As diferenças das estratégias no campo se materializarão, a seguir, nos resultados publicitários.

A partir de meados de 70, começa a transformação para que o rádio conseguisse sair definitivamente do marasmo em que caiu a partir dos anos 50. A tendência à especialização mostrou-se cada vez maior. As emissoras passaram a identificar-se com determinadas faixas sócio-econômico-culturais, procurando dirigir-se a elas e buscando sua linguagem nos próprios padrões das classes que desejam atingir [...] O rádio de caráter nacional, com a programação de uma única emissora atingindo diretamente todo o território, deixou de Ter razão de existir, voltando-se mais para os aspectos regionais, ligado à comunidade em que atua. (ORTRIWANO: 1985, 24-28)

O Suporte orçamentário

Um segundo fator a ser abordado em torno da consolidação da TV e que surge como principal motivo de disputa no campo diz respeito à questão econômica. Na realidade, podemos aferir que os fatores condicionantes e condicionados se manifestam de maneira clara neste aspecto, porque ao passo que a consolidação da TV atrai os investimentos publicitários, estes mesmos investidores servem, a seguir, para subsidiar as novas tecnologias e o aprimoramento, principalmente em termos materiais, da programação. Também neste sentido o trabalho de Sérgio Miceli nos fornece subsídios, visto que apresenta dados sobre as diferenças de investimento publicitário entre o rádio e a televisão, principalmente no período condizente com o nosso objeto:

Investimento Publicitário – Percentual por veículo⁹⁹

ANO	TV	RÁDIO
1969	43,1	13,6
1970	39,6	13,2
1971	39,3	12,7
1972	46,1	9,4
1973	46,6	10,4
1974	51,1	9,4
1975	53,9	8,8
1976	51,9	9,8
1977	55,8	8,6
1978	56,2	8,0
1979	55,9	8,5
1980	57,8	8,1

Em síntese, o que podemos concluir a partir da análise dos dados de investimento publicitário na relação com a consolidação da TV no campo das comunicações é que:

- a) Conforme aumenta a projeção da TV, diminui a do rádio;
- b) Este aumento é proporcionado por uma posição no campo em torno das programações de entretenimento;
- c) A projeção pode ser medida tanto pelos índices de audiência como pela venda de aparelhos;
- d) O investimento em publicidade é condicionado pelo sucesso da programação e da audiência;
- e) Os investimentos publicitários têm a dupla função de divulgar o produto e subsidiar a consolidação da TV;
- f) E por último, fica clara a tendência de que o aumento dos investimentos nas programações televisivas pressupõe, a seguir, a diminuição no rádio.

⁹⁹ “Investimento Publicitário – Percentual de participação por veículo (1950-88)”. Dados da participação em cinco níveis de veículos (TV, revista, rádio, jornal, outros), tendo como fonte a Thompson (trinta maiores agências); período 1963-76. (MICELI: 2005, 294)

A par desta realidade, o autoritarismo militar procura assegurar especial atenção à televisão para a ratificação de sua política de comunicação. Além dos investimentos tecnológicos para a implementação de um mecanismo de interligação nacional, procuram também atuar de forma direta na programação, condicionando-a através de diretrizes e práticas intervencionistas, que não se limitam, no entanto à TV. É o que veremos a seguir.

6.3.3 A intervenção direta

O governo militar-tecnocrático se envolveu com a televisão, principalmente em relação às questões de propriedade, controle do conteúdo transmitido e apoio financeiro. Entretanto, a partir de 1970 começou a expressar preocupações em relação à influência dos conteúdos dos programas veiculados sobre as populações.” (MATTOS: 2005, 153)

A intervenção direta foi uma tônica que marcou a atuação do governo Médici em torno das programações, seja no âmbito da censura – como veremos adiante – ou mesmo na questão direta sobre o formato das programações. Em nome da “qualidade”, Hygino Corsetti levantou diversas críticas sobre os programas de cunho popular que dominavam os principais horários de TV de então. Seu principal alvo eram os programas de auditório transmitidos ao vivo, o que para ele constituía um dos maiores problemas. Sobre os comunicadores responsáveis por este tipo de programação, ele questiona:

Por que não usar a força de comunicação deles? Porque não fazê-los melhorar seus programas e torná-los densos de conteúdo, bom gosto, abandonando a linha de agressão à sensibilidade e de grosseria de alguns?¹⁰⁰

Como o principal argumento de Corsetti girava em torno da implantação da qualidade, o que condenava este tipo de programação, no seu entendimento, é o fato de atuarem essencialmente sob a égide do entretenimento, obrigando os telespectadores a permanecer todo o tempo de

¹⁰⁰ Entrevista concedida à Revista Veja, Nº 175 (Ed. Abril; 12/01/1972, p. 49)

duração do programa cultuando, tão somente, o divertimento. A esta crítica encontra-se implícita, segundo as afirmações de Corsetti, uma análise pré-estabelecida sobre o gosto popular, já que para ele o povo gosta de informações e não se contenta apenas com o entretenimento. Essas informações, enfim, não se resumem às questões jornalísticas, mas à própria descoberta do novo, de novos fatos e coisas.

Outro problema apontado por Corsetti diz respeito às transmissões ao vivo dos programas de auditório. Essa forma de transmissão, para ele, interfere na qualidade do programa justamente em função do imediatismo, de não haver uma preparação anterior que possa selecionar e organizar o que deve ser transmitido.

Aliás, o que mais conspira contra certos programas de auditório é a sua transmissão ao vivo, impondo a improvisação, tão desnecessária como condenável, até mesmo em termos técnicos. Por que os programas não são gravados em vídeo - tape, cuidadosamente revistos, montados e só então exibidos? Por que essas emoções surpreendentes e nem sempre com resultados satisfatórios e dignos de serem transmitidos não se restringem aos auditórios? Por que esses programas não são 'ao vivo' apenas para os freqüentadores de auditórios?¹⁰¹

Em que pese à argumentação de Corsetti sobre a questão da qualidade, o fato é que, partindo da premissa de que o desenvolvimento do sistema de comunicação se consolida sob a orientação do regime militar autoritário, todas as ações nesse sentido têm, no nosso ponto de vista, estreitos laços com uma estratégia de controle mais acentuada. Não se trata de uma defesa do formato e do conteúdo deste tipo de programação, pelo contrário. Também não se trata de uma crítica da posição defendida pelo ministro acerca do gosto popular e da importância do sentido informativo, até porque estes temas condizem com linhas de pesquisas diferentes da que aqui procuramos desenvolver. Mas o que aqui podemos concluir é que o ataque ao formato "ao vivo" condiz com a dinâmica de atuação do autoritarismo em nome da segurança nacional. E isso se comprova por dois motivos.

Em primeiro lugar, como vimos anteriormente, o Decreto-Lei n.º 1.077, criado pelo próprio Ministério das Comunicações já estabelece normas de

¹⁰¹ Idem. Idem

atuação para tal programação em específico as “Diretrizes para cumprimento do Decreto –Lei n.º 1.077 (Portaria n.º 13/70)” de 26 de Fevereiro de 1970. Nesta diretriz estão expostas as regras de enquadramento dessa forma de transmissão, prevendo, entre outros, um ensaio geral com horas de antecedência para subsidiar o governo ao conhecimento de cenário, conteúdo e demais características. Portanto, já existe uma prévia daquilo que será transmitido.

No entanto, mesmo compondo o ensaio e estabelecendo noções antecipadas, o formato “ao vivo”, pela sua própria natureza, abre a possibilidade de inserções inusitadas que, transmitidas, não possibilitam correções. E é esta, no nosso entendimento, a principal motivação de Corsetti para a crítica acentuada aos programas, ou seja, a “possibilidade” que existe da transmissão de informações não condizentes com as doutrinas impostas para a legitimação do sistema. Trata-se, antes, na nossa concepção, de uma estratégia política, e não propriamente de questões técnicas. A mesma entrevista dá provas do envolvimento direto da burocracia autoritária com o conteúdo das transmissões. Respondendo sobre a implantação de uma emissora no Estado do Piauí, como resultado do projeto desenvolvimentista, ele afirma:

Minha preocupação com a qualidade da programação, portanto, ainda mais se justifica: os novos telespectadores que estamos incorporando precisam ser bem mais informados e receber *mensagens positivas*.¹⁰²

Também no âmbito do rádio a intervenção do governo foi marcante. As ações propagandísticas das ações do governo, principalmente nos setores econômicos e de infra-estrutura, faziam parte do Plano de Comunicação Social desenvolvido em 1971. Segundo Sônia Moreira, o rádio passou a ser utilizado insistentemente no projeto de propaganda do governo, comparado, segundo ela, ao mesmo tipo de processo de divulgação utilizado pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo.

¹⁰² Entrevista concedida à Revista Veja, Nº 175 (Ed. Abril; 12/01/1972, p. 50)

A realidade é que, trinta anos depois e sob muitos aspectos, repetia-se no Brasil entre o fim dos anos 60 e a primeira metade dos 70, um período de censura e repressão semelhante ao que vigorou no país durante o Estado Novo (1937-1945). O rádio era outra vez peça importante na engrenagem da propaganda montada pelo governo, que agora contava com a televisão como principal canal para a veiculação das suas mensagens. (MOREIRA: 1998, 76)

Além de ter classificado a “Voz do Brasil” como serviço especial da Divisão de Divulgação da Agência Nacional (MOREIRA: 1998,77), o governo investiu também na inserção de programação própria, que teve veiculação garantida. Assim, o governo criou, em 1970, o chamado Projeto Minerva. De acordo com Luiz Antonio Ferraretto, o projeto se constituía em divulgar informações de cunho pedagógico voltadas para o âmbito do trabalho, ou seja, adquiria um perfil extremamente tecnicista.

O projeto permaneceu no ar durante dezenove anos, já que se iniciou no dia 4 de outubro de 1970 e foi encerrado em 16 de outubro de 1989. Os programas, que segundo Ferraretto eram gerados pela Rádio MEC, do Rio de Janeiro, tinham um tempo garantido de cinco horas semanais, com trinta minutos diários de segunda a sexta-feira, reservando para os finais de semana o tempo de uma hora e quinze minutos, no sábado e no domingo.

Pelo tempo que permaneceu no ar não podemos atribuir ao programa um perfil autoritário, visto que ele continuou a ser transmitido mesmo após o final do ciclo militar. Na realidade ele nos proporciona uma guinada analítica mais global sobre o papel dos veículos de comunicação na organização social. Mesmo tendo tido como objeto de análise o governo Médici, há que se ressaltar que, em nossa concepção, tais veículos atuam – ou podem atuar – de forma decisiva na legitimação de outras formas de governo, independentemente do perfil ideológico em questão. Eis aí fundamentada a necessidade de pesquisas científicas que envolvam a relação entre as Ciências Sociais e a Comunicação.

Conclusão

Nunca, em toda a história da humanidade, o ser humano atingiu desenvolvimento tão significativo em relação ao processo de comunicação. O percurso do soldado foi definitivamente encurtado. A corrida deixou de ser necessária pelo alto grau de inovações tecnológicas que permearam o cenário mundial, principalmente durante o século XX. Tão significativas foram estas que o setor passou a se estruturar como um sistema, interligando diferentes manifestações e constituindo aquilo que, a seguir, passou a ser denominado como meios de comunicação de massa.

Definido como sistema, é natural que os meios de comunicação sejam analisados sob os mais diversos prismas. De nossa parte, tentamos, neste trabalho, apresentar as contribuições que os preceitos das ciências sociais fornecem para seu entendimento. E essa abordagem se torna necessária principalmente pelo caráter de organização e controle adquirido pelo sistema, mais notadamente a partir das investidas governamentais com vistas à sua regulamentação e desenvolvimento.

Nesse sentido, foram fundamentais as contribuições dos pensadores vinculados à chamada escola crítica. Pudemos abstrair daí paradigmas que, do nosso ponto de vista, melhor traduzem a verdadeira função social que pode ser atribuída ao sistema de comunicação em uma sociedade capitalista. Estes paradigmas conduziram teoricamente nossa análise, representada inclusive pelas próprias divergências manifestadas no interior do grupo.

E foi com o intuito de demonstrar possibilidades divergentes às apresentadas pelos chamados “ortodoxos” que ressaltamos as contribuições de autores que mesmo vinculados de alguma maneira com a análise crítica em torno da chamada indústria cultural, apresentam preceitos que melhor se identificam com nossas expectativas. Compõem este quadro, principalmente, Benjamin, Kracauer, Lowenthal, Morin e Eco.

Esses pressupostos foram fundamentais para a compreensão da dinâmica adotada em torno dos mecanismos de comunicação no Brasil. Pudemos constatar a efetiva ação do governo em todas as fases transcorridas para sua implantação. E essa ação foi ainda mais efetiva no caso da radiodifusão, justamente por agregar os dois veículos com maiores condições

de projeção junto à massa: o rádio e a televisão. E isso se deve, fundamentalmente, a duas características básicas que lhes são peculiares. Em primeiro lugar o fato de que o processo transmissão-recepção se efetiva pela instalação de um aparelho receptor na residência e, em segundo, pela própria característica da programação, que, diferente de outros países, é transmitida gratuitamente pelos diversos canais, motivada pelo caráter estritamente comercial adotado no país.

Transformada em realidade no cotidiano da massa, a radiodifusão se destina a cumprir, através de sua programação, duas funções elementares na manutenção e proliferação dos valores vinculados à organização capitalista. A primeira, de perfil mais econômico, visa contribuir com a “formação” de uma massa consumidora capaz de manter ativa a lógica que envolve a economia de mercado. Já a segunda, de caráter político, condiz com a veiculação de valores e normas atreladas à orientação ideológica de organização do estado. É importante frisar, aqui, que não concebemos a radiodifusão fora dos princípios políticos e econômicos que estruturam a sociedade. É de sua natureza a estreita vinculação a esses valores, já que, como essência, seu papel é o da organização social. O que pode variar, neste aspecto, são as formas de transmissão e a variedade da programação, mas, em linhas gerais, sempre propagarão valores que, de alguma forma, sejam identificados pelo destinatário, como apontamos no primeiro capítulo.

Portanto, é a conjuntura política e econômica a responsável por definir o perfil que será destinado ao sistema de comunicação – de forma geral – e à radiodifusão – em específico. No caso brasileiro ela nasce, como vimos, sob os auspícios de um sistema econômico em franca transformação e sob a égide de uma organização política centralizadora. É vinculado a um acelerado processo de urbanização e sob leis de cunho autoritário que a radiodifusão se desenvolve, passando a exercer papel determinante, principalmente através do rádio, durante as décadas de 1930 e 1940. Por sua vez, a televisão surge na década de 1950, mas se desenvolve, efetivamente, a partir da década de 1960.

A análise da conjuntura que envolve a radiodifusão no Brasil nos remete, necessariamente, ao entendimento de que os veículos se desenvolveram de forma mais intensa durante períodos mais centralizados em termos da organização política. Ou seja, foi durante a chamada “Era Vargas” que o rádio

encontrou uma conjuntura propícia para sua expansão, capitaneado, como afirmamos, pelo processo de industrialização, mas, principalmente, pelas iniciativas governamentais para o setor. E o mesmo ocorreu com a televisão, que passou por um processo de “desenvolvimento contido” até se deparar com os incentivos provenientes dos governos militares. A diferença, neste caso, reside no fato de que, durante a ditadura militar, o rádio já era uma realidade, o que forneceu aos militares subsídios para atuação nas duas variantes que compõem a radiodifusão. Disso podemos abstrair uma conclusão que, infelizmente, não pudemos abordar neste trabalho: os regimes de perfil autoritário se dedicam, com maior ênfase, à estruturação do sistema de comunicação. Isso não significa que outras formas de organização política abdicuem de tal processo, mas uma análise mais aprofundada sobre tais diferenças traria enormes contribuições à compreensão da complexa relação em torno dos meios de comunicação.

Entretanto, não deixamos de abordar a vinculação do sistema com os fatores de ordem política que o condicionam, tampouco de sua relação com regimes mais centralizadores. E o fizemos demonstrando a política de comunicação que foi adotada durante o regime militar no Brasil. Para tanto, selecionamos como objeto direto o governo de Emílio Médici e pudemos verificar que, durante o período em que esteve à frente da Presidência da República, as investidas sobre a radiodifusão se concretizaram através de posturas autoritárias. Para o efetivo enquadramento deste cenário, além do subsídio teórico que lhe é necessário, foram fundamentais as contribuições dos trabalhos de O’Donnell sobre o modelo burocrático-autoritário. Este modelo, como tentamos demonstrar, é o que melhor reflete as características essenciais do período. E isso pode ser verificado através de quatro eixos centrais.

O primeiro condiz com a política de desenvolvimento destinada ao setor. Pudemos verificar que ela se inicia sob os primeiros governos militares, principalmente através das ações do Contel, que passou a criar políticas de ação específica para as telecomunicações. Além disso, a criação do ministério das comunicações representou a efetivação da estrutura governamental para o setor. Essas ações foram fundamentais para definir uma proposta centralizadora para a radiodifusão, uma vez que seu desenvolvimento técnico

ficou sob a responsabilidade das empresas públicas, principalmente a Embratel. O governo Médici, além de consolidar a estrutura do ministério das comunicações com sua transferência definitiva para Brasília, atuou decisivamente para a ampliação das funções da Embratel; investiu na constituição da Telebrás (Telecomunicações Brasileiras S.A.); implantou a TV em cores e criou as condições técnicas necessárias para a ampliação do alcance do rádio, que passou a contar com faixas de frequência modulada e a alcançar setores do país antes inexplorados.

A tendência em monopolizar as ações para o setor viabilizou os investimentos públicos, com a destinação de verbas na tentativa de interligar as várias regiões do país. Nesse sentido, e aqui reside sua principal inserção na dinâmica econômica, por atuar de forma efetiva, o estado resguarda, para o setor privado, uma atuação em esfera limitada.

As ações de caráter autoritário se verificam, também, no âmbito da legislação. Foi do governo Médici a iniciativa de estabelecer normas rígidas de censura para as programações televisivas e radiofônicas. Sob o argumento da melhoria de qualidade, o governo criou leis que limitaram as ações das diversas estações, interferindo diretamente na produção de programas e condicionando os responsáveis por estas a um processo de “auto-censura”, tendo em vista a rigidez das punições. Estas, por sua vez, variavam entre a coerção física e econômica, e adquiriam o ápice com a ameaça de perda da concessão, já que a prerrogativa do domínio público sobre as linhas de transmissão se manteve sob a égide do estado.

Sob este aspecto, nosso propósito foi demonstrar que tal postura, apesar da linha argumentativa direcionada à melhora da qualidade, visava, na realidade, uma adequação da radiodifusão aos preceitos básicos vinculados à Diretriz de Segurança Nacional. Com isso o governo Médici direcionou aos veículos uma função social específica, condizente com os objetivos mais gerais de controle social inerentes ao autoritarismo. Este fato, atrelado àquilo que denominamos como “intervenção direta”, ou seja, as ações de repressão sobre os veículos, principalmente com o fechamento e cancelamento de concessões de rádios, definem, em contrapartida, o próprio aspecto da política de comunicação. Trata-se, assim, de uma política nitidamente autoritária e que,

por definir-se desta maneira, compõe uma das estruturas que alicerçam um dos governos que melhor representaram o autoritarismo no Brasil.

A guisa de conclusão torna-se necessário, na nossa concepção, ressaltar que a função social da radiodifusão é por nós compreendida dentro das diversas possibilidades já apontadas no início do trabalho. Ela representa, ainda hoje, a principal fonte de informação que, por conseguinte, auxilia no aspecto da organização social. Por definir-se assim, seu papel social torna-se estratégico, forçando o governo a não eximir-se no sentido da sua regulamentação e estruturação. Ora, e foi exatamente isso que fizeram os vários governos, principalmente os de perfil autoritário. O fato é que não podemos conceber a ausência de mecanismos públicos no setor, exatamente porque, na nossa visão, e dada a sua função estratégica, o estado deve garantir condições para que todos os interesses estejam nele manifestados.

O uso que faz o estado, como o exemplo da “A voz do Brasil”, é legitimado pelo seu objetivo final. Ou seja, a iniciativa manifesta – e este deve ser o objetivo – um conteúdo de interesse público para o ouvinte, que neste caso pode ser tanto o indivíduo inserido na massa quanto o proprietário do veículo de comunicação.

Por fim, ao passo que apontamos a importância do controle estatal, ressaltamos os prejuízos que o monopólio pode trazer, seja ele público ou privado. E isso se resume, para nós, a duas conseqüências. Em primeiro lugar, o monopólio impede a manifestação das diversas possibilidades inerentes à radiodifusão, como a sua utilização em várias frentes de interesse dos grupos sociais (a proposta educativa contida nos trabalhos de Roquette-Pinto é exemplo disso). Ademais, o monopólio limita a introdução de fontes alternativas de informação que podem, sob o ponto de vista do processo de manipulação, fornecer versões variadas que, se não eliminam o processo, como apontaram os críticos, contribuem para ampliar o leque de possibilidades. A viabilidade de um mecanismo intermediário nos parece mais racional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

- ABREU, Hugo. *“Tempo de Crise.”* Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *“Dialética do Esclarecimento.”* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- _____ at al. *“Textos escolhidos.”* 2ª Ed., São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____ “A televisão e os padrões da cultura de massa”. In ROSENBERG, B. e WHITE, D. M. (org). *“Cultura de Massa.”* São Paulo: Editora Cultrix, 1973, p. 546-562.
- BENJAMIN, Walter. *“A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.”* In LIMA, L.C. *“Teoria da Cultura de Massa”*. R. Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 203-240.
- BORDIEU, Pierre. *“Sobre a Televisão.”* Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.
- BORGES, Vavy P. *“Tenentismo e Revolução Brasileira.”* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.
- BUZAID, Alfredo. *“Conferências.”* Brasília: (Departamento de Imprensa Nacional), 1971.
- CALABRE, Lia. *“A Era do Rádio.”* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CAPARELLI, Sérgio. *“Comunicação de Massa sem Massa.”* 3ª Ed., São Paulo: Summus Editorial, 1986.
- CARDOSO, Fernando H. *“Autoritarismo e Democratização”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975
- _____ *“O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio”*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972
- COGAN, Arthur. *“Crimes contra a Segurança Nacional: comentários, legislação, jurisprudência.”* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.
- COHN, Gabriel. *“Sociologia da Comunicação: Teoria e Ideologia.”* São Paulo: Pioneira, 1973.
- COMBLIN, Pe. Joseph. *“A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina.”* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- D’ARAUJO, M. C. e CASTRO C. (orgs). *“Ernesto Geisel.”* 5ª Ed., Rio de Janeiro: FGV, 1998.

DEL BIANCO, Nélia R. *“FM no Brasil (1970-1979): crescimento incentivado pelo regime militar.”* In: Comunicação e Sociedade, volume 12, nº 20, dezembro de 1993. São Bernardo do Campo: 1993, Editora IMS – Edims.

_____ *“Tendências da Programação Radiofônica nos Anos 90 sob o Impacto das Inovações Tecnológicas”*, in BIANCO, Nélia R. del. e MOREIRA, Sonia V. (org) *“Rádio no Brasil: Tendências e Perspectivas.”* Rio de Janeiro: UERJ/UNB, 1999, p. 185-204.

DREIFUSS, René A. *“1964: A conquista do Estado.”* Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

ECO, Umberto. *“Apocalípticos e Integrados.”* 6ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

ENGELS, Friedrich. *“A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”*, 2ª Ed. São Paulo: Global Editora, 1988.

FAUSTO, Boris. *“A Revolução de 1930: Historiografia e História.”* 9ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

FEDERICO, Maria Elvira B. *“História da Comunicação: Rádio e TV no Brasil.”* Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

FERRARETTO, Luiz . *“Rádio. O Veículo, a História e a Técnica.”* 2ª Ed., Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

GASSET, José O. y. *“A Chegada das Massas”*. In ROSENBERG, B. e WHITE, D. M. (org). *“Cultura de Massa.”* São Paulo: Editora Cultrix, 1973, p. 57-76.

GREENBERG, Clement. *“Vanguarda e Kitsch”*. In ROSENBERG, B. e WHITE, D. M. (org). *“Cultura de Massa.”* São Paulo: Editora Cultrix, 1973, p. 121-134.

HAUSSEN, Doris F. *“Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón.”* 2ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

HOWE, Irving. *“Notas Sobre a Cultura de Massa”*. In ROSENBERG, B. e WHITE, D. M. (org). *“Cultura de Massa.”* São Paulo: Editora Cultrix, 1973, p. 571-580.

IGLESIAS, Francisco. *“Trajetória Política do Brasil 1500 – 1964.”* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JAMBEIRO, Othon. *“A TV no Brasil do século XX.”* Salvador: EDUF-BA, 2001.

KINZO, Maria D’Alva. *“Oposição e Autoritarismo – Gênese e Trajetória do MDB (1966-1979).”* São Paulo: Ed. Vértice/R.T., 1988.

- KLEIN, L. e FIGUEIREDO, M. *“Legitimidade e Coação no Brasil pós-64.”* Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1978.
- KRACAUER, Siegfried. *“Os tipos Nacionais tal como Hollywood os apresenta”*, in ROSENBERG, B. e WHITE, D. M. (org). *“Cultura de Massa.”* São Paulo: Editora Cultrix, 1973, p. 301-325.
- LAMOUNIER, B. e Meneguello R. *“Partidos Políticos e Consolidação Democrática – o caso brasileiro.”* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- LOWENTHAL, Leo. *“Perspectivas Históricas da Cultura Popular”*, in ROSENBERG, B. e WHITE, D. M. (org). *“Cultura de Massa.”* São Paulo: Editora Cultrix, 1973, p. 63-76.
- MACDONALD, Dwight. *“Uma Teoria da Cultura de Massa”* in ROSENBERG, B. e WHITE, D. M. (org). *“Cultura de Massa”*, São Paulo: Editora Cultrix, 1973, p. 77-93.
- _____ *“Masscult y midcult”*. In Bell, Daniel et all. *Industria cultural y sociedad de masas*. Caracas: Monte Avila Editores, 1992.
- MARTINS FILHO, João R. *“O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969).* São Paulo: EDUFSCar, 1995.
- MARX, K. e ENGELS, F. *“Manifesto do Partido Comunista”*. S. Paulo: Global Editora, 1988.
- MARX, Karl. *“Para a Crítica da Economia Política”* in Coleção Os Pensadores (vol. I). S.Paulo: Nova Cultura, 1987, p. 1-157.
- MATTOS, Sérgio. *“História da televisão brasileira – Uma visão econômica, social e política.”* Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.
- _____ *“Mídia Controlada: a história da censura no Brasil e no mundo”*. São Paulo: Paulus, 2005
- MÉDICI, Roberto N. *“Médici: O Depoimento.”* Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1995.
- MELO FILHO, Murilo. *“Testemunho Político.”* São Paulo: Ed. Elevação, 1999.
- MICELI, Sérgio. *“Noite da Madrinha.”* São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- MORAIS, Fernando. *“Chato – O Rei do Brasil.”* 3ª Edição, São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- MOREIRA, Sonia V. *“O Rádio no Brasil.”* Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1998.
- _____ *“Rádio Palanque.”* Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1991.

- MORIN, Edgar. *"Cultura de Massa no Século XX: O Espírito do Tempo."* 8ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- MUNTEAL FILHO, "Certezas e percepções da política em 1964". In: FREIXO, A. e MUNTEAL FILHO, O. (ORG). *"A Ditadura em debate: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo."* Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005.
- O'DONNELL, Guillermo. *Autoritarismo e Democratização.* (Contrapontos), São Paulo: Ed. Vértice, 1986.
- _____. *"B. A. – Reflexão sobre os estados burocráticos-autoritários."* São Paulo: Ed. Vértice/R.T. 1987.
- OLIVEIRA, E. Quandt de. *"Renascem as telecomunicações: construção e operação do sistema."* São Paulo: Ed. Landscape, 2006.
- ORTEGA y GASSET, J. *"A chegada das massas"*. In ROSENBERG, B. e WHITE, D. M. (org). *"Cultura de Massa."* São Paulo: Editora Cultrix, 1973, p. 57-62.
- ORTIZ, Renato. *"Cultura brasileira e identidade nacional."* 5ª Edição/7ª Impressão, São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.
- ORTRIWANO, Gisela S. *"A Informação no Rádio: Os Grupos de Poder e a Determinação dos Conteúdos."* 4ª Ed., São Paulo: Summus Editorias, 1985.
- PEIXOTO, Antônio C. *"O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)"* In: ROUQUIÉ, A. (org) *"Os Partidos Militares no Brasil."* Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980.
- PEREIRA, João Baptista B. *"Cor, Profissão e Mobilidade: O Negro e o Rádio de São Paulo."* 2ª Ed., São Paulo: Edusp, 2001.
- QUIRINO, C. G. MONTES M. L. *"Constituições Brasileiras e Cidadania."* São Paulo: Ed. Ática, 1987.
- RIVERS, William L. e SCHRAMM, Wilbur. *"Responsabilidade na Comunicação de Massa."* Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1970.
- RODRIGUES, C.; MONTEIRO, V. A. e GARCIA, W. Q. *"Censura Federal: Leis, Decretos leis, Decretos, Regulamentos"*. Brasília: C. R. Editora, 1971.
- SAROLDI, Luiz C. e MOREIRA, Sônia V. *"Rádio Nacional: O Brasil em sintonia."* 3ª Edição, Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.
- SILVA, Hélio. *"Costa e Silva – 23º Presidente do Brasil (1967-1969)."* São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.

- _____. *“Emílio Médici – 24º Presidente do Brasil (1969-1974).”* São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.
- SMITH, Anne-Marie. *“Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil”.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- SOUSA, Marquilandes B. *“Rádio e Propaganda Política: Brasil e México Sob a Mira Norte-Americana durante a Segunda Guerra.”* São Paulo: Annablume, 2004.
- TAVARES, Gal. A. de Lyra. *“O Brasil de minha geração.”* 2º Volume, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.
- TAVARES, Reynaldo C. *“Histórias que o Rádio não Contou: Do Galena ao Digital, desvendando a Radiodifusão no Brasil e no Mundo.”* 2ª Ed. São Paulo: 1999.
- VIEIRA, José Ribas. *“O Autoritarismo e a Ordem Constitucional no Brasil.”* Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1988.

REVISTAS, PERIÓDICOS E INTERNET

- Arquidiocese de São Paulo. *“Projeto Brasil Nunca Mais”.* 21º Edição. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CASTRO, Ruy. (2005) *“Roquette-Pinto: O Homem Multidão.”*
http://www.aminharadio.com/brasil80_roquette.html.
- Manuais de Legislação Atlas. *“Constituição da República Federativa do Brasil: Constituição de 24 de Janeiro de 1967 com a redação dada pela Emenda Constitucional N°1, de 17 de outubro de 1969, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais N°s 2 a 12”* 11º Edição. São Paulo: Editora Atlas, 1978.
- Revista Veja. Número 175. *“Entre as cores e o melhor nível”.* São Paulo: Editora Abril, 12/01/1972. Pgs 44-51.
- Raça e Povo (02/12/2005) *“Raça e Povo.”* (Seixos Rolados, Estudos Brasileiros, 1927.)
<http://www.academia.org.br/imortais/cads/17/roquette2.htm>.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor W. *“Indústria Cultural e Sociedade.”* 2ª Ed., São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. *“Textos Escolhidos.”* (Os Pensadores), São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999.
- BAUM, Ana (Org). *“Vargas, agosto de 54: a história contada pelas ondas do rádio”.* Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *“Economia das trocas simbólicas.”* São Paulo: Perspectiva, 2001.
- CARVALHO, Nanci V. (Org) *“Trilogia do Terror. A implantação: 1964”.* São Paulo: Vértice, Ed Revista dos Tribunais, 1988.
- DEBORD, Guy. *“A Sociedade do Espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo”.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEFLEUR, Melvin L. *“Teorias da Comunicação de Massa.”* 5ª Ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.
- HOHLFELDT, Antônio, et al. (org) *“Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências.”* 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- GEUSS, Raymond. *“Teoria Crítica: Habermas e a Escola de Frankfurt.”* Campinas: Editora Papyrus, 1988.
- MIRA, Maria Celeste. *“Circo Eletrônico: Silvio Santos e o SBT”.* São Paulo: Olho D’Água, 1995.
- MORIN, Edgar. *“Cultura de Massas no século XX: necrose”.* 3º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- LIMA, Luiz Costa. *“Teoria da Cultura de Massa.”* 3ª Ed., Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.
- MIRANDA, Luciano. *“Pierre Bourdieu e o Campo da Comunicação: por uma teoria da comunicação praxiológica”.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- MOREIRA, Sônia V. *“O rádio no Brasil”.* Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.
- NUNES, Márcia V. *“Rádio e Política. Do Microfone ao Palanque: Os Radialistas Políticos em Fortaleza (1982 – 1996).”* São Paulo: Annablume, 2000.
- SMITH, Anne-Marie. *“Um Acordo Forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil”.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOUZA, José I. Melo. *“O Estado contra os Meios de Comunicação”*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003.

TÁVORA, Mal. Juarez. *“Uma vida e muitas lutas: memórias”*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

THOMPSON, John B. *“Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social na Era dos Meios de Comunicação de Massa.”* Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

WOLF, Mauro. *“Teorias da Comunicação. Mass Media: Contextos, Paradigmas Novas Tendências, Efeitos a Longo Prazo e O Newsmaking.”* 4ª Ed., Lisboa: Editora Presença, 1995.

REVISTAS, PERIÓDICOS E INTERNET

COSTA, Francisco. *“Oitenta Anos de Rádio.”* Revista USP, São Paulo, nº 56, dezembro, janeiro e fevereiro 2002-2003

PIMENTEL, Gisele. (05/1990) *“Entrevista com Beatriz Roquette-Pinto Bojunga.”*
http://www.aminharadio.com/brasil80_beatriz.html.

ENTREVISTAS

José de Abreu, diretor da Rádio Atual, realizada em 17 de outubro de 2006,
São Paulo – SP

Reynaldo Tavares, jornalista e radialista, realizada em 18 de maio de 2006,
São Paulo - SP